



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

TATIANA FLORENTINO SANTANA

**QUEM FOI PARA MARACANGALHA? HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE
TRABALHADORES DA USINA CINCO RIOS (1930- 1970)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

TATIANA FLORENTINO SANTANA

**QUEM FOI PARA MARACANGALHA? HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE
TRABALHADORES DA USINA CINCO RIOS (1930-1970)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, para à obtenção do Título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Idalina Maria Almeida de Freitas.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S223q

Santana, Tatiana Florentino.

Quem foi para Maracangalha? Histórias e memórias de trabalhadores da Usina Cinco Rios (1930-1970) / Tatiana Florentino Santana. - 2021.

118 f. : il. color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Idalina Maria Almeida de Freitas.

1. Negros - São Sebastião do Passé - História. 2. São Sebastião do Passé (BA) - História - 1930-1970. I. Usina Cinco Rios - História. II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 981.42

TATIANA FLORENTINO SANTANA

**QUEM FOI PARA MARACANGALHA? HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE
TRABALHADORES DA USINA CINCO RIOS (1930-1970)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, para à obtenção do título de Licenciada em História.

Data de aprovação: 25/02/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Idalina Maria Almeida de Freitas (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Clícea Maria Augusto de Miranda (Examinadora)

Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUCRJ

Prof. Dr. Walter da Silva Fraga Junior (Examinador)

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato bastante especial e importante depois de uma árdua trajetória, com a finalização da graduação em História e a conclusão do trabalho monográfico. Significa que muitas barreiras foram vencidas. Neste caminho muitas pessoas estiveram presentes, umas dando orientações para construção do trabalho, ideias para enriquecer a monografia, outras transmitiram palavras positivas e reafirmando que eu estava no caminho certo. Nunca esquecerei desses/as personagens que se tornaram importantes em minha vida.

Gostaria de expressar minha gratidão e reconhecimento a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para realização desta monografia. Em primeiro lugar, agradeço a minha família, em especial a minha avó e meu tio que se tornaram meus interlocutores. Eles foram pacientes e recíprocos.

Os entrevistados que residem na comunidade de Quibaca, São Sebastião do Passé, a Sra. Maria Aurea Fernandes e seu filho Sr. Adenilson Fernandes de Jesus, eles foram fundamentais para entender como o povoado de Maracangalha viveu e vive depois da desativação da usina. Ao Sr. Lourival Santos também ex-funcionário da usina e morador de Maracangalha, Eliane Alcântara moradora do bairro de Paramirim, filha de Quintino Nascimento (personagem póstumo) e aos demais entrevistados que fizeram parte desta pesquisa. Todos estes relataram momentos importantes no mundo do trabalho dentro e fora da Usina Cinco Rios, sem sombra de dúvidas, esses e outros depoimentos foram fundamentais para a trajetória dessa pesquisa.

À minha professora orientadora Idalina Maria Almeida de Freitas que sempre esteve ao meu lado durante o desenvolvimento da monografia, orientando com atenção, carinho, paciência, dedicação, conselhos valiosos e na luta para que esta pesquisa ganhasse corpo. Em muitos momentos foi com esse apoio de professora/amiga que nutri coragem e força para não desistir dos meus sonhos, ou até mesmo na finalização deste trabalho. Ela foi uma peça fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, sempre tendo ideias/problematizações para a criação e enriquecimento do trabalho.

Expresso a minha gratidão e carinho aos moradores do distrito de Maracangalha, que cordialmente me receberam em suas respectivas casas, aos residentes do bairro do Coroado, Monte Recôncavo e Paramirim em São Francisco do Conde, que me conduziram no encontro com outros trabalhadores da Usina Cinco Rios e seus descendentes.

Por fim, às professoras e professores do curso de História da Unilab, cada um e cada uma deixa sua marca e contribuição na minha formação até aqui. Aos colegas, amigos e amigas, minha gratidão.

RESUMO

O objetivo central deste estudo é investigar as experiências de trabalhadores e trabalhadoras da Usina Cinco Rios, São Sebastião do Passé, Bahia, entre os anos de 1930 a 1970. Neste período, a usina foi administrada pelo político e empresário baiano Clemente Mariani, num contexto no qual o Recôncavo Baiano vivenciava importantes transformações sociais e econômicas. Assim, buscamos investigar as relações de trabalho nos espaços dentro e fora da usina, além de perceber os vínculos construídos ao longo de muitos anos, sociabilidades, negociações e resistências de homens e mulheres negras daquela região. Na sua formação econômica e social o Brasil se estabelece como um país de economia fundamentalmente agrária, voltada essencialmente ao cultivo da cana-de-açúcar, tendo como base o trabalho escravo. Mudanças significativas no pós-abolição, reestruturam tais relações de trabalho e, selam os destinos da população livre e liberta do Recôncavo, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A Usina Cinco Rios foi criada em 1912, visando dentre outros aspectos, absorver essa mão de obra, e foi considerada uma das mais importantes do Recôncavo Baiano. Nesse estudo, as memórias de ex-trabalhadores da usina são ativadas e emergem, sendo cruzadas com outras fontes escritas tais como documentos pessoais, carteiras de trabalho, livro de memórias, dentre outros registros, nos ajudando a interpretar e compreender as experiências de trabalhadores negros e negras, em busca de cidadania no início da República.

Palavras-chave: Negros - São Sebastião do Passé - História. São Sebastião do Passé (BA) - História - 1930-1970. Usina Cinco Rios - História.

ABSTRACT

The central objective of this study is to investigate the experiences of workers at the Cinco Rios Plant, São Sebastião do Passé, Bahia, between 1930 and 1970. During this period, the plant was managed by the Bahian politician and entrepreneur Clemente Mariani, in a context in which the Bahian Recôncavo was experiencing important social and economic transformations. Thus, we sought to investigate labor relations in the spaces inside and outside the power plant, in addition to perceiving the bonds built over many years, sociabilities, negotiations and resistance of black men and women in that region. In its economic and social formation, Brazil has established itself as a country of fundamentally agrarian economy, essentially focused on the cultivation of sugarcane, based on slave labor. Significant post-abolition changes restructure such labor relations and seal the fate of the free and liberated population of the Recôncavo between the end of the 19th century and the first decades of the 20th century. The Five Rivers Plant was created in 1912, aiming, among other aspects, to absorb this labor force, and was considered one of the most important in the Recôncavo Baiano. In this study, the memories of former workers of the plant are activated and emerge, being crossed with other written sources such as personal documents, work cards, memory books, among other records, helping us to interpret and understand the experiences of Black and Black workers, in search of citizenship in the beginning of the Republic.

Key words: Black people - São Sebastião do Passé - History. Cinco Rios Plant - History. São Sebastião do Passé (BA) - History - 1930-1970.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia.

CDPA - Comissão de Defesa da Produção de Açúcar. CJT-Câmara de Justiça do Trabalho.

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho. CNA-Confederação Nacional da Agricultura. CNT - Conselho Nacional do Trabalho.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura CRT-Câmara Regional do Trabalho.

CRT - Conselhos Regionais do Trabalho.

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social. EPI-Equipamento de Proteção Individual.

ETR - Estatuto do Trabalhador Rural.

FAEB - Federação da Agricultura e Pecuária-Bahia. IAA-Instituto do Açúcar e do Alcool.

IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários. INSS-Nacional do Seguro Social.

IPM - Instituto de Previdência Municipal. JCJ-Juntas de Conciliação e Julgamento. LIR-Lavoura e Indústria Reunida.

PCB - Partido Comunista Brasileiro. PR-Partido Republicano.

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro. FUNRURAL-Previdência do Trabalhador Rural. RH-Recurso Humano.

STIAEB - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Açúcar, Alcool e Derivados da Cana do Estado da Bahia.

STIA - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar. UDN-União Democrática Nacional.

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CAPÍTULO I: SÃO FRANCISCO DO CONDE: ASPECTOS HISTÓRICOS (SÉCULOS XIX E XX)	14
2.1	ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NA VILA DE SÃO FRANCISCO	14
2.2	O PÓS ABOLIÇÃO E A FORMAÇÃO DE COMUNIDADES NEGRAS RURAIS.	24
2.3	MARACANGALHA: DE ENGENHO À USINA	31
3	CAPÍTULO II: MUNDOS DO TRABALHO NAS USINAS DO RECÔNCAVO: CONFLITOS, NEGOCIAÇÕES E RESISTÊNCIAS	47
3.1	NÚCLEOS INDUSTRIAIS NA BAHIA: ASPECTOS GERAIS	47
3.2	ENTRE CAMPOS E MÁQUINAS: DINÂMICAS DO TRABALHO NA USINA	52
4	CAPÍTULO III: QUEM FOI PARA MARACANGALHA? AS TRAJETÓRIAS DOS TRABALHADORES DA USINA CINCO RIOS	71
4.1	COTIDIANO, CULTURA E TRABALHO	71
4.2	AS FESTAS E AS FEIRAS NA VILA OPERÁRIA: LAZER E RESISTÊNCIA	79
4.3	AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O MUNDO DO TRABALHO NA USINA CINCO RIOS	83
4.4	O REGISTRO E A MEMÓRIA: AS CARTEIRAS DE TRABALHO	87
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS	100
	ANEXOS	109

1 INTRODUÇÃO

Durante a segunda metade do século XIX e na primeira década do século XX ocorreram importantes mudanças no Brasil, impulsionadas sobretudo pela abolição da escravidão e a reestruturação das relações de trabalho, no Recôncavo Baiano com a construção das usinas de açúcar. Nesse trabalho a investigação irá se debruçar sob a Usina Cinco Rios, importante unidade industrial da região. O traço principal dessa empresa é o seu caráter industrial, devidamente equipada com maquinários, beneficiando o açúcar. Para a composição desta usina foram doados equipamentos adquiridos dos antigos engenhos centrais, tais como Engenho Sapucaia, Sincoris, Cassarangongo, Paramirim e Maracangalha. Em 1875, Egas Muniz Barreto de Aragão é identificado como inventariante das propriedades pertencentes ao falecido Antônio Bernadinho da Rocha Pita, o conde do Passé, e dentre essas propriedades que o barão toma posse, uma delas é o engenho Maracangalha¹.

Importante pontuar que os primeiros passos dessa pesquisa se deram tentando entender as dinâmicas que envolveram o cotidiano da população escravizada, livre e liberta da Vila de São Francisco do Conde-BA, entre o final do século XIX e no início do século XX, como bolsista de Iniciação Científica no Curso de História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. A base da investigação foi a partir de documentações referente a região encontradas no Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. A princípio, o olhar estava direcionado para a análise dos vestígios de comunidades negras nos Engenhos Itatingui e Cajaíba, no entanto, o interesse foi se voltando para outras localidades e personagens que vivenciaram o contexto do trabalho nas usinas da região, especificamente a Usina Cinco Rios localizada no pequeno distrito de Maracangalha. A partir deste momento, fiquei curiosa e quis descobrir mais sobre o antigo engenho Maracangalha, território de escravos rebeldes nas vésperas da abolição que posteriormente tornou usina. Interessei-me sobre o local e comecei a analisar as fontes disponíveis sobre o assunto e, cheguei a Usina Cinco Rios. Ao aprofundar na pesquisa sobre a usina, sentia uma curiosidade de conhecer, de saber a respeito das experiências dos ex-trabalhadores na fábrica e no campo e perseguir suas trajetórias.

Avançando na pesquisa descobri que alguns familiares tinham trabalhado na usina, então com uma quantidade significativa de referências, bem como mediante as experiências

¹ Com base nas pesquisas de Filho (2006) e Tourinho (1982), Egas Muniz Barreto de Aragão (1839-1896), o Barão Moniz Aragão, Termo de Cachoeira, pois o referido senhor possuía diversas propriedades em outras freguesias, como Nossa Senhora do Monte e Nossa Senhora do Socorro. Com seus respectivos engenhos de Mataripe e o engenho Maracangalha.

familiares, me vi motivada para investigar detalhes a respeito do cotidiano de homens, mulheres e crianças que lá trabalharam. Debrucei-me a coletar fontes alusivas a usina em diferentes bases documentais, como Arquivo Público do Estado da Bahia, Hemeroteca Digital do Brasileira, livro memorialístico, assim como documentos pessoais, carteiras de trabalho em posse das famílias e de ex-trabalhadores da usina, além do registro de suas memórias (histórias de vida) por meio de entrevistas. O objetivo central deste estudo, é investigar as trajetórias de ex-trabalhadores e trabalhadoras da Usina Cinco Rios, entre as décadas de 1930 e 70. O período compreende a administração do político e empresário Clemente Mariani. Uma fase que o Recôncavo Baiano em meio a sua estrutura econômica estava passando por transformações na economia açucareira, acontecendo nesta região a retração da produção de açúcar e causando o fechamento de algumas usinas. A usina fechou e reabriu várias vezes ao longo desse tempo, o fechamento da empresa acarretou um problema social dos mais graves no pequeno povoado, pois, muitos trabalhadores dependiam do trabalho na fábrica para sobreviver². Investigar como se firmava a relação da administração da usina com os trabalhadores, embates, negociações e resistências no mundo do trabalho dentro e fora da usina, além de examinar as experiências e vínculos diversos que esses trabalhadores construíram ao longo de gerações em Maracangalha.

A usina estava se desenvolvendo e tornando-se uma das mais tradicionais e importantes do Recôncavo Baiano, produzindo em torno de duzentas a trezentas mil sacas de açúcar por ano e para atender a demanda de produção, a empresa contratava uma quantidade expressiva de trabalhadores. Nos anos 1940, a usina Cinco Rios empregava cerca de 1.000 funcionários, eles estavam distribuídos da seguinte forma: operários do açúcar, responsáveis pela produção de açúcar, melão e álcool, mecânicos envolvidos com as manutenções dos maquinários e dos transportes e os técnicos empregado com as atividades de escritório e cerca de mais 2.000 funcionários que trabalhavam na lavoura. Nota-se que a maior parte da mão de obra da Usina Cinco Rios era formada por trabalhadores negros do campo, outros funcionários temporários vinham do Sertão nordestino: Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí, além de contratar trabalhadores de outras áreas do Recôncavo, Santo Amaro, Teodoro Sampaio, São Felix, Cachoeira, São Francisco do Conde e Candeias. Para abrigar esses trabalhadores a empresa

² PAIVA, Valdivino Neves. **Maracangalha**: Torrão de Açúcar Talhão de Massapé. São Sebastião do Passé. 1996, p. 27-30. O autor viveu em Maracangalha por mais de trinta anos, foi químico industrial da Usina Cinco Rios, ex-professor de Química do colégio Municipal Dr. João Paim, ex-diretor do Grupo Escolar Cinco Rios, vereador em duas legislaturas, Secretário Municipal (da Administração e educação, respectivamente) durante 12 anos consecutivos, funcionário do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, foi oficial do Registro Civil do Cartório de Maracangalha.

cedia um espaço, tal área era chamada de barracão e também a companhia oferecia transporte para a locomoção dos empregados temporários e efetivos até o canavial.

A partir do aporte metodológico da história oral, foram colhidos 11 depoimentos dos ex-trabalhadores da usina e seus descendentes. Cruzamos essas entrevistas com outras fontes escritas, tais como: periódicos da Hemeroteca Digital Brasileira, livros de notas da usina, livros de memorialistas, além de documentos pessoais como carteiras de trabalho, atestados de afastamento e contribuição do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), dentre outras. Ativar a memória coletiva e individual dos trabalhadores foi imprescindível no sentido de restabelecer, junto as fontes escritas, diversos aspectos de suas realidades e experiências. Esta pesquisa busca também entender como se organizavam esses trabalhadores na luta por direitos trabalhistas, possíveis greves, negociações e conflitos nessa esfera. Pensando em algumas categorias, como gênero e trabalho, observar como as mulheres estavam inseridas nessa dinâmica. Busca-se compreender também as experiências de sujeitos, em sua grande maioria negros e negras, descendentes de famílias que há muito tempo habitavam nas antigas fazendas da região, nos entornos de São Francisco do Conde, Santo Amaro e São Sebastião do Passé.

Como munícipe e estudante do curso de História da UNILAB, é perceptível nos debates entre os colegas assim como nas disciplinas do curso, que mesmo com contribuições importantes da historiografia sobre o Recôncavo Baiano a carência de pesquisas que investiguem mais especificamente a cidade de São Francisco do Conde ainda se encontra num processo de expansão, potencializadas sobretudo pelos discentes do curso de História da UNILAB. Faltam pesquisas mais específicas sobre a região, para além das histórias de senhores de engenhos e barões, mas sim dos sujeitos comuns, no meu caso a inquietação maior se deu a partir do mundo do trabalho nas usinas de açúcar. O pequeno distrito de Maracangalha onde se encontram as ruínas da Usina Cinco Rios, está situado no município de São Sebastião do Passé, Região Metropolitana de Salvador, Bahia. Local que inspirou a famosa canção de Dorival Caymmi na década de 1950, as histórias que envolveram o “ir para Maracangalha” e a exímia “sambadeira”, a Anália, personagem que nasceu e viveu na região e foi imortalizada pelo poeta, são memórias ainda vivas entre os moradores. Dessa forma, esperamos que este trabalho traga contribuições relevantes e amplie a temática, oferecendo alguns elementos para o conhecimento de experiências relacionadas aos trabalhadores da Usina Cinco Rios e as comunidades negras rurais da região.

Nesta monografia optamos por fazer um texto dividido em três capítulos, dessa forma, o primeiro capítulo intitulado **São Francisco do Conde: aspectos históricos (séculos XIX e**

XX), irá abordar as transformações políticas e econômicas da Vila de São Francisco do Conde na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX. Neste período observamos o declínio da lavoura açucareira na região e as dinâmicas de escravidão e liberdade na vila. Em tal contexto, a Vila de São Francisco do Conde cresce, junto a sua vizinha Santo Amaro como um reduto do escravismo brasileiro persistente. Sendo assim, nesse capítulo além de analisar os momentos finais da escravidão na região, por meio de uma bibliografia de referência, fontes da câmara municipal, traçaremos um breve perfil demográfico de suas freguesias e tentaremos explorar a formação de comunidades rurais negras, atentando para as relações familiares que foram estabelecidas no imediato pós abolição, de comunidades que se formaram próximo a Usina Cinco Rios.

No segundo capítulo intitulado, **Mundos do Trabalho nas Usinas do Recôncavo: conflitos, negociações e resistências**, abordaremos alguns movimentos que marcaram a economia baiana ao longo da segunda metade do século XX. A análise concentra-se na organização produtiva da Usina Cinco Rios, perseguindo como se organizaram os trabalhadores dentro e fora da usina, quais fazendas forneciam canas à empresa, quem eram seus proprietários, dentre outros aspectos. As articulações, negociações de trabalhadores e os donos da usina no período em questão, conflitos, greves. Esta fase também chama a atenção para atuação política e empresarial de Clemente Mariani no Estado da Bahia.

Por fim, no terceiro capítulo intitulado, **Quem foi para Maracangalha? as trajetórias dos trabalhadores da Usina Cinco Rios**, a partir dos depoimentos orais iremos analisar as memórias, trajetórias e histórias de vida dos ex-trabalhadores da usina. Busca-se perceber vivências, sociabilidades, dentre outras perspectivas, circunscritos ao entorno da usina e nas fazendas vizinhas. Iremos destacar neste capítulo aspectos do trabalho familiar, condições de vida e analisar as experiências dos depoentes. Neste capítulo buscaremos também investigar as comunidades que se formaram no território que pertencia a usina. Historicamente esses espaços foram ocupados por populações negras descendentes do cativo, gerações de egresso da escravidão que permaneceram neste espaço e, nessas áreas, eles de diferentes modos, agregaram experiências de vida com indivíduos que mantinham relações sociais. Esses sujeitos tinham uma ligação direta com a terra, muitos cultivavam produtos de subsistência para o próprio consumo e para venda na feira de Maracangalha. Além desses aspectos citados, buscaremos abordar como a Usina Cinco Rios influenciava o ciclo de vida dos moradores do distrito e das comunidades próximas, como o Monte Recôncavo.

2 CAPÍTULO I: SÃO FRANCISCO DO CONDE: ASPECTOS HISTÓRICOS (SÉCULOS XIX E XX)

2.1 ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NA VILA DE SÃO FRANCISCO

A cidade de São Francisco do Conde destacou-se historicamente durante os séculos XVIII e XIX como a principal produtora e exportadora de açúcar no cenário internacional, aliada a grande presença negro africana em diferentes contextos do chamado Recôncavo Baiano. Reduto escravista persistente e lócus da maior concentração de engenhos e famílias de elites açucareiras no período Colonial e Imperial, a vila, dentro da historiografia, ainda se encontra diluída nos importantes estudos sobre o Recôncavo.

As experiências de trabalhadores escravizados e livres no Brasil é um tema largamente discutido pela historiografia, contudo, em relação ao cotidiano e as experiências a partir de um determinado lócus e suas especificidades, ainda podem contribuir no entendimento de diferentes contextos, pensando no que difere e no que se assemelha, suscitando questões entre rupturas e continuidades na busca por cidadania da população negra brasileira após a abolição. Silva Lara³ nos ensinou que a historiografia do trabalho no Brasil no passado, excluiu em seus debates os trabalhadores escravizados. As ações majoritariamente organizadas pelos escravizados, livres e libertos não eram pautadas no quadro da economia escravista, excluindo esses sujeitos do processo produtivo do país enquanto trabalhadores. Segundo ela, sobretudo as últimas décadas do século XIX constituíram-se como marco cronológico que separou o conjunto de obras sobre escravidão daquelas sobre o “trabalho livre”, construindo entre esses dois um abismo. Essas narrativas também contribuíram para que a história política da República corroborasse com essa ausência e deixasse ainda mais distante os projetos de cidadania daqueles egressos do cativo.

No período Colonial e Imperial essas terras dispunham de uma quantidade significativa de engenhos de açúcar, voltados para o comércio internacional. A Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde era constituída por doze freguesias, no decorrer dos anos a maioria delas foi desmembrada dos seus domínios, por meio de emancipação, reduzindo sua extensão territorial e permanecendo apenas três: São Gonçalo do Amarante (Sede), Nossa Senhora do Monte e Nossa Senhora do Socorro.

³ LARA, Silva Hunold. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. **Projeto História**, vol. 16, fev. 1998, p. 25-38, p. 27.

Quadro 1 - Freguesias da Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde (1757)

FREGUESIAS	ENGENHOS
São Gonçalo (sede).	Cajaiba, São José, Vanique, Marapé, DomJoão, Macaco das Pedras, Gurgainha, Gurgaia, Colônia, Bananeiras, São Lourenço, Buranhem, Capim Mirim, Fazenda do Meio, Itatigui, Piriquara, Macaco, Santa Clara, Ladeira
Nossa Senhora do Monte Recôncavo.	Guahyba, Engenho de Baixo, Engenho D'Água, Povoado do Vencimento, Monte, Paramirim, Cassarangongo, Quibaca, Maracangalha, Cabaxi, Sapucaia, Pinheiro, Pouco Ponto, Limoeiro, Grama, Lagoa, SantaCruz, Quissengo, Engenho Novo, Bonfim, Mombaça, Mucury, Cravassú, Ilhas das Fontes.
Nossa Senhora do Socorro.	Santo Estevão, São Lourenço, Almas, Copa, Cinco Rios, São Gonçalo, Pindoba, Piedade, Mataripe, Barreto, Tanque, Cobé, São Paulo

Fonte: Dias 2015, p.48 apud Pedreira, 1984, p.113-115.

De acordo com Pedreira⁴ em 1757 existiam muitos engenhos na freguesia de Nossa Senhora do Monte Recôncavo na vila de São Francisco. Esse espaço foi estabelecido em 1608 sobre a responsabilidade do Bispo Dom Constantino Barradas, na freguesia havia 460 fogos e 3.884 almas. A Vila de São Francisco de acordo com o periódico Almanak Laemmert:

⁴ PEDREIRA, Pedro Tomás. *Notícia histórica de São Francisco do Conde*. Salvador: Estudos Baianos/UFBA, 1976, p. 17-18.

Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) foi constituída através do alvará 15 de dezembro, na reportagem destaca-se a seguinte informação:

Sede do município, foi criada por alvará de 15 de dezembro de 1697, sendo installada em 16 de fevereiro de 1698. É a mais antiga do Estado, N'ella se encontra o convento de S. Francisco, celebre na história das fundações franciscanas (1618). Dista de S. Salvador 62 Km; 2.500 habitantes [...] ⁵

A informação fornecida pelo periódico destaca que depois da criação da sede, demorou dois meses para o município ser instalado. A ordem dos franciscanos ainda de acordo o noticiário foi a ordem mais antiga do Estado ⁶.

Referente a freguesia Nossa Senhora do Monte, nos Anais da Biblioteca Nacional (RJ) informava que a freguesia do Monte tinha 469 fogos, 3.884 pessoas, das quais 323 se confessam e 3561 fazem comunhão ⁷. O periódico ainda forneceu dados importantes sobre a freguesia, destacando os limites que ela fazia com outras freguesias ao seu redor:

Está esta freguesia situada 10 legoas distante da cidade da Bahia para a parte do norte. Parte pelo sul com a freguezia de Nossa Senhora do Socorro; servindo-lhe de divisa o rio chamado Paramerim , o qual he navegavel de barcos, lanchas e canoas. E pela parte do norte com a freguezia de S. Gonçallo da Barra de Sergippe do Conde servindo-lhes de divisa o chamado da Guaiba, tambem navegavel de barcos, lanchas e canoas. Parte pela cabeceiras na largura do leste para o norte com a freguezia de S. Sebastião, e já no seu cumprimento com a freguezia de S. Pedro do Riu Fundo ⁸.

Ainda relativo a freguesia de Nossa Senhora do Monte nos Anais da Biblioteca Nacional (RJ) foi enfática em descrever a quantidade de engenhos que está localidade possuía no passado. A publicação do ano de 1909 evidencia o seguinte:

Tem esta freguezia 19 engenhos, os quaes se distiguem pelos sitios em que estão fundados a saber. O engenho do Monte, o engenho de Bernamirim (Paramerim?) o engenho chamado Engenhoca, engenho Sapucaya, o engenho de Maracangalha, o engenho de Quibaca, o engenho de Cabaxi, o engenho de Mucuri, o engenho do pouco ponto o engenho Natiba [...] ⁹

⁵ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Ano 1918. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&pesq=Maracangalha&pasta=ano%20191&pagfis=70707>. Acesso em: 23 de janeiro 2021.

⁶ Ibidem.

⁷ Anais da Biblioteca Nacional (RJ). Ano 1909. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=402630&pasta=ano%20187&pesq=Maracangalha&pagfis=24450>. Acesso em: 23/01/2021.

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem.

Nota-se através dessa descrição, que a freguesia do Monte era importante e, em suas terras existia um número significativo de engenhos. Esses engenhos foram fundamentais para o abastecimento do açúcar em território nacional e internacional, trazendo riqueza para seus proprietários e exploração do trabalho cativo, visto que para o fabrico do açúcar e do álcool os senhores dispunham de uma quantidade expressiva de cativos para exercer as funções nos engenhos e nos canaviais, no entanto, também era utilizado, em menor escala, os serviços dos homens forros e livres da região.

A Freguesia de Nossa Senhora do Socorro do Recôncavo foi criada em 1608, pelo Bispo Dom Constantino Barradas. Um dos povoados vizinho da freguesia era um local denominado Sincoris ou Cinco Rios. Tinha 09 capelas, sendo elas capela de São Gonçalo, 2 capelas Santo Antonio, Nossa Senhora da Lapa, Santíssima Trindade, Santo Estevão, Nossa Senhora do Desterro, S. Lourenço, capela das Mesmas Almas. A freguesia de São Sebastião das Cabeceiras da encarnação do Passé foi criada em 1718 e possuía três capelas e em seu território tinha 1.681 pessoas de comunhão.

A freguesia de Nossa Senhora do Monte Recôncavo, na vila de São Francisco, tinha a posse das terras onde hoje está localizada a Usina Cinco Rios no distrito de Maracangalha. Logo, a indústria pertencia a cidade de São Francisco do Conde no passado, ou seja, até 1926 quando São Sebastião do Passé foi desmembrada de São Francisco, em razão de divergências políticas o distrito se emancipou em cidade¹⁰. A emancipação de São Sebastião do Passé foi um casuismo consequentemente da ligação que havia entre o coronel Luiz Ventura Esteves, relevante político local e o governador Dr. Francisco Marques de Goes Calmon. Paiva sublinha que o Intendente Coronel Manoel Duarte de Oliveira Júnior não gostava da força política que tinha coronel Luiz Ventura Esteves no distrito de São Sebastião, sendo esta oposição do Intendente¹¹.

Logo a passagem de 1851 para 1852 foi marcada por conflitos e confusões nas vilas e cidades, principalmente no Nordeste, pois essa região no meado do século XVIII abrigava 90% dos 221 engenhos existentes na Bahia¹². As pessoas de cor livre das vilas e povoados compreendiam que o governo Imperial estava com intenção de escraviza-los outra vez com a criação de decretos, ou seja, recenciamento da população. Os indivíduos foram para frente dos prédios públicos para reclamarem contra o decreto. Homens, mulheres, pretos e pardos

¹⁰ PAIVA, op. cit., p.19-22.

¹¹ Ibidem.

¹² NETO, José Pereira. **Sociedade, indenização e liberdade precária**: os meandros burocráticos do fundo de emancipação de escravos (São Francisco do Conde-BA). 2018. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, p. 42.

reivindicaram a favor da suspensão definitiva deste decreto do Império. Então o primeiro decreto tinha a finalidade de realização do primeiro censo no país, para julho de 1852 e o segundo decreto em suas estruturas estabeleceria o registro de todos os nascimentos e óbitos no Brasil, a partir de janeiro de 1852¹³.

Vinte anos depois, em 1872 foi realizado o primeiro censo demográfico no Brasil, a primeira operação censitária realizada em território nacional no período Imperial. Nesta conjuntura, foram recenseados quase todos os habitantes em domicílios. A contagem dos moradores se fez da seguinte forma: por sexo, cor, livres ou escravos, o estado civil dos indivíduos, a nacionalidade, a ocupação que exerciam e a religião. Na ficha deveriam constar todas as pessoas da casa, nesta ordem, para iniciar a preenchimento do documento era necessário primeiramente declarar o nome do chefe de família, logo em seguida o nome da esposa, filhos, dos outros parentes que com eles viviam na casa, os criados, escravos, agregados e hóspedes¹⁴.

De acordo com este mesmo censo, em São Francisco foi averiguado um número expressivo de homens e mulheres livres na época. O recenseamento foi realizado e direcionado da seguinte forma:

São Gonçalo da Vila de São Francisco, homens livres 2.072, mulheres livres 1.872 e homens escravos 141, mulheres escravas 100. Esse número de pessoas livres e escravizadas, correspondem os nascidos no Brasil. Na segunda tabela do documento a contagem apresenta-se da seguinte forma: homens livres 2.061, mulheres livres 1.864, homens escravos 191 e mulheres escravas 98. Nota-se no censo que os números divergem um pouco, sem muita alteração entre a primeira e a segunda tabela¹⁵.

Analisando a quantidade de escravos que se encontravam em São Gonçalo da Vila de São Francisco, atenta-se para o seguinte, o primeiro e o segundo dado do recenseamento do

¹³ CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras. 2012, ISBN 978-85-359-2141-0. 351 p.

¹⁴ Brasil, Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento da população do Brasil. Em 01 de agosto de 1872. Rio de Janeiro, 1876; Para saber mais sobre o recenseamento realizado nas localidades de São Francisco, ver: NETO, José Pereira. **Sociedade, indenização e liberdade precária: os meandros burocráticos do fundo de emancipação de escravos (São Francisco do Conde-BA)**. 2018, p.65-131. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

¹⁵ É de suma importância sinalizar essa abordagem, pois nos permite uma compreensão ampla da população da vila de São Francisco nos momentos que antecedem a abolição da escravatura no Brasil. Enquanto é perceptível ao examinar e explorar o censo de 1872, notamos que esse material apresenta algumas falhas no seu processo de coleta de dados. Levando a compreender que as autoridades da vila não se preocupavam e não davam a devida atenção ao recenseamento daquele ano. Estavam apreensivos, pois, deduziam que a contagem realizada em 1872 ia servir para determinar e impor novos impostos, vindo a prejudicar seus negócios e para recrutar seus escravos para servir a junta militar. Para saber mais sobre o assunto ver: BARICKMAN, B. J. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. Afro-Ásia, nº 29-30. Universidade Federal da Bahia.

mesmo ano há uma variação numérica. No total entre homens e mulheres escravizados no primeiro recenseamento chega-se essa quantidade de indivíduos, 241, no segundo levantamento 289. Podemos deduzir que no momento de preencher as fichas houve erro na contagem, ou algumas omissões na hora do preenchimento. Um fato importante era que neste contexto uma parcela significativa da população não sabia ler ou escrever, como mostram os dados do mesmo censo. Iacy Maia acentua que o censo de 1872, 41, 3% da população masculina da cidade do Salvador sabia ler e escrever, realidade distinta das cidades do Recôncavo, pois, a maioria da população não era letrada¹⁶.

Neste momento, cabia ao agente recenseador conferir cuidadosamente a lista, ele também realizava as correções dos erros e em muitos momentos preenchia a ficha do zero. Devemos enfatizar que esses números citados anteriormente, entretanto, não incluíram as freguesias de Nossa Senhora do Monte, Nossa Senhora do Socorro do Recôncavo, Madre de Deus do Boqueirão e São Sebastião da Cabeceira do Passé, os pequenos lavradores, pescadores e estrangeiros.

Na vila a maioria dos escravos estava em mãos de pequenos e médios escravistas. Outra importante característica a ser analisada é que a população escrava era o maior percentual de homens. A população masculina era mais requisitada para trabalhar na lavoura de cana. Os senhores de engenhos preferiam eles por sua força, diziam que eram mais produtivos. Embora encontrassem mulheres trabalhando nos canaviais da região, porém em pequena quantidade.

Outra abordagem que o recenseamento nos traz são o número significativo de domicílios nas áreas de Nossa Senhora do Monte no final do século XIX em relação São Gonçalo da Vila de São Francisco, Nossa Senhora do Socorro do Recôncavo, Madre de Deus do Boqueirão e São Sebastião da Cabeceira do Passé. Nesta região concentrava-se em torno de 25 engenhos, um número relevante para esta localidade. Enquanto a vila de São Gonçalo dispunha de 19 engenhos, Nossa Senhora do Socorro do Recôncavo 13 engenhos¹⁷.

Os dados que contém no censo de 1872 nos norteia para termos uma visão da população de São Francisco no final do século XIX, ou seja, o recenseamento total das cinco freguesias, incluindo homens e mulheres brancos e não brancos, escravos e livres. A partir da coleta de dados podemos notar que neste período na região o número de mulheres e homens livres já era

¹⁶ MATA, Iacy Maia. **Os treze de maio**: ex-senhores, Polícia e libertos na Bahia Pós abolição (1888-1889). Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002, p. 89.

¹⁷ ANDRADE. Maria da Graça. **Memórias e Existências**: Identidades e valores na representação social do patrimônio no Recôncavo da Bahia. 2015, Tese (doutorado), UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG ESCOLA DE ARQUITETURA – EA/UFMG Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU. Belo Horizonte-MG.

significativo. Os escravos que restavam trabalham majoritariamente nos canaviais e nos engenhos de açúcar.

Além de criar emancipações graduais para libertar os escravos como a Lei Eusébio de Queiroz (1850)¹⁸, a Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei do Ventre Livre (1871), os mecanismos para libertação dos escravizados foi além, neste mesmo ano estabelecia-se o Fundo de Emancipação, cujo objetivo era prover a alforria gradual dos escravos existentes no país. A Lei de 1871 possibilitou e determinou que escravos pudessem utilizar seus pecúlios para a compra de alforria. Essa lei significou importantes transformações na política da alforria, conduzindo os escravos a adquirirem sua liberdade¹⁹. Para Hebe Mattos a lei teve como particularidade relevante, delimitar, traçar e planejar a atuação do Estado, pois, se tratava de propriedade privada. Com tal atuação do Estado, estava ocorrendo uma interferência nas relações entre senhores e escravos²⁰.

Relativo ao comércio de escravizados o Jornal do Commercio (RJ) salienta que antes da Lei Eusébio de Queiroz (1850) o tráfico de pessoas oriundas do continente africano era lícito, permitido e auxiliado pelo Estado, depois da criação da referida determinação a deslocação de indivíduos se torna crime. O jornal acentua que:

[...] mas as ideias, os sentimentos humanitários, e mesmo as conveniências dos povos progrediram por tal forma, que farão exigidas providências restringindo esse commercio, a ponto de prohibir-se a sua importação, até que leis ultimas derão o derradeiro golpe em semelhante trafico²¹.

A partir deste momento é reduzido o tráfico externo, mas, observa-se com a criação da lei de 1850 cresce o tráfico interno. A Lei Eusébio de Queiroz (1850) foi muito importante para o fim do tráfico de escravos.

¹⁸ A ilegalidade beirava os moldes e a sociabilidade de uma parcela que se beneficiava com o trabalho desses africanos, eles eram mantidos no cativeiro ilegalmente. O decreto de emancipação de 1854, gradualmente foi acolhido pelos africanos “livres” que nesta conjuntura passaram a lutar por ele, era um processo lento para adquirir a liberdade definitivamente, mais já era algo positivo. Para saber mais sobre o assunto ver: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

¹⁹ CUNHA, Manoela Carneiro da. **Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX**. In: _____. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986, p. 123-44.

²⁰ MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

²¹ Jornal do Commercio (RJ). Ano 1877. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_06&Pesq=tr%c3%a1fico%20interprovincial&pagfis=16252. Acesso em: 06, outubro de 2020.

Em São Francisco do Conde, a atuação do Fundo de Emancipação foi simbólica. Libertou uma parcela pequena de escravos. Naquele momento essa lei era um mecanismo de amplo choque no desmonte da escravidão nos anos de 1871-1888. Os acordos entre senhores de engenhos e seus escravos eram fundamentais para obtenção da liberdade dentro desta conjuntura. Além das obtenções das alforrias para os escravizados o Fundo de Emancipação tornou-se fundamental enquanto catalisador das lutas pela liberdade.

Pensando as dinâmicas dos momentos finais do sistema escravista, percebemos que os fazendeiros reagiram diferentemente nas distintas áreas, porém naquela altura, a maioria deles estava convencida de que a escravidão era uma causa perdida na vila de São Francisco:

Nestes termos cabendo-me a honra de responder á V. Exa. pela edilidade que inmerecidamente preside, devo a outrosim informar á V.Exa. que antes de terem notícia da definitiva apresentação do projeto de lei ao corpo legislativo quase todos os proprietários desta região haviam mantido incondicionalmente seus escravos e ingenuos, na suposição de que desta maneira obterão a retirada em massa das propriedades para a capital e poderiam organizar nosso trabalho. Me parece que gozão dos últimos proprietários o Coronel José Joaquim de Teive e Argollo e tenente coronel e vereador Constâncio de Queiroz, aliás reconhecidos pelo seu excelente espírito de caridade, e eu mesmo em sete de maio, aniversário natalício de um dos meus filhos assim procedi em relação à 346 indivíduos, sendo 203 escravos e 143 ingenuos, ainda existem nas três propriedades do engenho denominado Cassaragongo, Maracangalha e Mataripe, onde já habitam considerável número de antigos moradores e libertos anteriormente do meu casal. Portanto, ao ponto da libertação que se propôs a Lei sancionada em 13 de Maio, posso dizer à V. Exa. com segurança que neste município a ninguém tomou de surpresa a sua promulgação, que nem os proprietários se illudirão com suposição de prazo nem os sujeitos aguardarão a solução legislativa; tudo já se anarchisou antes de tempo e tudo continua na maior confusão!²²

O trecho acima é parte de um telegrama acerca da lei de 13 de maio de 1888, enviado à câmara da vila de São Francisco do Conde, para as mãos do já mencionado Barão Muniz de Aragão, presidente da câmara à época. O telegrama enviado pelo Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, sobre a referida lei, repercute entre os vereadores, senhores de engenho e donos de propriedades da região. Contudo, as principais considerações são feitas pelo barão, quando afirma não ser surpresa a promulgação da emancipação na vila, e não podendo mais conter a liberdade outorgada pela lei, ressalta que já moravam em sua propriedade considerável número de libertos. Desnecessário mencionar a quantidade de estudos que buscam aprofundar a trajetória e o cotidiano de trabalhadores de outros engenhos do Recôncavo, contudo ainda é necessário um esforço historiográfico maior em outras partes desse território, como São Francisco do Conde.

²² Paço da Câmara Municipal da Villa de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, 19 de maio de 1888. APEB.

Segundo José Pereira Neto, nos últimos anos da escravidão no Brasil, em São Francisco, alguns proprietários de escravos se utilizavam dos Fundos de Emancipação para conceder alforria para seus cativos. Nesse meio, os escravocratas tentavam construir “laços de gratidão” com os trabalhadores, no intuito de organizar um verdadeiro “exército” de trabalhadores negros²³. Os escravizados eram selecionados por juntas classificadoras de escravos. Logo, cada província do Império deveria determinar uma junta de classificação, sendo essas obrigações veiculadas e atribuídas ao Presidente da Câmara, Coletor da Fazenda Pública e o Promotor Público, eles eram responsáveis pela gerência dos recursos oriundos do Fundo de Emancipação. Além dessas obrigações, esses senhores eram responsáveis também pela seleção de um escrivão do Juízo de Paz. A incumbência do escrivão era de registrar as atividades da junta em livros destinados para esse fim, o Ministério da Agricultura disponibiliza o fornecimento desse documento para escrivão do Juízo de Paz anotar todas as diligências ocorridas²⁴. Conforme Neto os recursos do Fundo eram distribuídos a partir da quantidade de escravos existentes no município ou na freguesia. As responsabilidades de escolherem os escravos (o/a) para a obtenção das alforrias eram das famílias. Para Neto, os senhores estavam interessados na indenização, ou seja, na quantia que iria receber pelo escravo²⁵. Robert Conrad acentua que nesta situação alguns senhores no momento da seleção dos escravos que recebiam alforria aproveitaram da possibilidade de livrar-se de escravos indesejados e ainda tinham o lucro pela venda deste indivíduo (os/as), livrando-se de problemas futuros com o cativo²⁶.

As explicações acerca da abolição da escravatura e também para a redução de (trabalhadores escravizados) nas lavouras, podem ser pensadas a partir de alguns elementos: o primeiro a ser analisado é a partir de 1850 (momento que) entra em vigor Lei Eusébio de Queirós, com o objetivo de proibir a entrada de africanos escravos no Brasil. Com a redução de escravizados em oferta surgiu o colapso da produção açucareira. Segundo momento, com o tráfico interprovincial, umas parcelas significativas de escravos foram para o Sudeste do país trabalharem na lavoura de café, no Rio de Janeiro e São Paulo, o produto estava crescendo no mercado mundial. A escassez de braços para trabalharem na cultura da cana de açúcar fez com que a cidade perdesse o apogeu na produção da matéria-prima. De acordo com Evaldo Cabral de Melo, na segunda metade do século XIX, o tráfico interprovincial cresceu nas províncias do Nordeste. Ainda de acordo com a linha de raciocínio do autor, neste momento, a região não

²³ NETO, op. cit., p. 40-88.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Ibidem.

²⁶ CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2ª ed. Trad. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Retratos do Brasil, v. 90)

mais demandava de ampla cota de mão de obra escrava²⁷. A crise econômica que a região estava enfrentando, fez com que muitos senhores de engenhos perdessem suas fortunas e os pequenos proprietários vendessem suas terras para terceiros por um preço baixo. O valor do açúcar no mercado, reduziu significativamente e esse evento fez com que a atividade produtiva permanecesse estagnada, limitando a necessidade de braços para trabalharem nas lavouras, esse evento acabou por empobrecer os grandes proprietários da região. Esse acontecimento favoreceu a venda de escravos para outras regiões.

Os presidentes das províncias, especialmente da Bahia estavam buscando uma saída para recuperação do capital já investidos na produção de açúcar. Para recuperar esse capital empregado na lavoura canavieira e na compra de escravizados os dirigentes baianos viram no tráfico interprovincial uma saída para a recuperação do capital investido na produção agrícola, além da Bahia muitas províncias realizaram esse mesmo mecanismo para a reocupação de capital²⁸.

Em *Visões da liberdade*, Sidney Chalhoub aborda algumas circunstâncias em que escravizados expedidos para o Rio de Janeiro através do tráfico interprovincial ocasionou graves problemas, esses sujeitos reagiram contra as novas condições de seu cativeiro. Os seus novos senhores e os agentes das casas de comissões estavam desapontados com o comportamento dos escravizados. Os escravos dificultavam a sua venda, causando prejuízos para os agentes das casas de comissões que tentavam negociá-los e quando finalmente eram vendidos e chegavam na propriedade do senhor os homens de cor em sua maioria não aceitava com facilidade as ordens de seu proprietário. Uma maneira que homens e mulheres encontram para lutarem contra esse sistema de escravização de corpos negros²⁹. Sem contar que eles/elas eram obrigados a se afastarem de seus familiares para servir a elite Imperial.

Barickman afirma que entre 1853 e 1871 as autoridades que trabalhavam no porto da Bahia perceberam a saída de aproximadamente 18.000 escravos, enviados para outras regiões. Ainda de acordo com Barickman, o censo feito em 1872³⁰ observou que apesar da queda entre o período de 1850 e 1872 a Bahia ainda tinha um número expressivo de escravos, sendo a população servil baiana a terceira maior do Brasil.

²⁷ MELO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. As chamadas províncias do Norte incluíam: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Já as do Sul eram formadas: Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

²⁸ MELO, op. cit., p. 23.

²⁹ CHALHOUB, op. cit., p.29-35.

³⁰ Com base no trabalho de Barickman (1998), em 1 de agosto de 1872 foi realizado o recenseamento da população do Brasil. Criando um relatório e trabalhos estatísticos com o objetivo de ser apresentado ao Ministro do império no dia 30 de abril de 1875, na Província da Bahia.

2.2 O PÓS ABOLIÇÃO E A FORMAÇÃO DE COMUNIDADES NEGRAS RURAIS.

Os rumos do sistema escravista nos polos açucareiros, principalmente Bahia e Pernambuco onde centralizava número importante de engenhos foram aos poucos se modificando, pelo efervescer da abolição. E outro fator significativo que modificou as estruturas escravistas no Brasil Império, foi a epidemia de cólera morbus que se alastrou na Província da Bahia matando muitos escravizados, homens e mulheres livres, que trabalhavam nas lavouras de cana.

Por tanto, essas alterações incidiram na Bahia, especialmente em Salvador e no Recôncavo que tinha um número significativos de engenhos, foi uma queda expressiva na fabricação de açúcar. Frente a esses episódios supramencionados, uma boa parcela dos senhores que tinham terras em São Francisco se mudaram definitivamente para outras regiões. Em tempos de cativo os escravizados além do seu trabalho diário nos canaviais ou na casa grande eles exerciam o trabalho de ganho, na plantação, caça e pesca. Com a autorização do seu senhor eles poderiam produzir a própria subsistência em pequenas parcelas de terras³¹.

Os libertos tinham uma relação forte com a terra, eles ligavam a noção de liberdade com direitos a terem condições e acesso à terra. Dentre todos os desfechos ocorridos nos antigos engenhos após a referida lei que ocorreu no dia 13 de maio. O Atheniense: Homenagem do Club Atheniense ao Dia Sete de Setembro (BA) fez referências a independência do Brasil que ocorreu no dia 07 de setembro de 1822, mas afirma que ela não estava completa, faltava um elemento, isto é, a abolição da escravatura. “Hoje, podemos muito pouco jubilar e comemorar a nossa independência”³². Ao mencionar sobre a libertação dos cativos o periódico ressalta que finalmente o Brasil está livre dos grilhões que os prendiam a Portugal, ele destaca que: “A aurora sorridente de 13 de Maio de 1888, essa data gloriosa nos fastos da história da humanidade, foi quem deu confirmação ao brado do Ypyranga”³³. O Jornal ainda faz uma comparação da forma de governo do Brasil com outro país da Europa, “A França, esse modelo de reformas, prepara-se para comemorar o centenario da sua independência; e nós brasileiros ainda festejamos a recente liberdade dos cativos!”³⁴. Um noticiário explicando o atraso do

³¹ FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da liberdade**. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p.42.

³² O Atheniense: Homenagem do Club Atheniense ao Dia Sete de Setembro (BA). Ano 1888. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=827142&pesq=Aboli%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%20188&pagfis=2>. Acesso em: 23, janeiro de 2022.

³³ Ibidem.

³⁴ Ibidem.

Brasil perante outros países, enquanto a França estava comemorando o centenário de independência, nós brasileiros íamos fazer 66 anos que nos libertamos da colônia portuguesa.

Os trabalhadores agora livres, lutavam pelo seu direito a um pedaço de terra, pois, para os ex-escravos dos respectivos engenhos, poderiam incluir dentre os seus projetos de liberdade, a conservação e permanência do espaço que cultivavam produtos de subsistência no tempo da escravidão, em contrapartida, esses espaços eram propriedades particulares dos ex-senhores e que os libertos não poderiam usufruir. Segundo Iacy Mata após o 13 de maio de 1888 culminaram uma série de conflitos entre ex-senhores, libertos e a polícia. Os ex-senhores não aceitavam a “rebeldia” dos recém libertos e a recusa ao trabalho em suas propriedades. Nesse sentido, o 13 de maio adquiriu significados distintos, tanto para os ex-senhores como para os libertos, assim, para manter a ordem nas freguesias e vilas da Bahia era preciso chamar a junta policial³⁵.

Enquanto os senhores de engenho de São Francisco do Conde mantinham sua visão voltada ao trabalho escravo, em Pernambuco no fim do século XIX os trabalhadores livres eram a maioria em relação ao número de escravos nessa área. Portanto, imagina-se nesse contexto o declínio da população cativa. Outro fator marcante foram as condições desfavoráveis ao açúcar brasileiro no mercado mundial, taxas altíssimas para exportação no mercado exterior, uma nova área de plantação estava surgindo e se fortalecendo como uma região produtora, como exemplo Cuba, assim como a estimulação da produção de açúcar de beterraba e a Guerra Hispano-Americana.

Porém, a abolição em 1888 não surtiu tanto efeito nos engenhos de Pernambuco, pois paulatinamente esses grandes produtores de açúcar, dentre outros produtos usavam a mão de obra livre. Realidade diferente em São Francisco, os escravizados eram a principal fonte de trabalho para a fabricação do açúcar na região. A elite açucareira se queixava constantemente da falta de mão de obra para exercer o trabalho diário nas lavouras do Recôncavo. Fato ocorrido durante uma boa parte do período escravista no Brasil. Para Novais esse fenômeno é explicado pelos seguintes eventos, pelo sistema imposto no Brasil, exploração da mão de obra de indivíduos oriundos do continente africano retirados a forças de suas regiões e os afro-brasileiros, escravos nascidos no Brasil e uma constante manutenção da mão de obra³⁶. Entretanto, o assunto sobre a falta de trabalhadores escravizados ganhou uma notoriedade no Recôncavo, em São Francisco do Conde no ano de 1850, os dirigentes locais e proprietários de

³⁵ MATA, op. cit., p. 20-23.

³⁶ NOVAIS, Fernando. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial** – séculos XVI-XVIII. 4. ed. São Paulo. 2018.

alguns engenhos estavam apreensivos que rumo seus negócios iriam tomar, pois, com a falta de trabalhadores, consequentemente haveria um colapso na agricultura local. Porém esse debate não estava centrado especificamente na vila e sim em todo o país.

Contudo, era perceptível as impugnações dos senhores de engenhos sobre a falta de trabalhadores escravizados, essas queixas além de serem realizadas pelos senhores de engenhos, também foram questionadas pelos governantes da província da Bahia. Maria Antonieta Tourinho sublinha em sua dissertação de mestrado que os fazendeiros do Recôncavo baiano neste período alegavam histórias comoventes sobre os prejuízos que estavam tendo na fabricação do açúcar e na lavoura. Eles não tinham como pagar para os libertos cuidarem de suas propriedades. Logo os fazendeiros relataram que suas lavouras de cana estavam se definhando com a falta de braços para trabalharem. Nos relatos dos proprietários, suas lavouras estavam passando do tempo da colheita para fabricação do açúcar, isso interferia na qualidade do produto produzido para serem exportados³⁷.

Esse fenômeno exemplificado acima é referente a cidade de Salvador, já para o Recôncavo, nas imediações rurais onde o cultivo da cana era vigoroso, os problemas enfrentados eram totalmente distintos e bem maiores, pois, os moradores da região tinham uma relação com a terra, tanto os escravocratas, como escravizados e homens livres.

Segundo Barickman outro fator importante ocorrido no Recôncavo foi a proliferação de pragas nos canaviais de São Francisco do Conde, Nazaré (Sul do Recôncavo) e Maragogipe, além de outras regiões. A “moléstia” teve uma durabilidade de 10 anos aproximadamente, nenhum remédio era compatível para matar essa praga que destruía os plantios de cana. Esse fato fez reduzir significativamente a quantidade do açúcar produzido na Vila. Em 1866-67 e 1867-68, os produtores de Recôncavo mandaram uma remessa de açúcar inferior ao que era comercializado antes, alguns nem enviaram o produto. O clima também deixou sua marca significativa nos amplos canaviais da região, com a seca que perdurava nas localidades a cana não se desenvolvia, a alta temperatura que correu em 1857-61, freando³⁸ o plantio e a colheita da matéria prima. Em 1888-91 a seca foi mais forte nos distritos canavieiros. Obviamente essa crise não se explica simplesmente pelo fator climático e, sobretudo pelo fim do trabalho de base escravista na região. Pois, sem mão de obra escrava para exercer o trabalho pesado nas lavouras quem iria retirar as canas para moer? Restava os trabalhadores recém livres e os pobres da

³⁷ TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. **A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX**.1982. Dissertação (Mestrado em História Social) –Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 106-107.

³⁸ BARICHMAN, Bert. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.189-191.

localidade, pois, os senhores de engenhos não estavam dispostos a pagar, eles negociavam o máximo para ter uma mão de obra barata nas lavouras e em outras áreas dos engenhos. Com a seca castigando as plantações de cana, fato ocorrido na metade do século XIX, no mesmo ano, as chuvas retornaram, a moléstia foi controlada com uma nova variedade de cana, mas resistente às pragas.

Todos esses fatores ficaram para trás, porém a região não se restabeleceu. A partir da redução do número da população escrava, os senhores de engenhos reduziram suas áreas de plantios, diminuindo sua produtividade. Porém estava incluindo um número bem pequeno de mão de obra livre para trabalharem nas lavouras no período de 1880.

O que poderia explicar também esse fenômeno da baixa importação de açúcar foi o fato dos senhores de engenhos, principalmente do Recôncavo Baiano não estarem preparados para o fim da escravidão, cogitaram esse momento, mas pensaram que iriam ser ressarcidos totalmente pelo ocorrido. Logo, a desorganização do trabalho agrícola realizado nos distritos açucareiros se instalou, um número significativo de ex-escravos teria abandonado os engenhos e, os que permaneceram na propriedade se negaram a trabalhar nos regimes similares do cativo.

As histórias de vida dos ex-escravos em São Francisco do Conde são marcadas pela violência que sofriam, instabilidades, revoltas, resistências, negociações, pobreza e pela construção de laços afetivos, (além de sociabilidades diversas refletidas até hoje na herança cultural presente na região). Com a extinção da escravatura, homens e mulheres permaneceram nos seus locais de nascimento, como em Maracangalha, Quibaca, Cabaxi, Monte Recôncavo, fazenda Almas, Paramirim, Madrugá entre outros povoados. Nestas localidades ou próximas delas foram criadas comunidades rurais majoritariamente negras, como Guini, fazenda São Domingos e fazenda Tanque, pequenos povoados próximo ao antigo engenho Maracangalha distrito onde localiza-se a Usina Cinco Rios.

O historiador Walter Fraga em seu estudo, *Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*, mostra a trajetória de escravos e libertos dos engenhos do Recôncavo Baiano. O historiador mensurou e estimou os efeitos da abolição neste território. No pós-abolição os antigos engenhos das freguesias de São Gonçalo da Vila de São Francisco, Nossa Senhora do Socorro do Recôncavo, Madre de Deus do Boqueirão e São Sebastião da Cabeceira do Passé e Nossa Senhora do Monte, transformaram-se em comunidades rurais de egressos da escravidão, formaram grupos familiares e estes

permaneceram nesses espaços por diversos motivos³⁹. Todavia, as regiões dos antigos engenhos simbolizaram para os ex-escravos e seus descendentes, a conservação de “direitos” contraídos ao longo do cativeiro.

Muitos dos egressos do cativeiro e seus descendentes residiram neste espaço. Além disso, havia os que de alguma forma compraram pequenas propriedades e ali se estabeleceram para trabalharem como meeiros, parceiros de empreitada, obtendo parte de sua subsistência através das pequenas roças e o trabalho exercido nas fazendas da Usina Cinco Rios e na própria indústria. Almeida destaca um aspecto fundamental referente às comunidades rurais, salientando que mesmo antes da abolição da escravatura alguns grupos já possuíam uma base econômica definida. Organização do espaço que as pessoas iram ocupar, as sociabilidades entre os indivíduos que residem nesta comunidade e uma agricultura de subsistência para venderem e consumir a outra parte⁴⁰.

As ações majoritariamente organizadas pelos escravizados, livres e libertos não eram pautadas e reconhecidas no quadro da economia escravista. As plantações eram vistas como simples cultura de subsistências. Para explicar esse fenômeno, relatavam a escassez de alimento e a extrema miséria que enfrentavam os trabalhadores escravizados e pobres no período colonial, se estendendo esse evento da carência de alimentos para o Imperial e até os dias atuais. Como consideramos anteriormente, antes da abolição a agricultura de subsistência era essencialmente fundamental para os cativos e pobres da região. De um pedaço de terra cedida pelo senhor, os escravizados plantavam suas verduras e hortaliças, principalmente aos domingos, momento que eles não estavam na lavoura canavieira. Homens e mulheres se dedicavam em seus roçados. Da comercialização do produto cultivado, eles juntavam seus pecúlios, principalmente para compra de alforrias, depois de uma negociação com seu proprietário.

Os estudos referentes aos escravizados, livres e libertos baseia-se em linhas gerais nos trabalhos voltados na grande lavoura de monocultura. Segundo o historiador Guillermo Palácios a historiografia brasileira encontrava obstáculos para estudar a trajetória dos produtores rurais e, nesse impasse de compreensão das organizações destas comunidades que se formava ele se confrontava com obras que ao explicar sobre o tema, acabava subjugando,

³⁹ FILHO, op., cit., p. 296.

⁴⁰ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In: Frechal – terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996. Para saber mais sobre a organização dos egressos dos cativeiros e seus descendentes nas comunidades rurais negras: SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. **História oral, memória e campesinato negro/mestiços na Bahia pós-abolição**. História Oral, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul. /dez. 2013.

inferiorizando, representando tais comunidades em um olhar distorcidos ou comparativo. O que tange essas controvérsias do campesinato negro e sua constituição, houve dificuldades para fundamentar devidamente as discursões sobre esse tema explorado. Encontra-se obstáculos ao articular ou estruturar o tema referente a história agrária no Brasil. As pesquisas no país sobre campesinato baseiam-se na vivência da colonização europeia, surgindo no Brasil a partir do descobrimento. Em contrapartida como salienta Guillermo, á pouco estudo sobre o campesinato de origem afro-brasileira e quando se dedicam a um capítulo do tema, tratam essa classe social como posseiros ou ocupantes de pequenas propriedades próximo ao plantation, sua representatividade vai além das plantations, nessas comunidades há organizações políticas fundamentadas em direitos e deveres⁴¹. Nesses espaços haviam culturas diversificadas, de fato não eram voltadas para a exportação, mas abasteciam os centros urbanos e permitia a sobrevivência das pessoas que nelas viviam⁴².

A cultura de subsistência era uma atividade pouco significante na ótica do escravismo mercantil. Ainda em Palácios, o historiador adverte que esses estudos não ampliam as discussões agrárias ou faziam uma relação dessa temática com as experiências antes e depois da abolição⁴³. Muitas comunidades negras foram formadas a partir das experiências do cativo. Fazendas foram abandonadas pelos seus proprietários após a lei 13 de maio e nesses espaços se constituíram famílias que viviam do que plantavam. Uma quantidade significativa da colheita dos produtos os camponeses comercializavam nas feiras livres ou vendiam para os atravessadores⁴⁴ para serem negociados em outras áreas.

Os historiadores de antigamente defendiam a posição da inexistência de comunidades camponesas, desde o período colonial até a primeira metade do século XX. Nas suas análises, argumentava-se que a população brasileira era constituída por uma pequena elite branca e seus descendentes, pessoas escravizadas, homens livres e indígenas que viviam dispersos pelo país, sem se fixarem em um local específico. Nesse cenário supracitado percebe-se que a grande massa, o “povo brasileiro”, eram desapropriados dos seus direitos políticos e jurídico nessa sociedade. Tantos homens como mulheres eram considerados sujeitos passivos, desligados e não possuíam nenhum entendimento sobre o que estava ocorrendo em sua volta, indivíduos que ao longo da sua construção social não possuíam cultura. Constantemente sempre representados

⁴¹ PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e Historiografia no Brasil**. BIB, Rio de Janeiro, n. 3 5 1º sem estre 1993, pp. 41-57.

⁴² BARICKMAN, op. cit., p. 305-319.

⁴³ PALACIOS, op. cit., p. 50-51.

⁴⁴ São negociantes livres, que trabalham no ofício de repassar o produto para outros compradores da região ou de outras áreas.

como pessoas incapazes de estruturarem para protegerem seus interesses e adquirirem cidadania plena.

Desde a década de 80 a historiografia nos trouxe trabalhos importantes sobre as comunidades negras, como Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil, escrito por Hebe. Essa autora elenca, organiza e problematiza fontes até o momento pouco utilizadas para as construções científicas referente as comunidades negras. Compondo uma criação diversificada de trabalhos de caráter local, regional e criando uma aproximando as ações realizadas por homens e mulheres com o contexto mundial⁴⁵. Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos na obra O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas, revelam o rompimento com os antigos conceitos que pautavam as organizações das comunidades negras no país⁴⁶. O artigo examina as diversas transformações que ocorreram no pós-abolição relacionado com o cotidiano dos egressos do cativo e seus descendentes. Elas deram destaque as experiências, construções de laços familiares e as memórias dos descendentes para relatarem os fatos ocorridos no passado, ou seja, trouxeram à tona os acontecimentos esquecidos por eles. Transformam os depoimentos de filhos e netos de escravizados em voz ativa. Com esses feitos, proporcionou-se uma nova retomada para importância histórica dos grupos esquecidos. Acentua as pesquisas que estudam a última geração de escravizados e seus comportamentos depois da abolição da escravatura. Não deixa de ser um trabalho analítico, promissor e que ao longo da sua formação vai trazendo histórias de vida, lutas, conquistas e identificando sujeitos “esquecidos” na história. Um trabalho que articula, funde e tem uma semelhança com as histórias de vida das comunidades negras camponeses do Recôncavo do final do século XIX para primeira metade do século XX.

Então, nessa dinâmica da pesquisa, os filhos e netos de depoentes, aquelas pessoas mais velhas da comunidade que traçaram a nova analogia quilombola. Os entrevistados relembram o que seus antepassados dizem sobre o cativo, nessa perspectiva, lembranças do passado são acionadas para nortear e restabelecer as narrativas dos pais e avós no presente. Entretanto, nessa fase os entrevistados desenvolveram para elas novas interpretações de aspectos que remetem ao passado, dando novos significados. Edinélia Souza em seu artigo História oral, memória e campesinato negro/mestiços na Bahia pós-abolição⁴⁷, também sinaliza que tais memórias do

⁴⁵ MATTOS, Hebe. **Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil**. REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 104-111, dezembro/fevereiro 2006.

⁴⁶ RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas**. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

⁴⁷ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. **História oral, memória e campesinato negro/mestiços na Bahia pós-abolição**. *História Oral*, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./dez. 2013. p. 56.

cativo são entendidas e interpretadas no momento da pesquisa. Os entrevistados expressam suas vivências, ressignificam trajetórias, e rememoram histórias anônimas e anunciam experiências compartilhadas. No entanto, esses grupos já criavam seus significados de liberdade por meio de diferentes possibilidades de inserção social, reelaboração de suas identidades em territórios de circulação, como “moradores”, “roceiros”, “lavradores” num horizonte de expectativas muito além do que realmente deveria ser uma cidadania plena nas primeiras décadas da República.

2.3 MARACANGALHA: DE ENGENHO À USINA

O Engenho Maracangalha adquiriu notoriedade nas colunas internacionais pela sua importância e quantidade de cana colhida. No ano de 1907 foi mencionado pelo periódico *The Brazilian Review* (RJ) que o referido engenho tinha acne used (cana usada) 28.800 tons (toneladas)⁴⁸.

O Barão Muniz Aragão em 1878, ao tomar posse do Engenho Maracangalha, se deparou com uma situação inesperada. Os escravizados pertencentes aquele engenho, frente as agitações nas vésperas da abolição, se uniram com a finalidade de não trabalhar sob a tutela do engenho nas mãos do barão. Para os cativos retornarem ao trabalho, foi necessária uma delicada negociação. Muniz de Aragão chamou os escravizados de um a um para dá-lhes roupas, nessa instância, determinou que os cativos ajudassem os bois de broxa e, logo em seguida os ferrassem com o sinal do barão⁴⁹.

No importante estudo de José Pereira Neto⁵⁰ acerca das manumissões na vila de São Francisco, no ano de 1887 o Barão Moniz de Aragão, proeminente figura no cenário econômico e político da região, solicitou empréstimo ao governo da província para realizar melhorias no engenho central Maracangalha. Foi ofertada a quantia de 400 mil contos de réis para compra de maquinários para o engenho. Segundo o *Jornal do Commercio* (JR), estava em vigor no ano de 1890 o decreto n 2. 240-de 3 de março do mesmo ano que: “Approva os contratos celebrados para o fornecimento de cannas ao engenho central de que é concessionario o Barão Muniz de Aragão, no municipio da villa de S. Francisco da Barra do Sergipe do Conde, no estado da

⁴⁸ *The Brazilian Review* (RJ). Ano 1907. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=161993&pasta=ano%20189&pesq=Maracangalha&pagfis=10811>. Acesso em: 23/01/2021.

⁴⁹ IHGB. Coleção Barão de Cotegipe, **Correspondências**, Lata 873 A, pasta 142, de Muniz Aragão para Cotegipe, em 26 de novembro 1878.

⁵⁰ NETO, op. cit., p. 256.

Bahia⁵¹”. Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório, atendeu o pedido de redução de juros ao barão, o periódico menciona o seguinte ponto referente ao decreto n.10.161 de 05 de janeiro de 1889, foi alterado pelo de n.219 de 25 fevereiro do mesmo ano, concedendo a redução de 6% de juros ao ano sobre o capital de 750:000\$ para o engenho Maracangalha⁵². Muniz de Aragão, além de ser um empresário de vários negócios e influente no meio político ao realizar esse novo acordo garantiu para o engenho abastecimento de cana segundo o periódico. Em 27 de fevereiro de 1890 o periódico Gazeta de Notícias (RJ) divulgou reportagem com teor semelhante:

A requerimento do barão de Moniz de Aragão concessionario da garantia de juros para o estabelecimento de um engenho central em sua propriedade, com a denominação de Engenho Central de Maracangalha, no município da villa de S. Francisco da Barra de Sergipe do Conde no Estado da Bahia, foi elevado o capital do engenho de 400:000\$ para 750:000\$, com a garantia de juros de 6% já concedida⁵³.

Além de ter privilégios financeiros junto ao governo Imperial, o barão Muniz de Aragão adquiriu as mesmas regalias no governo Republicano. Logo, o engenho central Maracangalha, obteve seus contratos aprovados no governo Republicano do Marechal Deodoro da Fonseca, de acordo com o decreto n.º 240, de 3 de março de 1890.

Foi publicado uma outra nota no periódico O Auxiliador da Industria Nacional: Ou Collecção de memorias e Noticias interessantes (RJ) elogiando o açúcar fabricado no engenho Maracangalha, relatando que: “3^a, ao engenho central Maracangalha, província da Bahia, município de S. Francisco, fabrica de systema aperfeiçoado, propriedade do Barão Muniz de Aragão, por seu assucar branco”⁵⁴. Além desse periódico supramencionado, o jornal Cidade do Rio (RJ), publicou no mesmo ano, sobre a garantia de juros destinado ao proprietário do engenho Maracangalha.

O decreto n.10161 de 5 de janeiro de 1889, concede garantia de juros ao barão de Moniz de Aragão sobre o capital de 40h:000\$, para um engenho central destinado ao

⁵¹ Jornal do Commercio (RJ). Ano 1890. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pesq=maracangalha&pasta=ano%20189&pagfis=423. Acesso em: 06, outubro de 2020.

⁵² Ibidem.

⁵³ Gazeta de Notícias (RJ). Ano 1890. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pesq=maracangalha&pasta=ano%20189&pagfis=269. Acesso em: 06, outubro de 2020.

⁵⁴ O Auxiliador da Industria Nacional: Ou Collecção de memorias e Noticias interessantes (RJ). Ano

1892. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=302295&pesq=usina%20maracangalha&pasta=ano%20189&pagfis=26521>. Acesso em: 06, outubro de 2020.

fabricao de assucar e álcool de canna, com a denominação de Engenho Central de Maracangalha, estabelecido no municipio de Santo Amaro, da província da Bahia⁵⁵.

Tais reflexões em cima dos dados a acerca das linhas de créditos concebidas para o barão são fundamentais. Um homem com notoriedade no cenário financeiro e político, seguidamente possuía amizades em outras regiões, como Rio de Janeiro, nesta época era também a capital do Império. Muniz de Aragão tinha uma rede de amizades no meio político que conspirava ao seu favor, tais linhas de credito beneficiava o barão, em contrapartida, essa ação de concessão de crédito prorrogava os pagamentos dos empréstimos realizados pelo barão. O capital empregado na melhoria do engenho, elevava o preço do empreendimento do barão.

Outros benefícios foram concedidos ao barão, segundo o jornal Diário de Notícias (RJ), consta que no termo do aviso enviado pelo ministro da agricultura no dia 23 de outubro de 1889, foi autorizado um prazo de seis anos para pagamento da dívida, mediante os favores estabelecidos no decreto de 28 de janeiro de 1890.

Consta que, nos termos do aviso expedido pelo sr. Ministro da agricultura, em 23 do outubro último, foi concebido ao barão Moniz do Aragão estabelecer no prazo de seis anos mediante os favores do decreto de 28 de jumbo deste anno, até tres mil familias nacionais e estrangeiras no engenho central de Maracangalha, de sua propriedade, bem assim nos terrenos de outros que possuem ou houver de adquirir na comarca da Barra de Sergipe do Conde e visinhas, no Estado da Bahia⁵⁶.

O proprietário do engenho fora beneficiado mais uma vez com uma nova redução de juros para seu estabelecimento, pois, nesta conjuntura ele dispunha em suas terras até três mil famílias nacionais e estrangeiras. Além do barão ser beneficiado com o prazo de seis anos para quitar o empréstimo, outros proprietários de engenhos no Recôncavo foram beneficiados também, pois, uma regra para ter esse espaço de tempo para quitar a dívida era ter até três mil famílias em suas terras.

Foi publicado também no periódico *A Tribuna (RJ)*, que o governo havia concedido prazo de mais dois meses para o concessionário do engenho Maracangalha liquidar suas dívidas: *O governo prorrogou por mais dous mezes o praso concedido ao barão de Muniz de*

⁵⁵ Cidade do Rio (RJ). Ano 1889. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=085669&pesq=maracangalha&pasta=ano%20188&pagfis=1519>. Acesso em: 06, outubro de 2020.

⁵⁶ Diário de Notícias (RJ). Ano 1890. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=369365&pesq=maracangalha&pasta=ano%20189&pagfis=8121>. Acesso em: 06, outubro de 2020.

*Aragão, como concessionário de um engenho central de açúcar e álcool, denominado Maracangalha, no município da Barra de Sergipe do Conde*⁵⁷. Observamos através dos periódicos catalogados que o barão frequentemente tomava empréstimo na mão do governo para empregar no engenho. Isso reflete a articulação de trocas e favores veiculados entre a vila de São Francisco e a capital do Império, personificadas na figura de grandes donos de engenho como o Barão Moniz de Aragão. Outra reflexão importante é perceber que São Francisco não estava isolada nos ditames da política econômica geral, pelo contrário, as pessoas e os produtos circulavam.

Na primeira metade do século XX, esse empreendimento transforma-se em usina e, nesta conjuntura seus dirigentes planejaram melhorias na estrada de ferro que anexava a usina a cidade Candeias. Nos *Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA)*, do ano de 1905 foram realizados reparos pelo Dr. Alencar Lima na estrada de ferro que ligava Candeias a Usina Maracangalha. Além da manutenção desse trecho, foram feitos estudos para a ampliação de mais 1.9km, 300, para o escoamento dos produtos fabricados na usina:

A partir da estação de Candeias até onde já se acha construída, tomará a estrada direção mais acorde com as necessidades da zona até encontrar a Estação de Ferro de Santo Amaro, da qual utilizará o trecho que fôr julgado necessário, à vista dos estudos; em seguida ganhará a direção geral de Conceição até encontrar com ramal da Estrada de Ferro Central da Bahia, no ponto que determinarem maiores vantagens técnicas e econômicas. A execução deste novo contrato foi pelos concessionários confiada ao Dr. Alencar Lima, que começou imediatamente a fazer os reparos da seção inaugurada, cujo tráfego estava interrompido e os estudos da seção de Candeias entroncamento na Estrada de Ferro de Santo Amaro.

Estes estudos foram apresentados em dois trechos, tendo o 1º9km,300, da estação Candeias à Usina Maracangalha, e o 2º9km,638, desta ao Kilometro 11, 231m da Estrada de Ferro de Santo Amaro.

Por portaria de 29 de julho foram aprovados os estudos apresentados, devendo dos concessionários correr uma variante passando pela usina Capimirim

Então já bastante adiantadas os estudos da seção de Santo Amaro a Conceição⁵⁸.

Investimento empregado pelos dirigentes da Usina Maracangalha, se articulava a expansão dos caminhos de ferro no Recôncavo e a Estrada de Ferro Central da Bahia, demonstrando que a industrialização na Bahia ganhava contornos de expansão para além da navegação pela baía de Todos os Santos.

⁵⁷ A Tribuna (RJ). Ano 1890. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=411957&pesq=maracangalha&pasta=ano%20189&pagfis=415>. Acesso em: 06, outubro de 2020.

⁵⁸ Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA). Ano 1905. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720887x&pesq=maracangalha&pagfis=1401>. Acesso em: 06, outubro de 2020.

O periódico *Diário do Povo* (BA) de 17 de maio de 1889, inseriu em sua manchete uma propaganda do engenho central Maracangalha, trazendo o nome de seu administrador, Felisberto de Argolo Rocha Pitta. Era uma chamada atrativa para os trabalhadores da região: “trabalhadores para todo serviço do campo, morigerados e desejosos de ganhar com honra e dignidade na lavoura o sustento da vida, principalmente acompanhados de suas famílias, encontrarão prompto, agasalho e ocupação n’esta propriedade”⁵⁹.

Como aponta Edinelia Souza⁶⁰, muitos egressos do cativo e seus descendentes foram constituindo em sua maioria, as funções de trabalhadores temporários, assalariados, artesãos, dentre outros trabalhos diretamente associados ao universo rural. Além disso, havia os que de alguma forma compraram pequenas propriedades e ali se estabeleceram para trabalharem como meeiros, parceiros de empreitada, obtendo parte de sua subsistência através das pequenas roças, além de trabalhos exercidos nas fazendas da região. Após a abolição da escravatura, muitos libertos dos engenhos dos arredores tais como: Paramirim, Monte, Bonfim, Mombaça, Mucury, Cravassú, dentre outros, foram instigados a “rebeldia” pelos acontecimentos no engenho Maracangalha⁶¹.

Roberta Meira⁶² sublinha que entre 1875-1941 foi de suma importância para o desenvolvimento e a ampliação da agroindústria canavieira no país. Esse período é interpretado como processo histórico gradual, de altos e baixos para economia açucareira. Neste ensejo as usinas se tornaram forma de produção dominantes nesse setor⁶³. É com esse ponto de vista que enfatizamos a historiografia que retrata a transição de engenho para usina.

Com a inserção das firmas estrangeiras foi possível instalar as fabricas centrais no Brasil. Antes da chegada dessas firmas o país não possuía capital e tecnologia para investir no aprimoramento dos engenhos centrais. Meira explica que a partir da inclusão desse seguimento foi criado uma ligação com o capital estrangeiro⁶⁴.

A modernização da fabricação de açúcar já estava ocorrendo em outros espaços, os engenhos centrais com o apoio das campanhas imperiais voltadas para o aprimoramento dos engenhos estavam aos poucos se desenvolvendo no Brasil. Após a transição política de Império

⁵⁹ Diário do povo. Ano 1889. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765910&Pesq=Maracangalha&pagfis=398>. Acesso em: 24, setembro de 2020.

⁶⁰ SOUZA, op. cit., p. 59.

⁶¹ FILHO, op. cit., p.314.

⁶² MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, Engenhos Centrais e Usinas: O desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e sua correlação com as políticas estatais (1875-1941)**. (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 2007.

⁶³ MEIRA, op. cit., p. 21.

⁶⁴ MEIRA, op. cit., p.68.

para República, um fator importante para ser levado em consideração é que na Primeira República foram criadas políticas de apoio aos usineiros. Com experiências dos mecanismos criados para dar suporte aos proprietários no Império que não foram muito bem-sucedidas, pois houve alguns erros realizados pelos administradores imperialistas. Os republicanos com as experiências e observações do que foi realizado no Governo Imperial, na administração do país organizaram melhores leis impedindo fraudes e o descumprimento da lei.

Segundo Miller a partir do início do séc. XVIII a produção nas ilhas do Caribe e nas Antilhas cresce e o Brasil perde sucessivamente posições em importância na produção mundial. Inglaterra e França disputam em suas colônias os primeiros lugares na produção açucareira. A Inglaterra é uma grande potência naval e domina os mares⁶⁵. Os holandeses perdem pontos estratégicos no comércio de açúcar. O Haiti, colônia francesa no Caribe é o maior produtor mundial.

Entretanto, o açúcar nacional estava enfrentando problemas⁶⁶ a partir do início do séc. XVIII, o fabrico de açúcar nas ilhas do Caribe e nas Antilhas cresce, com esse progresso nas ilhas, o Brasil perde progressivamente sua colocação em importância na produção mundial. Além desses fatores citados, Meira enfoca na falta de capital para alguns donos de engenhos centrais. A autora descreve que uma boa parcela das propriedades de posse dos senhores de engenhos estava sem demarcação e registro de posse, dificultando os empréstimos para esses senhores, pois, eles não tinham uma garantia para dar no empréstimo. Nesse contexto, terras sem escravos pouco valia, esse fato dificultava os empréstimos agrícolas para o aprimoramento dos engenhos centrais⁶⁷.

Para Márcio Jorge Porangaba⁶⁸ os principais problemas enfrentados pela agroindústria açucareira foi a queda significativa do açúcar brasileiro devido à concorrência no mercado internacional. Um desses fatores desfavoráveis foram os investimentos realizados pelas metrópoles europeias, Estados Unidos no açúcar antilhano, o seu escoamento para a Europa era muito mais viável do que o açúcar brasileiro e pela ampliação do cultivo da beterraba. O capital estrangeiro em Cuba foi essencial para ocorrer uma modernização nos engenhos centrais. Essas aplicações resultaram em uma produção a custos reduzidos e de melhor qualidade no produto

⁶⁵ MILLER, Joseph C. **O atlântico escravista açúcar, escravos e engenhos**. Afro- Ásia, 19/20 (1997), p.9-36.

⁶⁶ MEIRA, op. cit., p.48. Ela refere-se que o açúcar nacional estava passando por alguns problemas e, entre eles a queda de preços e a forte concorrência no mercado internacional estava desvalorizando o ouro branco nacional. O crescimento da produção de beterraba, a expansão do açúcar antilhano, favorecida pelas metrópoles europeias e pelos Estados Unidos estava contribuindo para a perda significativa do mercado internacional.

⁶⁷ MEIRA, op. cit., p. 52.

⁶⁸ PORANGABA, Márcio Jorge. **Os engenhos centrais e a modernização da agroindústria açucareira em Pernambuco**. Alagoas 1997.

final para serem comercializados, tendo uma aceitação melhor do que o açúcar fabricado nos antigos engenhos, ou seja, engenhos coloniais baseados em moendas de madeira movidas por animais ou rodas d'água, além de tachos de cozimento abertos, aquecidos a fogo direto e purga de méis por gravidade, esse meio de fabricação do açúcar e seus derivados para a época estava ultrapassado, precisava de novas técnicas e maquinários para produzir o ouro branco, o açúcar era chamado de ouro branco pois tinha grande valor comercial. Essa maneira tradicional de trabalho gerava mais gasto ao fabricar o açúcar para os proprietários dos engenhos.

No que tange a transição do Império para República 1822-1889, alguns fatores foram decisivos para ocorrer essa mudança no Brasil. Grupos sociais que compunham a ordem e a economia do país estavam estarecidos com as interferências do Estado. Logo, setores do exército, fazendeiros e comerciantes não estavam satisfeitos com o sistema monárquico, cogitavam modificações nas estruturas que organizava politicamente o país, sendo eles de cunho político e econômico⁶⁹.

Entretanto, cada grupo abordava essa temática na sua perspectiva. Então, se faz necessário utilizar outros tipos de fontes documentais para poder aferir a veracidade da informação testemunhada pelos instrumentos explorados e investigados. Para que chegue uma compreensão da passagem de um período para o outro. Como aponta Figueiredo, os elementos fundamentais para o rompimento do Império e uma nova conjuntura política brasileira surge neste contexto a questão militar, em quesito o exército brasileiro descontente não recebeu indenização em função da vitória na guerra do Paraguai 1864-1870, aborrecido com o governo brasileiro porque uma boa parcela de escravos faziam parte e atuaram na luta, nesta perspectiva, entendiam que o exército defendia a abolição, com o passar dos anos este exército acaba se fundindo ao Partido Republicano (PR), defensor da libertação absoluta dos escravos no país⁷⁰.

Percebe-se uma grande influência política sobre a religião na vida dos brasileiros/as. Como a sociedade brasileira estava se definindo religiosamente houve um descontentamento de setores mais conservadores, como a igreja a notar que as lideranças políticas estavam aderindo outra religião, a maçonaria neste contexto. No segundo momento, entra a questão religiosa. Os setores mais conservadores desta instituição se rebelam contra o D. Pedro II, porque ele ordenou uma punição aos bispos que congregavam em Olinda e Belém, pois os religiosos seguiram as ordens do Papa, que era expulsar de suas igrejas membro da Maçonaria

⁶⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff. Do Império à República. In **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n.4, Rio de Janeiro: FGV, 1989.

⁷⁰ FIGUEIREDO, Marcelo. Transição do Brasil Império à República Velha. Araucária. **Revista Ibero-americana de Filosofia, Política y Humanidades**, ano 13, nº 26. Segundo semestre de 2011. P. 119–145.

que D. Pedro II apoiava. Neste cenário os bispos foram contra a prática religiosa de D. Pedro e seus demais seguidores. Entretanto esses membros da igreja citados sofreram represálias, mas não foi como ordenado pelo rei, os bispos cumpriram a metade das penalidades. Gera um desgaste no império e uma falta de credibilidade no governo atual. Com a falta de confiança instaurada no governo, surge o partido Republicano dos anos 70, esse partido é composto, por grupos de cafeicultores que já utilizam mão de obra do imigrante e abolicionista que eram a favor da mão de obra assalariada. A eliminação da escravidão e republicanismo são vistos como elementos de modernização do país, um novo pensamento da sociedade perante as transformações ocorrida no mundo.

Segundo Menezes no final século XVI e no início XVII o Brasil fabricava uma quantidade expressiva de açúcar, se caracterizando como detentor do monopólio açucareiro na Europa. A autora explica que o açúcar era um produto nobre e de acesso limitado, poucos tinham o acesso, só a nobreza que apreciava essa iguaria. Entretanto, com o aumento da área cultivada, este produto atingiu um patamar significativo na comercialização e consumo no mercado europeu⁷¹. A historiografia identifica que o primeiro engenho central foi fundado na região Sudeste, especificamente no Rio de Janeiro em 1877, o engenho central de Quissaman. O engenho citado pertencia a um grupo nacional. Porém, o fortalecimento deste novo segmento no país ocorreu a partir da década de 1880 com apoio do Governo Imperial⁷².

Em 1875 o Governo Imperial criou caminhos para a implementação dos engenhos centrais, ele era um admirador assíduo do avanço tecnológico que estava ocorrendo no contexto mundial e, também estava sendo pressionado pelos representantes da indústria açucareira para tal atualização no país. Nesta mesma data o imperador aprovou a lei nº2687 com finalidade de modernizar e trazer implementações de maquinários para os engenhos. Seguidamente foi realizado um programa de modernização na manufatura do açúcar, cria-se neste âmbito um novo conceito produtivo no país. Nessa perspectiva surge os engenhos centrais, que foram criados com o objetivo de moer a cana e processar o açúcar. A responsabilidade do cultivo e fornecimento da cana era essencialmente dos fornecedores⁷³.

É fundamental salientar que para coincidir a assinatura de um contrato para montagem de um engenho central em um espaço era preciso averiguar as condições territoriais, climáticas

⁷¹ MENEZES, Catarina Agudo. **A cultura do açúcar**: uma herança dos os antigos engenhos de alagoas. Salvador. 2009, pág. 1-14.

⁷² PORANGABA, Márcio Jorge. **Os engenhos centrais e a modernização da agroindústria açucareira em Pernambuco**. Alagoas 1997, pág.2-17.

⁷³ CUNHA, Joaci de Souza. **Amargo Açúcar**: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia (1945-1964). (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

entre outras para fomentar o empreendimento. Se tratando do primeiro engenho central do Nordeste, foi seguida as devidas recomendações acima para a implementação do engenho. A fundação do engenho central Bom Jardim se deu porque a terra era fértil, estava situada em boa localização para o escoamento do produto além do capital investido para sua implementação⁷⁴. Nas terras do Recôncavo baiano prosperaram muitos engenhos, um dos locais a serem privilegiados para primeira instalação de engenho central na Bahia foi na cidade de Santo Amaro. Em 1880, os mentores do Engenho Central de Bom Jardim, Visconde de Sergimirim, seu filho, o Barão de Oliveira, e seu genro o Dr. Cícero Dantas Martins inauguraram esse empreendimento, dando início nesta região uma divisão do trabalho na economia canavieira. A separação estava da seguinte forma: trabalhadores direcionados para a fabricação do açúcar, manutenção das máquinas que eram utilizadas para o refino do produto e lavradores para cuidar da cana nos canaviais, nesse ensejo estava ocorrendo uma separação nas classes trabalhadoras.

Na província da Bahia, a empresa Bom Jardim foi umas das primeiras usinas do Império que estava utilizando máquinas a vapor, sendo classificada como uma fábrica onde se utilizava um processo mais avançado de industrialização da cana de açúcar, empregando e beneficiando o bagaço da cana como fonte de energia, consumindo o bagaço como combustível nas fornalhas, os donos da empresa tinham uma economia significativa, pois, reduzia a compra de carvão. O engenho central também reservava uma área para o plantio de lenhas para aquecer as fornalhas, servia como combustível para a fabricação do açúcar, havendo uma redução nos custos da empresa. Os concessionários do engenho central buscavam a utilização dos melhores maquinários provenientes da época, com a finalidade de melhorar a qualidade do açúcar produzido e aumentam a produtividade, além de reduzir o custo com mão de obra na empresa⁷⁵. A transição e modificação na ampliação dos negócios agroindustrial açucareiro entra em andamento, o processo de modernização de alguns engenhos coloniais, ocorrendo uma transformação na estrutura agrária na região, fato ocorrido na segunda metade do século XIX. Os capitais para compra e aprimoramento da fábrica foram diversificados, em sua primeira estrutura o capital utilizado era o nacional e em outros momentos utilizava-se do capital estrangeiro para compra dos maquinários, como salienta Meira⁷⁶.

No que tange o Engenho Maracangalha Walter Fraga descreve que pelo “*Registro eclesiástico de terras da freguesia de Nossa Senhora do Monte, realizado em 1857*” o engenho Maracangalha pertencia a Catarina Josefa de Araújo Pita, herdado do seu falecido filho,

⁷⁴ PORANGABA, op. cit., p.02.

⁷⁵ MEIRA, op. cit., p. 103-104.

⁷⁶ MEIRA, op. cit., p.41-107.

Cristóvão da Rocha Barbalho Moniz. Nesse mesmo ano o engenho era administrado pelo seu sobrinho e genro, Francisco Antônio da Rocha Pita e Argolo. De acordo com Fraga, a propriedade fazia limites com os engenhos Pindoba, Cinco Rios, Sapucaí, Pinheiro, Cassarongongo e Quibaca. O engenho Quibaca também fazia parte dos bens de Catarina Josefa de Araújo Pita⁷⁷. Em 1872 foi realizado o inventário do conde do Passé, o documento apresenta descrições sobre o engenho Maracangalha. Segundo a avaliação realizada no engenho foi averiguado que, a propriedade possuía aproximadamente 1.342 tarefas de terras, um solo propício para o plantio de cana. Entre os bens elencados havia uma casa de engenho com suas máquinas, 95 bois de broxa, que eram empregados para o serviço no engenho e 150 bois de cria. Tinha 45 senzalas em péssimas condições, onde os cativos moravam⁷⁸.

A frente do engenho também estiveram nomes importantes da sociedade baiana, como o visconde de Passé. Em 1871 o visconde falece e a posse de seus bens passa para domínio de seu pai, Antônio Bernadinho da Rocha Pita, o conde de Passé. Como o conde estava com a idade avançada, passou a administração das suas propriedades para a responsabilidade do seu genro e procurador, João Maurício Wanderley. Em 1875, todos os bens que pertenciam ao conde de Passé ficaram sob a tutela de Wanderley, o barão de Cotegipe. Nesta época, Egas Muniz Barreto de Aragão, o barão Muniz de Aragão, surge como inventariante das propriedades pertencentes ao falecido conde do Passé. Já em 1878, o Barão Moniz de Aragão comandava a unidade de produção⁷⁹.

Os fazendeiros reagiram diferentemente nas distintas áreas, mas, por volta de 1880, a maioria deles estava convencida de que a escravidão era uma causa perdida. Além disso, outros tipos de investimentos tinham se aberto a eles: estradas de ferro, bancos e indústrias. Diante dessas novas possibilidades criadas para o escoamento dos produtos, o estímulo do capital, estavam transformando as características cotidianas do sistema escravista no Engenho Maracangalha, aos poucos ocorreram transformações, parecia haver maior oportunidade para diversificar do investimento do capital.

O sistema de crédito havia se expandido, criando novos destinos para o trabalhador livre. A revolução tecnológica possibilitou investimentos modernos nos antigos engenhos/ banguês e agora as usinas, proporcionando a compra de novos maquinários e transporte. As crescentes demandas do mercado internacional teria criado novas possibilidades para a expansão da produção e para o aprimoramento da qualidade do açúcar comercializado. Com toda essa

⁷⁷ FILHO, op. cit., p.167.

⁷⁸ FILHO, op. cit., p.168.

⁷⁹ FILHO, op. cit., p.167-168.

modificação no setor industrial os métodos de processamento do açúcar também tinham melhorado, permitindo rearranjos na divisão do trabalho⁸⁰. Segundo o periódico *Relatórios do Ministério da Agricultura (RJ)* em 1900 o engenho central Maracangalha não moeu cana, *O engenho central Maracangalha não teve safra no anno findo e só agora começou a moagem, lutando ainda com dificuldades d'agua e de cana de qualidade inferir*⁸¹. Esse ensejo impactou bastante os donos do empreendimento e as pessoas que trabalhavam nela, causando prejuízos para todos.

Anos depois a usina é desativada e na localidade de Maracangalha é erguida outro empreendimento econômico para substituir a antiga usina, em 1912 é criada a Usina Cinco Rios.

Em 1916 a Usina Cinco Rios propriedade da Companhia Bom Jardim, por seu ex-proprietario o Sr. Coronel João Baptista Machado, atual diretor da Caixa da Companhia. Neste mesmo ano quem comandava a usina eram Sr. Coronel João Baptista Machado e Manoel Duarte de Oliveira, senador estadual⁸².

Segundo Brito, o declínio da atividade açucareira e a concentração de usinas de açúcar reduziu a uma área menor, teve alguns fatores relevantes para essa queda, uma delas foram a precariedade do sistema de transporte no Recôncavo Baiano, as longas distâncias percorridas para escoamento dos produtos e desta atividade ela estava restrita para algumas pessoas, tais eram ligadas a sujeitos influentes da cidade e da capital baiana⁸³. Esses comerciantes/políticos da localidade usufruíam dos subsídios do Estado para manterem seus negócios, eles controlavam a atividade açucareira na Bahia. Tendo como um de seus proprietários Álvaro Martins Catharino, e logo depois veio a família Mariani Bittencourt para administrar a Usina Cinco Rios.

Segundo Spínola, a economia baiana até o final do século XIX é pautada por ciclos de longa e média duração. Então, na transição do século XIX para o XX a Bahia surge com modernizações da fabricação de açúcar e seus derivados, com maquinários importados da

⁸⁰ MEIRA, op. cit., p. 30.

⁸¹ Relatórios do Ministério da Agricultura (RJ). Ano 1900. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873730&pesq=Maracangalha&pasta=ano%20189&pagfis=6563>. Acesso em: 23, janeiro de 2021.

⁸² Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA). Ano 1918. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066940&pesq=usina%20cinco%20rios&pasta=ano%20191&pagfis=355>. Acesso em: 06, outubro de 2020.

⁸³ BRITO, Cristóvão. A. **Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Salvador: EDUFBA, 2008.

Europa de ótima capacidade para trabalhar entre 12:00h por dia, sem danificar os maquinários⁸⁴. A Usina Cinco Rios se tornou uma das empresas mais importantes e, bem instaladas da Bahia e do Recôncavo Baiano, tendo maquinários novos e de excelente qualidade, se diferenciava das demais usinas da região, pois, utilizava o bagaço da cana como combustível para mover as máquinas e gerava energia elétrica. Tendo êxito na fabricação do açúcar com um alto teor de qualidade. Entretanto, a industrialização não ganhou muita força no cenário baiano, ela se consolidou na década de 50.

A instabilidade neste período era vigente na sociedade baiana, o Estado do Nordeste não ia bem economicamente como as outras regiões do país, como São Paulo, os subsídios estavam sendo implementado nesta localidade neste período. Pois, uma região que era consideravelmente agrícola, e para ter uma boa produção dependia das variações das safras, do solo, clima e dos preços internacionais das matérias-primas. Um dos fatores primordiais para compreendermos a não consolidação das indústrias na Bahia foram as seguintes: pouco capital para o investimento das empresas, o tradicionalismo da representação política dos políticos estaduais baianos no governo republicano que estava situado na cidade do Rio de Janeiro, às dificuldades de transportes, pois as ferrovias estavam em construções neste período, a escassez de energia na região, ausência de mão de obra qualificada para tais funções como o operador da caldeira, de fermentação, brequista esse profissional é responsável por acionar os fornos de moenda entre outros ofícios⁸⁵. Os latifundiários nordestinos com receio temiam a entrada de imigrantes europeus á região. Esses foram alguns dos fatores para a não consolidação das indústrias no início do século XX na Bahia.

Logo, no final da década de 30 a decadência era notável na Bahia, mas graças ao pouco recurso financeiro natural do cacau que tinha sobrado alguns investimentos permitiram a execução de obras, como a estrada de ferro, equipamentos novos para a Viação Fluvial do São Francisco e a Companhia de Navegação Baiana, a antiga Estrada de Ferro Centro-Oeste da Bahia e algumas usinas centrais de açúcar. No entanto, Filho evidencia que o estabelecimento da petroquímica na região simbolizou um fortalecimento da industrialização da Bahia. O capital para investir nesta nova economia era proveniente dos empréstimos externos ou recursos do Governo Federal. Além de promover novos auxílios financeiros para o Estado Baiano, os

⁸⁴ SPINOLA, Noélio Dantaslé. A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n. 4, 2001.

⁸⁵ LEITE LOPES, José Sérgio. **O vapor do Diabo**. O trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

governantes e empresários investiram os recursos federais nas estradas que tinham a finalidade de escoar os produtos produzidos nas indústrias açucareiras⁸⁶.

De propriedade do banqueiro Clemente Mariani, controlador do Banco da Bahia a Usina Cinco Rios passa por transformações estruturais na administração de Mariani, como ampliações tecnológicas na usina e aumento na contratação de funcionários. Em 1938 quando Mariani compra a usina, com o auxílio da empresa firma S/A Magalhães, onde o empresário era diretor da firma. Antes da compra a fábrica estava enfrentando problemas financeiros, como empréstimos não quitados e falta de pagamentos dos funcionários, com esse fato, a empresa foi colocada à venda para poder liquidar suas dívidas. Com as modificações na regência da empresa, aos poucos ela se ergue no ramo açucareiro iniciando um novo ciclo para a usina, retornava com todo vapor suas produções, favorecendo nesse contexto o desenvolvimento da agroindústria canavieira no distrito de Maracangalha, atraindo diversos trabalhadores para trabalharem na empresa.

Clemente Mariani Bittencourt nasceu em Salvador no ano de 1900, herdou o sobrenome os Bittencourt pelo lado materno, a família Bittencourt vivia no Recôncavo Baiano e eles eram agricultores. Clemente Mariani era de família de classe média, seu pai Pedro Cerqueira de Araújo Bittencourt, desembargador, fez também carreira de magistério. No ano de 1915, Clemente Mariani Bittencourt entrou na Faculdade de Direito da Bahia⁸⁷. Referente a trajetória política de Clemente Mariani, na década de 1920 ele iniciou sua carreira política, sendo eleito Deputado Estadual. Em 1930, perdeu o mandato, já nos anos de 1933-37 foi Deputado Constituinte, sendo nomeado pelo presidente da república e pelos governadores. Segundo Daniela Maria Moreau, Mariani foi nomeado líder da bancada baiana na Câmara Federal. Ainda de acordo com a autora Clemente Mariani no ano de 1946 foi eleito pela União Democrática Nacional (UDN), este partido político, foi fundado em 1945, e era contra à figura de Getúlio Vargas. Mariani era político de respeito, ele foi intitulado em 1946 a assumir o Ministério da Educação e da Saúde. Em 1954 foi o presidente do Banco do Brasil, já em 1961 Mariani tornou-se Ministro da Fazenda⁸⁸. Uma vida política extensa e consolidada, ele representava os interesses da elite baiana no meio político. Alusivo ao seu percurso empresarial, Clemente Mariani atuou como presidente do Banco da Bahia durante trinta anos e, em 1938 também era

⁸⁶ FILHO, Luiz. **Petroquímica e industrialização da Bahia, 1967 - 1971**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1984. p. 04-67.

⁸⁷ MOREAU, Daniela Maria. **Clemente Mariani-político e Empresário**. 1992. Dissertação (Mestrado Ciências políticas) – Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, p.07

⁸⁸ MOREAU, op. cit., p. 02.

o presidente da Usina Cinco Rios. No governo do Estado Novo, Clemente Mariani decidiu dedicar-se exclusivamente a carreira empresarial, neste momento, Mariani afastou-se da vida política, se fixando definitivamente em Salvador⁸⁹.

Ná Usina Cinco Rios era composta por operários, técnicos de manutenções dos maquinários e transportes e atividades de escritório cerca de 1.000 funcionários. Os que trabalhavam na lavoura, ou seja, os trabalhadores rurais da usina, esse setor empregava direta ou indiretamente em média de 2.000 pessoas para o cultivo e deslocamento da cana até a usina.

Para abrigar esses funcionários, foi criada a vila operária para amparar os trabalhadores da fábrica, sendo construídas 400 casas, os trabalhadores rurais, moravam em casas humildes, localizada nas fazendas que pertenciam a empresa. A vila de Maracangalha foi organizada do seguinte modo, casas de tijolos, distribuídas para os operários e suas famílias, escola primaria, luz elétrica, paralelepípedos nas ruas principais, templo católico, abastecimento de água potável e cinema. Segundo Cristóvão Brito, todos esses gastos eram sustentados pela usina e subsidiada pela Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)⁹⁰. Com a redução de preço do açúcar nacional em 1929-1930, foi mencionado a criação de um órgão para controlar essa queda do produto. Com a perda de capital na área agrícola, particularmente na produção açucareira o Estado foi obrigado a intervir no setor canavieiro, esse passo dado pelo Estado correu a partir da Revolução de 30. Em 1933 foi criado o IAA com o objetivo de orientar e controlar o preço do açúcar e álcool e de suas matérias-primas em todo o território nacional. Segundo Meira antes da criação do IAA, em 1931 havia um órgão com a finalidade de evitar a ocorrência de grandes oscilações nos preços do produto, a Defesa da Produção de Açúcar (CDPA)⁹¹ orientava as usinas a estocarem em seus depósitos antecipadamente um valor de 10% do açúcar destinado aos mercados consumidores. O Decreto nº 20.401, de 15 de setembro de 1931 não proporcionou os efeitos esperados pela intervenção governamental na economia açucareira e passou por algumas modificações e complementações em seus dispositivos e foi substituído pelo Decreto nº 22.789 que entra em vigor em 1º de junho de 1933.

Os operários que ocupavam posição de destaque na usina, residiam nas melhores casas cedidas pela mesma. Quanto mais as casas fossem distantes das ruas centrais ou da usina, significava que o grau profissional do trabalhador diminuía junto com sua função exercida na empresa. As casas da vila Cinco Rios eram simples, em torno de 20 casas tinham melhores

⁸⁹ MOREAU, op. cit., 367.

⁹⁰ AZEVEDO, Thales. O advento da Petrobrás no Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**, 1998.

⁹¹ MEIRA, op. cit., p. 11.

padrões construtivos na redondeza. Possuindo quatro quartos, varanda, duas salas e uma cozinha com quintal. Essas casas eram habitadas por famílias de funcionários com uma função relevante na usina, como por exemplo, chefes de turma, cozinheiros, administradores, químicos e outros técnicos. De acordo com Valdevino Neves Paiva⁹² a usina Cinco Rios tinha a capacidade de moer anualmente 16.000 toneladas de cana, produzir 300.000 sacas de 50 quilos de açúcar, 7.000 toneladas de melaço e mais 40.000 toneladas de bagaço que era utilizado para ser usados para aquecer as caldeiras.

Consta na escritura de confissão de dívida os bens listados da usina Cinco Rios, foi averiguado que a empresa dispunha de tais bens:

[...] galpão da esteira, sobre pilares de alvenaria, com 44.m00X18.m50; seção das caldeiras, de alvenaria, rebocada e caiada, com 15.m00X16m00; corpo central da Usina com duas seções de 44.m00X18.m50 e 50.m50X 20.m00; sala de açúcar com estrutura de ferro, coberta de zinco, soalhada , com 41.m00X 14.m50; dois galpões com pilares e estrutura de ferro cobertas de zinco, reunido em conjunto 60.m60X30.00, servindo de oficina de reparos do material rodante e seu abrigo e de almoxarifado; um edifício do tráfego, de 12m60X6m60 e dois trapiches no porto de Almas em dos quais com 60.mX7.m 00, como estruturada de ferro coberta de telhas francesas, paredes de alvenaria e piso de concreto: b) maquinaria destinada a fabricação de açúcar, contanto de: oito rolos de moendas Fives Lelle com respectivo hidráulico e maquinário, todos essas matérias instalados em 1912. Anos depois, em 1929 foram instalados novos maquinários na empresa, sendo eles: mais três ditos com hidráulica e maquinaria com esteira para alimentação intermediária; em aparelho ignição completo; uma ponte de guindaste com seus acessórios, para dez mil 10.000 quilos, destinada a montagem das revendas, tendo está seção de expressão capacidade para quinhentos (500) toneladas em trinta e quatro horas; quatro caldeiras a vapor, sendo duas Babococh & Wicleox. Ao longo da sua existência os dirigentes da empresa investiam em um aprimoramento na unidade industrial, dando qualidade ao produto produzido nesta usina⁹³.

A Usina Cinco Rios se diferenciava das demais usinas do Recôncavo, primeiro pela sua estrutura e os maquinários de última geração que foram comprados pelos usineiros que estavam à frente da usina. Essa nota acima exemplifica os bens que possuíam a empresa e os investimentos realizados para melhorar e ampliar a produção de açúcar e seus derivados, melaço e álcool. Logo, Cinco Rios foi uma das mais bem equipadas usinas baianas, ela utilizava força motriz de máquinas a vapor, para gerar energia para ligar os maquinários era utilizado energia elétrica e a usina aproveitava o bagaço de cana para gerar energia também, esse aproveitamento do bagaço de cana gerava uma economia para empresa. Importante observarmos que a usina possuía em média 20 fazendas (propriedades), cultivadas exclusivamente com cana de açúcar. Percebe-se nesse contexto, que os trabalhadores do solo do Recôncavo foram de suma

⁹² PAIVA, op. cit., p. 19.

⁹³ Livro de notas da Usina Cinco Rios. Arquivo Público do Estado da Bahia, APEB.

importância para a manutenção e o desenvolvimento desta empresa, tanto os operários que exerciam seu trabalho dentro da usina, quanto aqueles que trabalhavam nos campos.

Os/as trabalhadores/as da Usina eram, em sua grande maioria negros e negras, descendentes de famílias que há muito habitavam antigas fazendas da região, nos entornos de São Francisco do Conde, Santo Amaro e São Sebastião do Passé. As trajetórias desses trabalhadores vêm à tona em meio as suas lembranças, registros e experiências.

3 CAPÍTULO II: MUNDOS DO TRABALHO NAS USINAS DO RECÔNCAVO: CONFLITOS, NEGOCIAÇÕES E RESISTÊNCIAS

3.1 NÚCLEOS INDUSTRIAIS NA BAHIA: ASPECTOS GERAIS

As políticas industriais foram mecanismos empregados por países, como, a Inglaterra, França e Alemanha visando o propósito de fomentar o setor industrial, evolução econômica da área e ampliação das taxas de crescimento econômico. A produção historiográfica aponta o início da industrialização no Nordeste. Em meados de 1841 foram instaladas fábricas de beneficiamento de algodão com maquinários de última geração para a fabricação de tecidos. Os equipamentos implementados nas fábricas eram comprados em sua maioria nas mãos dos ingleses. Além da venda dos equipamentos, eles monopolizavam o conhecimento e experiência sobre as máquinas utilizadas. Os estrangeiros eram vistos como os proprietários e técnicos das indústrias nascentes na Bahia, sobrando para os pobres da região exclusivamente o trabalho “pesado” nas fábricas.

Segundo Castore a industrialização foi se estabelecendo lentamente na Bahia. Com o crescimento de fabricas, novos produtos eram confeccionados, ocorrendo o aumento gradual de fábricas na Bahia. Um ponto favorável para a indústria baiana foi a instalações de estradas de ferro, companhias de navegação e outros meios de transporte para facilitar o escoamento da produção. Além da fábrica de algodão, estavam sendo criadas na Bahia as fábricas de chapéus. Com incentivo do Governo Imperial para o aprimoramento dos engenhos centrais, especialmente no Recôncavo, devido ao número significativo de engenhos de açúcar e fábricas de fumo⁹⁴.

Segundo Silva em 1843, na região de Lençóis foram encontrados diamantes, incluindo um novo produto para ser exportado para outros países. O açúcar, fumo, café e agora o diamante deram impulso na rota de comercialização. Visto que o açúcar já era vendido para o exterior em larga escala em outros períodos⁹⁵. A economia baiana era estigmatizada por consecutivos intervalos de longa e média duração que, em momentos se encontrava em evolução, porém com o passar do tempo ao reduzirem os incentivos financeiros ela se retrai e, reduz suas atividades

⁹⁴ CASTORE, Maria Elena. **A Fábrica e o bairro**: um estudo sobre a paisagem industrial no bairro de plataforma em salvador. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2013. 322 p.

⁹⁵ SILVA, Giliad de Souza. 50 anos da industrialização baiana – do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica: uma revisão econométrica. **IX Encontro de Economia Baiana** – set. 2013.

agroindustriais mais fundamentais vinculadas ao comércio exterior, por exemplo, o açúcar que por longa fase estabeleceu o alicerce da economia brasileira.

Para Castore a tarifa de Alves Branco foi fundamental para implementação de indústrias na Bahia. Um apoio para o aumento das indústrias na região, elevando as taxas aduaneiras sobre os produtos comercializados. A autora afirma que em 1866 já existia na Bahia seis fábricas de tecidos. Tratava-se de um número tímido de estabelecimentos na região, visto que havia um número significativo de trabalhadores livres, pois, muitos negociavam com seu senhor ou compravam suas alforrias após a década de 50 e, precisariam de um trabalho remunerado para se sustentar⁹⁶.

A indústria têxtil dá espaço as criações das fábricas no Nordeste, porém, elas eram vistas e representadas como simples oficinas de médio porte que não causava impacto para a economia nacional. Causavam apenas choque na economia local e regional, onde a produção era destinada para os grandes centros afim de serem comercializadas. Em 1840-1860, esses espaços foram criados com o objetivo de suprir a demanda local como foi exposto. Entretanto, as fábricas que faziam chapéus, dentre outros produtos foram se fortalecendo no mercado, conseqüentemente os donos das fábricas foram aperfeiçoando e aprimorando os materiais produzidos e, com passar dos anos ganharam espaços nos mercados internacionais, como o fumo em folha produzido em Cachoeira, o produto tinha uma boa aceitação na Europa Central.

Segundo Spínola na transição do século XIX para o século XX a Bahia fez um esforço para se manter como uma região agroexportadora. Com o fomento de novos maquinários para serem empregadas nas fábricas, concessão de créditos, redução de tributos e a qualidade do produto produzido e diversificando suas estruturas fabris, saindo de um contexto tradicional e inovando em avanços tecnológicos⁹⁷. Ainda conforme Spínola, as áreas industriais são representadas, estudadas e planejadas geograficamente para serem um espaço adequado com recursos naturais, estando em uma área de localização favorável para o implemento da fábrica, proporcionando o desenvolvimento das atividades industriais naquele território. Logo, a Bahia dispunha destas áreas em abundância, com esses fatores, ela apresenta-se como um espaço de grande potencial industrial. Com empenho governamental surge uma política industrial para o setor açucareiro, pois para o Estado esse era um setor importante, que ajudaria o crescimento econômico do país⁹⁸.

⁹⁶ CASTORE, op. cit., p. 80-81.

⁹⁷ SPINOLA, Noélio Dantaslé. A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n. 4, 2001.

⁹⁸ SPINOLA, op. cit., p. 36-37.

Em 1903 no Recôncavo Baiano segundo Joaci Cunha existiam 21 fábricas de açúcar, todas com maquinários comprados nas companhias inglesas e holandesas. Os técnicos estrangeiros instalavam os maquinários e deixavam prontas para moer as canas e fabricar o açúcar⁹⁹. Observa-se que no Recôncavo, conforme Joaci Cunha a implementação do parque industrial açucareiro na região saía em inferioridade tecnológica perante ao modelo internacional. Os proprietários de usinas e engenhos centrais antilhanos tiveram incentivos financeiros primeiro que o Brasil para realizarem as instalações das máquinas, dando qualidade a produção de açúcar¹⁰⁰.

A Bahia tinha uma diversificação de objetos e produtos produzidos, como por exemplo, o açúcar, melão, cachaça, tecidos, velas de cera, farinha de mandioca, chapéus, charutos, e entre outros produtos que abasteciam os mercados locais. A notoriedade da estrutura produtiva era visível, as indústrias baianas vinham se destacando na geração de emprego e possibilitava renda ao trabalhador, sendo elas pagas, quinzenalmente ou mensalmente, como era o caso da Usina Cinco Rios. O Brasil estava seguindo os exemplos dos países da Europa e do Estados Unidos da América no final do século XIX, estava implementando os distritos industriais nessas regiões brasileiras. Tais incrementos tinham a finalidade de organizar geograficamente as indústrias e proporcionar para as empresas maior apoio financeiro e incentivos fiscais. Para iniciar as criações dos distritos industriais no Brasil, foram necessários projetos dos Governos Federal e Estadual.

Segundo Joaci Cunha as mudanças da economia internacional impactavam de forma direta os rumos econômicos do estado. Podemos ressaltar que no meado do século XIX a Bahia se sobressaiu em suas atividades manufatureira têxtil e de produção de açúcar¹⁰¹.

No começo do século XX novas fábricas estavam surgindo na Bahia, por exemplo o setor alimentício, dentre os seguimentos, era o setor econômico mais importante que se desenvolvia no Estado. Entre 1889-1903, funcionava em Salvador a Fábrica-Progresso de macarrão e massas para sopa de qualquer qualidade¹⁰². A fabricação de açúcar estava ligada nas implementações dos Engenhos Centrais e com a mudança de capital, passaram-se as unidades fabris para as usinas, em segundo plano pela indústria têxtil e indústria que fabricava diferentes

⁹⁹ CUNHA, Joaci de Souza. **Amargo Açúcar**: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia (1945-1964). Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995. p. 37-38.

¹⁰⁰ CUNHA, op. cit., p.36-37

¹⁰¹ CUNHA, op. cit., p. 37.

¹⁰² Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1435669/icon1435669.jpg. Acesso, em 10 de maio de 2020.

produtos em Salvador e no Recôncavo. Segundo Castore haviam diversificações de produtos confeccionados nessas áreas como foi mencionado anteriormente¹⁰³.

Manoel Pinto de Aguiar aponta em seu livro “Notas sobre o enigma baiano” alguns pontos fundamentais para o não fortalecimento da industrialização na Bahia, os principais argumentos utilizados pelo intelectual foram de suma importância para compreendermos sobre o “fogo morto” na Bahia. Aguiar elenca que a formação irregular das famílias baianas desde o período colonial foram um dos problemas, ou seja, o autor estava se referindo sobre as uniões matrimoniais entre parentes para unir as fortunas entre eles. Muitos senhores e barões se casaram com primas, ficaram viúvos e se agregaram com cunhadas, formando outra família¹⁰⁴. Fraga acentua que essas uniões matrimoniais muitas vezes eram estratégias antigas que os senhores de engenhos utilizavam para manter seus bens sob o mando da mesma parentela¹⁰⁵. Pinto de Aguiar apontou também para o descaso dos empresários baianos, evidenciando a falta de interesse dos mesmos para o “progresso econômico-social no Estado” ele ainda cita que o poder público não mudava as atividades econômicas na região, o produto principal era o açúcar. Muitos homens, principalmente os que trabalhavam nas fábricas foram enviados para lutarem na Guerra do Paraguai, com esse fato houve perda de material humano, havendo uma escassez de mão de obra para realizar o trabalho pesado. Esse ponto culminou em problemas sociais e políticos no nosso Estado. O político e empresário Clemente Mariani relatou os problemas que a Bahia estava passando, como o Estado não conseguir se livrar do estigma do atraso, da falta de desenvolvimento econômico e social, segundo o autor¹⁰⁶.

Aguiar aponta que a economia da Bahia no final do século XIX queixava-se da alavancada econômica em São Paulo, o seu principal produto, a produção de café estava ganhando mercado. Na província de São Paulo, havia uma grande área de terras que não eram exploradas e os cafeicultores da região tinham melhores equipamentos e meios de transporte qualificados para o escoamento do café. Além de que, o produto expandia-se sem competidor no mercado internacional, proporcionando para os empresários desse ramo a concentração de capital¹⁰⁷. Enquanto o açúcar baiano defrontava-se com a competição internacional. Pairava sobre a economia baiana momentos difíceis no final do século XIX e primeira metade do século XX. Foram apontando alguns motivos para o “enigma baiano”, nesses períodos, assunto

¹⁰³ CASTORE, op. cit., p. 83.

¹⁰⁴ AGUIAR, Manoel Pinto de. **Notas sobre o enigma baiano**. Progresso: Salvador, 1958.

¹⁰⁵ FILHO, **Encruzilhadas da liberdade...**, op. cit., p. 67-73.

¹⁰⁶ AGUIAR, op. cit., p. 8-9.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

mencionado anteriormente. O Estado ia perdendo sua importância política, econômica e social no cenário nacional e internacional¹⁰⁸.

As criações das fábricas na Bahia, sobreviveram até as primeiras décadas do século XX. Com poucos investimentos o Estado não conseguiu o ato de mudar a economia baiana em uma economia industrial segundo Castore¹⁰⁹. Ainda estavam relacionados com as ações voltadas aos negócios agromercantis. Os Censos de 1940 e 1950 mostraram um declínio nas indústrias têxtil e fumageira, ocasionando o desaparecimento gradual das empresas manufatureiras nos anos que iniciava a República no país¹¹⁰.

O periódico *Bahia Illustrada (BA)* mostra em sua edição de 1918 que algumas usinas estavam implementando melhorias em seus negócios, por exemplo, a Usina Cinco Rios. Os sócios da empresa investiram nas estradas de ferro para transportar a cana com mais rapidez e nos vagões dos trens iam uma quantidade maior de cana. Em um dia de trabalho, o maquinista superava o trabalho de um mês de um carreiro. Ainda sobre o desempenho da Usina a nota destaca:

A grande Usina Cinco Rios, propriedade da Companhia Usina Bom Jardim, situada no lugar denominado Maracangalha, termo da vila de São Francisco, na comarca de Santo Amaro, Bahia, vem superando, elogiavelmente os entraves que mais depauperam as classes menos abastadas, com a fartura de sua produção. Tem uma espécie de moagem de 400 toneladas diárias. Sua produção na última safra, atingiu 31770 saccos de assucar de 60 kilos e 1440 pipas de 800 litros de mel¹¹¹.

Com o progresso da empresa, a vida dos trabalhadores se tornava menos difícil segundo o periódico, pois, havia oferta de trabalho tanto na fábrica como na lavoura. Com as melhorias realizadas na empresa a produção de açúcar estava se expandindo significativamente, no âmbito nacional ela era umas das melhores usinas do país.

Em dezembro de 1912 foi publicado no periódico *Gazeta de Notícias: Sociedade Anonyma (BA)* que o Boletim da Associação Comercial da Bahia realizou um balanço da produção açucareira nas usinas da Bahia. Foi constatado que no mesmo ano a Usina Cinco Rios tinha produzido 9.500 sacos de açúcar de 60 quilos¹¹². Com poucos meses de funcionamento, a

¹⁰⁸ AGUIAR, op. cit., p. 8-9.

¹⁰⁹ CASTORE, op., cit., p. 80-85.

¹¹⁰ *Ibidem.*

¹¹¹ *Bahia Illustrada (BA)*. Ano 1918. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=066940&pesq=usina%20cinco%20Rios&pagfis=355>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

¹¹² *Gazeta de Notícias: Sociedade Anonyma (BA)*. Ano 1912. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721026&pesq=Usina%20Cinco%20Rios&pasta=ano%20191&pagfis=429>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

empresa estava superando as expectativas de seus proprietários, já estava fabricando uma quantia relevante de açúcar para ser comercializado.

A Usina Cinco Rios foi muito importante para o Estado da Bahia, para seus proprietários, usineiros que estiveram ao seu comando e principalmente para os funcionários da usina, tanto os trabalhadores da fábrica como do campo. Os trabalhadores tinham menção de dias melhores, oferta de trabalho abundante e a busca por qualidade de vida. Entretanto, através dos depoimentos dos ex-trabalhadores a condição de vida em Maracangalha e nas fazendas pertencentes a usina não atendeu as expectativas.

3.2 ENTRE CAMPOS E MÁQUINAS: DINÂMICAS DO TRABALHO NA USINA

De acordo com o livro *Dicionário da Escravidão e liberdade* organizado pelos historiadores Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes, o capítulo *Trabalhadores Livres e Escravos*, escritos por Marcelo Mac Cord e Robério S. Souza, nos fornece informações fundamentais sobre a demarcação da alteração na relação de trabalho no país. Conforme Marcelo Cord e Robério Souza identificam que a “transição” do trabalho escravo para o livre são pensamentos criados através das telenovelas, livros didáticos entre outros meios de produção, tanto cultural como educacional que permeiam no imaginário coletivo brasileiro. É representado por tais veículos de comunicação que no dia 13 de maio de 1888 é um divisor de águas, pois, é neste momento que visualizam uma passagem para o trabalho assalariado, ou seja, incluindo uma “modernidade, progresso e civilização” para o país. Em uma perspectiva historiográfica acerca da Lei Áurea é fundamental pontuar que a referida lei foi imprescindível no cumprimento das relações trabalhistas. Os trabalhadores escravizados antes da abolição desempenhavam dentro do espaço que era concedido pelos seus donos algumas formas de autonomia¹¹³.

Investigar e refletir acerca das condições de trabalho no campo da história social é fundamental para compreendermos como viviam os trabalhadores rurais. É essencial destacar que as funções ligadas ao trabalho nos canaviais eram extremamente árduas, ainda muito ligadas ao modelo escravagista, isto é, continuidade do trabalho compulsório. Segundo Edinaldo Souza, esse ofício estava direcionado às pessoas de baixa escolaridade ou que não

¹¹³ SWCHARCZ, Lilia M; GOMES, Flávio. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

sabiam ler e escrever¹¹⁴. As condições de vida desses trabalhadores, as horas de trabalho exercidas na lavoura canavieira, salários e direitos que por muito tempo foram negados.

A jornada de trabalho começava cedo nos canaviais. O trabalhador ao exercer sua função, como, cortar cana, cavar covas para o plantio das sementes, cavar valetas, carregar cana até os animais, dentre outras funções pesadas, que os mesmos executavam na lavoura canavieira, e que chegavam ao fim do dia muito exaustos. Os trabalhadores precisavam iniciar os serviços cedo, por volta das 7h e terminavam às 17h, eles tinham que acordar um pouco mais cedo para organizarem os materiais para o trabalho nos canaviais, alimentação e as roupas. Uma boa parcela dos trabalhadores passava o dia todo somente com água e chupavam cana escondidos do administrador de campo, pois, não tinham dinheiro para comprar o alimento ou estavam devendo quantias em dinheiro significativas nos pequenos armazéns do povoado, esse fato impossibilitava a realização de novas compras. Para se organizarem e estarem prontos para partida ao trabalho, era necessário que os lavradores de cana acordassem por volta das 5:30h¹¹⁵.

Segundo Liane Amorim o trabalho no campo estava organizado da seguinte forma: administrador do campo, feitores para supervisionar o trabalho, carreiro ou vaqueiro para levar os bois ou burros com as canas e lenhas e os trabalhadores rurais¹¹⁶. Uma figura importante era o administrador de campo, ele era encarregado pela administração das fazendas e dos canaviais. Suas obrigações eram de analisar, verificar e aferir o trabalho realizado na propriedade agrícola. Para chegar até o posto de administrador era preciso saber ler e escrever. Ele era o responsável por realizar os pagamentos dos funcionários do campo, anotava os nomes de quem recebia o dinheiro e os dias trabalhados. O administrador desempenhava uma função de confiança e de prestígio naquele meio e, para exercer esse ofício a pessoa era escolhida pelo usineiro. Os trabalhadores respeitavam as ordens do administrador, se alguém reclamasse, era posto para fora da empresa, ele tinha essa autonomia. Segundo Joaci de Souza Cunha nas unidades agrícolas os administradores das usinas do Recôncavo tinham um aspecto rude e se beneficiavam da sua posição para impor respeitos aos trabalhadores que ocupava função menos privilegiadas, como, cortadores de cana. Além de tudo, esse era uma representação típica aos

¹¹⁴ Alguns dados demográficos da cidade de Santo Amaro foram analisados e ficou perceptível que “Apenas 17,5% dos habitantes (18.658) sabiam ler e escrever, ao passo que 66,4% (70.591) eram analfabetos”. SOUZA, Edinaldo Antônio Oliveira, op., cit., p. 91.

¹¹⁵ Entrevista concedida por Dona Maria Aurea Fernandes, realizada no mês de abril de 2019.

¹¹⁶ AMORIM, Liane Alves. **Memórias e Trajetórias de trabalhadores da cana de açúcar na Bahia (1909-1969)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. p. 87-89.

tempos da escravidão. As tradicionais figuras dos “administradores” e “feitores” estava sendo mantidas até o momento¹¹⁷.

Cunha assinala que os administradores tinham receio de perder seus privilégios dentro das unidades agrícolas e, quando os usineiros levavam um técnico para avaliar as plantações e o solo dos canaviais, os administradores das unidades rurais boicotavam os projetos de modernização da produção agrícola organizadas pelos usineiros, segundo ele, um dos motivos para as usinas entrarem em falência na região. Os administradores eram contra as inovações tecnológicas nos canaviais, esses avanços científicos eram vistos como um perigo constante a sua posição dentro da unidade industrial¹¹⁸.

Segundo Brito na segunda metade do século XIX, precisamente no ano de 1875 os Engenhos Centrais estavam entrando em declínio. Com a estagnação do empreendimento os senhores de engenhos estavam tendo dificuldade nos negócios. No final do século XIX para o início do século XX uma parcela significativa das terras dos senhores foi comprada pelos usineiros de açúcar, uma figura marcante nas usinas de cana no Recôncavo¹¹⁹.

Deve-se salientar que apesar das tentativas de os usineiros baianos tentarem restabelecer essa produção, eles não tiveram êxito. Entre as décadas de 1940 e 1950 os usineiros do Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco foram mais articuladores do que os usineiros do Recôncavo Baiano. Aumentaram o número de usinas para o crescimento da produção de açúcar e a de álcool carburante. Vale ressaltar que neste período os usineiros do Estado da Bahia não fabricavam açúcar em larga escala para ser exportado, sua produção concentrava para suprir a capital.

Alusivo à autoridade dos administradores da Usina Cinco Rios o Sr. Lourival Santos nos relatou que alguns trabalhadores do campo não recebiam a quantia trabalhada corretamente, os administradores por muitas vezes ficavam com uma parte do pagamento desses funcionários. Questionado a Lourival Santos porque acontecia esse fato, o trabalhador rural destacou que o trabalhador do campo não sabia ler e escrever e era enganado na hora do pagamento. Ele também destacou que se o administrador pegasse um funcionário chupando cana, o salário do empregado era descontado¹²⁰. O administrador era uma autoridade e os empregados não se ousavam a questionar essa autoridade, pois, poderiam ficar sem seu trabalho de acordo com o depoente.

¹¹⁷ CUNHA, op. cit., p. 65.

¹¹⁸ CUNHA, op. cit., p. 63-65.

¹¹⁹ BRITO, Cristóvão. **A Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 236 p. ISBN 978-85-232-0542-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

¹²⁰ Entrevista concedida por Lourival Santos, realizada no mês de junho de 2019.

Todavia, a Bahia já vinha com algumas iniciativas para o fortalecimento da indústria, principalmente açucareiras, ela dispunha do capital estatal para investir nas fábricas. Entretanto como salienta Joaci Cunha, no Recôncavo Baiano onde havia as fábricas, principalmente de açúcar, a representatividade da imagem do usineiro não perdurou. O que explica o símbolo da figura do usineiro não ficar registrada na imagem dos trabalhadores, era porque esses seguimentos foram criados a partir de junções do capital de vários sócios, em média a usina tinha em torno de 3 a 4 sócios. O que fundamentava a descaracterização do domínio completo na empresa, esse direcionamento das firmas era encontrado em outras regiões, onde as fábricas só tinham um proprietário, totalmente distintas das fábricas localizadas no Recôncavo¹²¹.

Segundo Liane Amorim além dos adultos exercerem suas obrigações na lavoura, as crianças também trabalhavam junto com os pais. Algumas meninas labutavam nos canaviais, mais a maior frequência nas plantações era de meninos, em muitas usinas do Recôncavo eram empregados a mão de obra das crianças nos canaviais, com uma retorica de dizer que esses indivíduos estavam “ajudando” seus pais¹²². Os usineiros lucravam com essa mão de obra, o trabalho nas lavouras era realizado e os dirigentes da empresa não pagavam impostos, pois, muitos não tinham a carteira de trabalho para ser assinada neste período. Ainda de acordo com Amorim, os meninos trabalhavam descalços, as roupas eram inapropriadas para estarem naquele espaço, a vegetação era densa, as folhas de cana cortavam os corpos das crianças, espinhos que furavam as mãos e os pés dos meninos¹²³.

Muitas crianças e adolescentes iam para o trabalho sem a primeira refeição do dia e, ficavam até às 12h ou até mais tarde sem se alimentarem¹²⁴. A alimentação que levava para o canavial era em muitas vezes farinha seca com carne de sertão ou peixe seco, quando tinham para levar, pois, para os trabalhadores e seus descendentes havia uma escassez de alimentos, devidos os altos preços dos produtos de primeira necessidade, como o leite, café, arroz, feijão e entre outros¹²⁵. O salário dos trabalhadores rurais não eram o suficiente para comprar uma alimentação apropriada para eles e seus filhos. A usina pagava pouco para os trabalhadores, muitos pais eram obrigados a incluir os filhos na lavoura para auxiliar nas despesas de casa.

Logo, Amorim ressalta que os funcionários do campo recebiam um pedaço de terra pelo comportamento no trabalho, ser um bom funcionário significaria nessa instancia que eles/ elas conseguiriam um espaço para cultivar legumes e frutas. O plantio nas roças servia para integrar

¹²¹ CUNHA, op. cit., p. 65.

¹²² AMORIM, op. cit., p.108-119.

¹²³ AMORIM, op. cit., p.81-83.

¹²⁴ AMORIM, op. cit., p.113-118.

¹²⁵ Entrevista concedida pelo Senhor Adenilson Fernandes de Jesus, realizada no mês de abril de 2019.

aos baixos salários que eles recebiam no trabalho desempenhado na lavoura canavieira. Os usineiros cediam uma área para o plantio de gêneros alimentícios para o funcionário, a família que tinha um número significativos de filhos, a divisão de terra para o membro responsável por essa família era maior. Essa prática de ceder um espaço para o cultivo da agricultura de subsistência era comum na Usina Cinco Rios¹²⁶.

Os operários que trabalhavam no fabrico do açúcar, na manutenção dos maquinários, eram chamados de artistas, porque eles tinham profissões qualificadas como por exemplo, torneiro, caldeireiro, serralheiro e mecânico. Eles se consideravam artistas, pois, essa categoria industrial tinha os ofícios qualificados, além dos artistas, trabalhavam nas usinas os serventes, ajudantes e os profissionais. Segundo Edinaldo Souza as leis trabalhistas não chegavam até as usinas do Recôncavo, os usineiros negligenciavam o que estava instituído na lei. Os operários do açúcar trabalhavam compulsoriamente, isto é, o dia inteiro e estendia o seu ofício até a noite cumprido ordens dos patrões. Outro fato relevante a extensão das horas de trabalho para o período noturno, realizado pelos artistas. Eles dobravam o trabalho e não eram recompensados pelos serviços noturnos na empresa, os funcionários não tinham as vantagens que a lei ofertava para o trabalho “extraordinário e noturno”¹²⁷.

De acordo com José Sergio Leite Lopes as funções dos operários do açúcar estavam distribuídas da seguinte forma: operários secundários; serventes: “*ligados a um profissionalista, a uma seção ou a uma máquina; podendo variar muito quanto às tarefas que lhe são distribuídas*”. Ajudante: “*ligado a um artista ou um profissionalista, tendo tarefa específicas em função do trabalho útil do operário principal*”. Operários principais “região” da profissão; profissionalista: “denominações específicas. Exemplo, cozinheiro, soldador, evaporador, motorista etc.” Artista ou o oficial: “denominação específica”. Como carpinteiro, caldeireiro, torneiro, serralheiro. Local de trabalho: oficinas¹²⁸. ”

Como eram poucos profissionais qualificados na região para dar conta da produção açucareira na usina, muitos operários eram obrigados a permanecerem, trabalhando e exercendo suas respectivas funções na área fabril. Se questionassem pela quantidade de horas trabalhadas eles eram postos para fora da empresa. Edinaldo Souza salienta, “as leis trabalhistas não chegavam até a usina”, as inadimplências dos usineiros eram constantes, eles não pagavam

¹²⁶ AMORIM, op. cit., p. 78-79.

¹²⁷ SOUZA, Edinaldo Antônio Oliveira. **Tensões nas usinas de açúcar do Recôncavo: greve de 1946 e as disputas trabalhistas no .:intervalo democrático::** (1945-1964). 11. ed. Uberlândia: Agricultura, 2009. p.97.

¹²⁸ LOPES, José Leite. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 220 p. (estudos brasileiros, v.10).

horas extras para os operários e as condições de trabalho nas usinas eram péssimas¹²⁹. Nessa conjuntura, a referência de Edinaldo Souza é sobre os seguintes órgãos: “as Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) e Juízes de Direito, os Conselhos Regionais do Trabalho (CRT) e o Conselho Nacional do Trabalho (CNT) e Câmara de Justiça do Trabalho (CJT)¹³⁰”.

Além do trabalho pesado que os operários exerciam tanto na fábrica como nos campos aos domingos, eles aproveitavam a folga para ir à feira local comprar e vender seus produtos cultivados no quintal de casa, nas terras cedidas pelos usineiros ou próximo aos canaviais, uma maneira para ter uma renda extra e complementar o dinheiro que recebiam da usina.

A Usina Cinco Rios dispunha de aproximadamente 20 fazendas próprias com o plantio de cana, a unidade industrial também comprava cana de outros fazendeiros. Brito salienta que a partir de entrevistas realizadas com ex-funcionários da empresa foi capaz de obter essas informações referente ao funcionamento e os bens que a usina possuía¹³¹. Dentre o surgimento de categoria social dos usineiros de açúcar, surge neste meio os fornecedores de cana trabalhando para abastecer as fábricas industriais de açúcar e álcool da região. Seguindo nesse novo contexto, os fornecedores de cana recebiam as ordens dos usineiros.

Alguns fazendeiros era descendentes de famílias de antigos senhores de engenhos, como família Aragão Bulcão, muitos se encontravam endividados e sem prestígio. Eles tinham neste momento amplas propriedades de terras que estavam sendo cultivadas com cana para serem vendidas para as usinas. Muitas famílias descendentes de escravizados se permaneceram nessas terras e trabalhando para os fazendeiros, como a fazenda São Miguel das Almas que fornecia cana para usina Cinco Rios e também fazendas do povoado como Madruga, Vencimento, Paramirim e Monte Recôncavo, todas elas localizadas na cidade de São Francisco do Conde. Onde estava localizado a fazenda São Miguel das Almas, foi criado o bairro do Coroado no final da década de 60 para início de 70 para abrigar os trabalhadores rurais da antiga fazenda como a São Paulo, de propriedade da família Aragão que estava localizada no entorno da Refinaria Landulpho Alves-Mataripe. As fazendas produtoras de cana eram fundamentais para o abastecimento do produto para empresa, além de fornecer cana, muitas famílias de trabalhadores rurais moravam nestes espaços cedidos pela usina.

De acordo com o *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (RJ)* a usina estava localizada:

¹²⁹ SOUZA, op. cit., p. 97.

¹³⁰ SOUZA, Edinaldo. Disputas trabalhistas em comarcas do interior: Recôncavo da Bahia, 1940-1960. Edinaldo Antônio Oliveira. **Revista Mundos do Trabalho**, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009. p. 155-189.

¹³¹ BRITO, op. cit., p. 50.

Situada perto da Estação de Maracangalha, na E. de Ferro Centro Oeste, da “Chemin de Fer L’Est Bresilien”, no município da Villa de São Francisco na Comarca de Santo Amaro, ainda dispõe esta usina do excelente porto de mar de “Paramirim” além do porto de “Almas”. Possui os engenhos: Maracangalha, Cinco Rios, Copa, Pitanga, Camassary e Bom sucesso, uns no município da vila de São Francisco e outros nos de Santo Amaro, além de outros arrendamentos.¹³²

Além de transportar as canas das fazendas por esse rio os trabalhadores enchiam os saveiros e as canoas com as sacas de açúcar para serem enviadas para o porto de Salvador. Muitos moradores desse povoado trabalhavam na usina, na área do campo e, segundo os depoentes poucos homens da região de Maracangalha e cidades circunvizinhas eram operários do açúcar. Na diretoria e no administrativo da empresa os cargos em sua maioria eram ocupados por homens brancos, com raras exceções para ingressos de trabalhadores negros, tinham que ser de “confiança” e habilidades para trabalhar na área administrativa da empresa, segundo os relatos dos depoentes.

A frente da Usina Cinco Rios sempre estavam pessoas públicas como senadores, ministros e deputados, todos esses sujeitos faziam parte de grandes nomes na sociedade baiana, como Martins Catharino. O periódico Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) destacou que no ano de 1927 a diretoria da empresa era formada pelos políticos e usineiros:

Director-Presidente: Alvaro Martins Catharino. Director-Secretario: Joaquim Alves de Souza Ferreira.
 Presidente do Conselho Fiscal: Bernardo M. Catharino Junior.
 Proprietario da “Usina Cinco Rios”, situado no Municipio da Villa de S. Francisco, única do Estado da Bahia, independente de Sindicato Açucareiro, com produção de 60.000 saccos por safra e 10.000 hectares de terra para lavoura.
 Proprietario da << DISTILLARIA CINCO RIOS <<, situado no Municipio de Santo Amaro, com a produção de 3.500 pipas de cachaça por safra.
 Proprietária da << Fabrica De Adubos Para Lavoura << MARCA CINCO RIOS << com a produção de 1.200 toneladas de adubos por annos.
 Unicos vendedores dos produtos bovinos e cavallares do HARAS BOM SUCESSO de propriedade de Alvaro Martins Catharino¹³³.

¹³² Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar (RJ). Ano 1933. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=002534&Pesq=Usina%20Cinco%20Rios&pagfis=192>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

¹³³ Almanak Laemmert: administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Ano 1927. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20192&pesq=Usina%20Cinco%20Rios&pagfis=98979>. Acesso em 22 de setembro de 2018.

Além de ter em sua posse o controle da Usina Cinco Rios, Álvaro Martins Catharino tinha como propriedade destilaria e uma fábrica que produzia adubos. Um empresário conceituado na Bahia.

Na edição de 1933 o periódico *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar (RJ)* identificou que além de usar animais para o transporte da cana, a usina possuía locomotiva própria para realizar o deslocamento da mesma. Além dessa reportagem o jornal mencionou que a Usina Cinco Rios possuía um capital social de R\$ 5.000:000\$000. O periódico faz referência também a produção anual de cada da empresa, sobre esses momentos supramencionados o jornal destacou:

Proprietaria- Sociedade Anonyma Companhia Uziana Bom Jardim. Capital Social- R\$ 5.000:000\$000
Capital de Produção por safra-setenta mil saccas.
Está Uzina é servida pela Estrada de Ferro Centro Oeste, explorada pela Companhia Ferroviaria Este Brasileiro.
Sua produção de 1928 a 1929, foi de setenta mil cento e trinta e nove saccas, de 1929 a 1930 foi de setenta e duas mil e duas mil e setenta e seis saccas; de 1930 a 1931 foi de setenta e cinco mil e cento e cinquenta e uma saccas; e de 1931 a 1932, foi de cinquenta mil e duzentas e vinte três saccas de açúcar¹³⁴.

O que observamos neste periódico é que os dirigentes a frente da Usina Cinco Rios, estavam implementando e investindo capital nesta unidade fabril. O aprimoramento da empresa refletia em uma boa produção, além da qualidade do açúcar comercializado em todo o estado brasileiro.

A Usina Cinco Rios construiu 08 quilômetros de linha de ferro em suas terras. Ainda o periódico salienta que com o incremento, isto é, o desenvolvimento da unidade industrial a vida se torna menos difícil para os trabalhadores da região. O periódico é enfático em destacar que:

As Usinas, como o actual incremento das lavouras, cresce de importância no commercio mundial. Com o concurso destas, é que a vida se torna menos difficil, pois o papel da produção do assucar, principalmente, é dos mais ppreoderantes na produção nacional¹³⁵.

A usina tem um papel preponderante na fabricação de açúcar na região de São Sebastião do Passé e também um espaço que oferta trabalho para os trabalhadores locais e de regiões

¹³⁴ Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar (RJ). Ano 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=002534&pasta=ano%20193&pesq=Usina%20Cinco%20Rios&pagfis=93>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

¹³⁵ Bahia Ilustrada (BA). Ano 1918. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=066940&pesq=Cinco%20Rios&pagfis=355>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

circunvizinhas. Logo, a empresa vai ao longo da sua criação se destacando nacionalmente com uma produção de 400 toneladas diária¹³⁶. Analisando essa reportagem com os relatos dos ex-trabalhadores foi observado que as informações divergem, os depoentes mencionaram tempos difíceis para os trabalhadores desta unidade industrial. O que podemos compreender com essa manchete é que o periódico estava inserindo essa reportagem com a intenção de elevar os dirigentes da usina para o Estado da Bahia, tinha um cunho político neste noticiário.

Segundo José Raimundo Fontes foram encontrados em periódicos da capital noticiários que evidenciavam nas manchetes que Salvador era o principal centro urbano do Estado da Bahia, a província tinha o maior e o mais significativo “contingente da classe operária”. No entanto, Fontes acentua, que além de Salvador, o Recôncavo, em suas estruturas fabris tinha um número expressivo de operários organizando e pautando lutas coletivas a favor de qualidade de vida, melhores salários e trabalho nas fábricas. O autor se deparou com uma vasta referência sobre os acontecimentos ligados as lutas trabalhistas dos operários do Recôncavo “*por parte da imprensa da capital*”¹³⁷.

De acordo com Edinaldo Souza em 1946 os funcionários das quatro usinas do Recôncavo baiano sendo elas a usina “Aliança, Terra Nova, São Bento e a São Carlos” paralisaram seus serviços em prol de melhorias salariais. Essa mobilização realizada pelos trabalhadores em busca de melhores salários, qualidade de vida, redução nas horas de trabalho e o fim do desconto quinzenal sobre uma parcela do seu salário aconteceu no dia 14 de fevereiro do mesmo ano¹³⁸. A greve teve uma duração de 23 dias, culminando outras usinas açucareiras da redondeza, como, a Usina Cinco Rios. Esse manifesto paralisou cerca de 10 mil trabalhadores¹³⁹. As quatro unidades industriais citadas, “*pertenciam à Lavoura e Indústria Reunidas (LIR), controlada pela “empresa Magalhães Comércio e Indústria, grupo financeiro e comercial”*”. S.A. Magalhães tinha em suas mãos o cartel do setor açucareiro, ou seja, monopolizava o comércio açucareiro na Bahia.

Com os levantamentos realizados por Joaci Cunha foi averiguado que na usina São Carlos em 1946 tinha uma “*caixa beneficente*” organizada pelos operários. Essa iniciativa visava os cuidados com a saúde e era organizada entre eles e, cada uma pessoa pagaria R\$0,50 centavos para cobrir assistências médicas e compra de remédios se houvesse necessidade. Ainda de acordo com os argumentos do autor, os usineiros sugeriram para o responsável do

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ FONTES, José Raimundo. **Manifestações Operárias na Bahia: O Movimento Grevista 1888-1930**. Dissertação de Mestrado. Salvador, 1982.

¹³⁸ SOUZA, op. cit., p. 90-92

¹³⁹ Ibidem.

grupo de operários que eles comprariam o “caixa beneficente” e ficariam responsáveis pela assistência médica dos funcionários. Assim, os trabalhadores teriam direito a auxílio médico, o mesmo seria descontado em porcentagem dos seus salários. Com essa ocorrência, “desconto para utilidades” no pagamento parcial dos funcionários inicia uma briga jurídica entre operários do açúcar e os usineiros no Recôncavo baiano. O desconto em folha não era realizado sobre o valor do salário mínimo, segundo estava mencionado em lei¹⁴⁰.

Os usineiros estavam agindo de forma arbitrária e leviana perante os trabalhadores, ao “oferecer” subsídios médicos para os operários, os usineiros retiravam seus lucros sobre o serviço ofertado. O evento “desconto para utilidades”, fez com que os operários se organizassem juridicamente a favor dos seus direitos adquiridos em 1943, na Consolidação das Leis Trabalhistas sancionadas pelo Presidente Getúlio Vargas. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar do Recôncavo (STIA) reivindicava por meio coletivo o encerramento do desconto realizados nas folhas de pagamentos dos trabalhadores.

Em contrapartida as reclamações dos trabalhadores, os usineiros obtinham o direito de “recorrer a sentença junto à Câmara Regional do Trabalho (CRT) ” que era estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. Em 14 de fevereiro de 1946, foi iniciada nas usinas do Recôncavo conflitos entre patrões e empregados. O STIA, pelo caminho jurídico criou estratégias para seus direitos serem reconhecidos e respeitados por essa classe social, pois, estavam sendo negligenciadas pelos empregadores.

Segundo Edinaldo Souza, em 1942 havia na região 19 usinas em funcionamento. Dessas dezanove, 10 estavam localizadas em Santo Amaro. Já a Usina Cinco Rios, neste período estava situada na cidade de São Sebastião do Passé¹⁴¹. O município só tinha uma unidade industrial na região. De acordo com as interpretações de Souza podemos relacionar as seguintes informações, Clemente Mariani era advogado da S.A Magalhães, ele estava defendendo os interesses da empresa e dos usineiros, entretanto, o mesmo em 1938, adquiriu a usina Cinco Rios. Nesta conjuntura o empresário defendia seus próprios interesses também¹⁴².

Na investida para criação das leis trabalhistas no país, o trabalhador rural foi assiduamente percebido e notado como incomum em relação ao trabalho urbano. Todavia, os trabalhadores do campo achavam que eram amparados totalmente pela lei trabalhista, essas modificações amparavam amplamente os trabalhadores industriais e comerciais. Para Liane Amorim, um dos motivos que levaram os trabalhadores rurais a terem essa visão, era a partir

¹⁴⁰ CUNHA, op. cit., p. 116-120

¹⁴¹ SOUZA, op. cit., p. 91.

¹⁴² MOREAU, op. cit., p. 367-368.

da veiculação de notícias pelo rádio, uma via importante para essa construção de pensamento. Ainda de acordo com a investigação da autora, durante do Estado Novo (1937-1945), foram criados mecanismos para atingir a massa, iniciativas fomentando os benefícios do governo. Nessa esteira, o programa “*A Hora do Brasil*” e o programa “*Falando aos Trabalhadores*”, tinha o objetivo de veicular informações para a massa trabalhadora brasileira. Nota-se que esse e, outros instrumentos como jornais e programas de televisão foram fundamentais para propagar as iniciativas governamentais¹⁴³. Tais ações tinha o intuito de mostrar os atos realizadas pelo governo e preservar uma imagem positiva de Getúlio Vargas. Como foi identificado o rádio era neste momento um meio importante de veiculação de notícias do governo Vargas. Até os dias atuais, muitos trabalhadores lembram desses feitos realizados pelo “pai dos pobres” como Getúlio Vargas era chamado pelos trabalhadores.

Edinaldo Souza salienta que “em 1º de maio de 1941, durante a comemoração do dia do trabalho”, o presidente proclamou para os trabalhadores o início do funcionamento da Justiça do Trabalho no país. Getúlio Vargas anunciou para os trabalhadores em rede pública que a lei que protege os operários entraria em vigor, ou seja, o surgimento de lei trabalhistas em prol de uma parcela de trabalhadores brasileiros¹⁴⁴. Logo, percebe-se uma saída eficaz para reduzir os conflitos trabalhistas dentro das empresas. Amenizar o confronto entre patrões e empregados nas esferas privadas. Esse princípio de negociações, mediações e ajustes trabalhistas se iniciou no começo da década de 30, estreando no governo provisório (1930 -1934). Sendo observado neste período como uma reestruturação do Estado Nacional e o estabelecimento e organização de uma nova constituição da política brasileira. Sem dúvida, o governo de Vargas deu um passo à frente para criação de leis trabalhistas que amparava e ainda ampara os trabalhadores.

Nesta nova configuração política, este projeto governamental tinha o intuito de amparar, legalizar e fomentar o trabalho legal dos operários, pois, os trabalhadores travaram diversas lutas para terem seus direitos trabalhistas regulamentado. Contudo, por trás desse apoio a classe trabalhista, os empregadores possuíam interesses e o Estado entrava para tentar conter as mobilizações realizadas pelos trabalhadores no âmbito nacional¹⁴⁵. Os patrões, junto com a força política que controlava o país na época vinha desenvolvendo manobras para poderem juntos dominar a classe operária. Criaram mecanismos eficazes para mover e driblar os trabalhadores como eles fossem marionetes, tirando lucro deste novo sistema de poder para dominar os empregados. Porém os trabalhadores não foram seres passivos, reivindicaram mais

¹⁴³ AMORIM, op. cit., p. 128-130.

¹⁴⁴ SOUZA, op. cit., p. 155.

¹⁴⁵ Ibidem.

uma vez pelos seus direitos. No bojo dessas reflexões, foi a partir do governo de Vargas que as leis trabalhistas começaram a ocupar uma posição central no cenário brasileiro.

Em 1943 inicia a Consolidação das Leis Trabalhistas no Brasil, neste momento os empregadores tinham que cumprir essa determinação do presidente em prol dos empregados. Nem todas as parcelas de trabalhadores foram amparadas pela lei, os trabalhadores rurais só foram ter amplamente seus direitos de fato assegurados em 1963 no governo de João Goulart, porém, antes dessa data na cidade de Santo Amaro como afirma Joaci Cunha, surgia em “26 de setembro de 1954”, em uma reunião efetuada no “Cine Subae”. Na ocasião foi criado o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura Canavieira do Estado da Bahia, um movimento jurídico que auxiliava os trabalhadores rurais a lutarem pelos seus direitos trabalhistas.

Referente às mobilizações sindicais o historiador Antonio Luigi Negro apresenta em sua obra *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978*, um reflexo sobre a organização sindical dos siderúrgicos no Sudeste do Brasil. Através deste trabalho Negro nos faz analisar a organização dos siderúrgicos no ABC paulista. O autor trabalha grandiosamente a história da luta de classes no Brasil e traz reflexões importantes para a questão da formação sindical. As perspectivas relativas as mobilizações dos siderúrgicos no ABC paulista, movimento esse muito importante para a classe operaria, essa iniciativa traz uma aproximação com as mobilizações organizadas pelos operários do açúcar nas usinas do Recôncavo. Logo, esse movimento culminou outras classes, como a classe dos trabalhadores rurais. Então se há trabalho há luta pelos direitos, os trabalhadores queriam que os empregadores cumprissem com a CLT, muitos descumpriam a lei. Nesse ensejo estava ocorrendo algumas mudanças para reduzir ou frear os movimentos liderados pelos trabalhadores. As paralizações da década de 70 á 80 culminou em conflitos, pois, nesse período os siderúrgicos sofriam retaliações do Estado segundo Negro¹⁴⁶.

Dentre os poucos direitos que eram atribuídos aos trabalhadores rurais pela CLT, estavam sendo pautados a permissão do salário mínimo para esse grupo, aviso prévio e férias anuais. Porém, os proprietários das usinas do Recôncavo tentaram ignorar essa regra, não pagando o salário mínimo estabelecido por lei aos trabalhadores, principalmente os rurais. O descumprimento da lei observado na usina Dom João era motivo de tensões em outras usinas do Recôncavo como acentuou Joaci Cunha, Edinaldo Souza e Liane Amorim. Os trabalhadores

¹⁴⁶ Para saber mais ver: NEGRO, Antônio Luigi. **Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978**. São Paulo: Boitempo, 2004. O autor trabalha os movimentos organizados pela classe operaria no ABC paulista. Essas fábricas automobilísticas localizadas nessa região, mantinham baixos salários, extensas horas de trabalho para os operários foi desencadeado movimentos populares que culminou em paralizações.

relatavam que os trabalhadores do campo recebiam o que trabalhavam, se cortasse 1000 kg de cana e ficassem em casa uma semana, ele só recebia essa quantidade de cana cortada¹⁴⁷. Importante destacar a interlocução com esses outros estudos de caso, no sentido de perceber os imaginários que esses indivíduos construíram ao falar na “Era Vargas”. Importante interpretar como os trabalhadores liam as políticas governamentais no período que Vargas comandou o Brasil, permitindo observar a especificidade das articulações, na construção e delimitação das ações criadas antes e depois do governo de Getúlio Vargas.

Constata-se que os trabalhadores se apropriaram de alguns itens desta lei, como:

“CAPÍTULO II DA JORNADA DE TRABALHO SEÇÃO II”, no Art. 58, decreto-lei Nº 5.452, relata que a duração do trabalho a partir da criação dessa lei, não passará de 8 (oito) horas diárias, ou seja, os trabalhadores tinham que cumprir 40 (quarenta) horas semanais¹⁴⁸.

Os trabalhadores relatavam com entusiasmo as transformações deste governo para com a classe rural, destacando que foi esse governo que “consertou o Brasil” e “botou comida na mesa dos pobres”.

Nota-se uma ausência na historiografia sobre a JCJ nas cidades de São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, onde tinha instalações de fábrica açucareiras. O JCJ se concentrava em quatro cidades do Recôncavo, Comarca Cachoeira, São Félix, São Gonçalo dos Campos e Maragogipe. Será que a JCJ manteve contato com os trabalhadores destas primeiras regiões? Em particular, estabeleceram diálogos com os operários da Usina Cinco Rios? Esses trabalhadores iam até essas cidades solucionar seus problemas sobre queixas trabalhistas? Tinha algum representante para resolver as suas demandas?

Em muitos casos os trabalhadores eram dispensados dos seus serviços sem receber uma indenização pelo tempo prestado na firma. Nesses casos os funcionários poderiam procurar o Delegado Regional do Trabalho para formalizar as queixas trabalhistas. O delegado analisava o caso pautado nas leis que estavam entrando em vigor. Muitos trabalhadores do Recôncavo sabiam dos seus direitos, mas, não conheciam as leis trabalhistas que amparavam a classe. Para não pagar o salário mínimo os empregadores ordenavam que aquele trabalho seria subdividido em tarefas, quem não cumprisse toda demanda de trabalho, ao final do mês ou quinzenalmente o seu dinheiro vinha cortado. Uma das justificativas para o funcionário receber o salário cortado

¹⁴⁷ AMORIM, op. cit., p. 63-92.

¹⁴⁸ BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 9 ago. 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm. Acesso em: 21 de abril de 2020.

era a seguinte: o funcionário não atingiu a realização por completo do que foi estabelecido para ele fazer, foi ordenado o corte de 8 tarefas de cana e o trabalhador rural só conseguiu cortar 5 tarefas. Era uma exploração da mão de obra, essa forma de divisão das tarefas de trabalho foi uma maneira encontrada pelos empregadores para não pagar o salário mínimo, sobretudo para os trabalhadores rurais. Havia um contingente relevante de homens, mulheres e crianças trabalhando nas áreas rurais, bem como nas fazendas pertencentes a usina e nos canaviais da empresa. Na maioria das vezes esses trabalhadores não tinham escolaridade relevante, malmente sabiam assinar seu nome, de família pobre, numerosa e eram em sua maioria negros¹⁴⁹.

Por mais que os trabalhadores das zonas mais afastadas dos centros das cidades relatassem que desconheciam a Justiça do Trabalho, havia vinculação de notícias sobre a lei no Recôncavo baiano. Com o índice elevado de analfabetismo e a má distribuição de renda, muitos não tinham condições de comprar rádio e jornais impressos. Uma estratégia utilizada pelos trabalhadores para circulação das informações, era por meio do deslocamento até cidades e vilarejos próximos, nesse movimento, os trabalhadores reservam um tempo para conversar com amigos no comércio da região, neste ensejo, obtinham informações do que estava ocorrendo na localidade e até mesmo em outras regiões do Brasil.

Compreende-se que após a abolição da escravatura foram criadas leis para comandar mais uma vez os trabalhadores. Nesta perspectiva, o Estado estava iniciando um apoio para trabalhador e salienta para os empregadores que será melhor uma aproximação entre funcionários e patrões. O Estado observando a força e a determinação dos indivíduos começou a fomentar mecanismos para amparar a classe social trabalhadora. Entre essa melhoria para a classe analisada, o Estado tinha seus interesses. Nessa perspectiva foi criado um caminho mais “fácil” de fiscalizar e controlar a mão de obra dessas pessoas, sem que gerassem mais gastos e conflitos para o empregador. Essas leis que foram criadas ao longo dos anos não abrangia a toda a classe trabalhadora, tinha distinção do ofício que os operários exerciam, por exemplo, trabalhando na fábrica de sapatos, roupas e de fabricação de açúcar, esses operários tinham uma conotação diferenciada na sociedade, ou seja, um grau de hierarquia perante os ofícios que executavam. Já os trabalhadores que exerciam seus ofícios plantando hortaliças, contando cana, cuidando de animais, limpando e pavimentando as ruas dos centros não eram percebidos como um ofício de prestígio pela sociedade.

¹⁴⁹ SOUZA, op. cit., p. 91.

No espaço rural, ou seja, no trabalho nas lavouras a conquista e a implementação dos direitos trabalhistas assegurados por lei trilharam um caminho próprio, totalmente diferente dos rumos trilhados pelos trabalhadores urbanos. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo presidente Getúlio Vargas em 1943, especificamente, essa ação abordava sobre os direitos que trabalhadores urbanos passará a ter após a promulgação da lei. Um conjunto de regras foram criadas para amparar essa classe de trabalhadores urbanos, o ano supracitado refere-se no artigo 1º, foi consolidada efetivamente as relações individuais e coletivas de trabalho para essa categoria. Logo no artigo 7º, estabelecia que os trabalhadores rurais, sendo eles ligados à agricultura e a pecuária não seriam amparados. Pois os mesmos não faziam parte do quadro de funcionários ligados nas áreas industriais ou comerciais. Os poucos direitos que eram atribuídos aos trabalhadores rurais pela CLT estava sendo pautado a permissão do salário mínimo para esse grupo, descrição citada no artigo 76º. Além de assegurar o direito e, uma quantia estabelecida por lei para ser paga a esses trabalhadores, eles tinham férias anuais, artigo 129 e o aviso prévio (Capítulo VI da Seção VI, conforme indicado pelo Art. 505)¹⁵⁰.

Os trabalhadores rurais já viam com um longo percurso de lutas, pautadas em reivindicações diversas. Essas inquietações se intensificaram no cenário brasileiro na década de 50. Os trabalhadores rurais estavam buscando mudanças nas relações de trabalho que deveriam ser agregadas ao meio rural, como modificações nas péssimas condições de trabalho que eles/elas exerciam, distribuição de terras para serem cultivadas, dentre outras questões. Neste momento no país a sindicalização do meio rural se intensifica com uma grande proporção e apoio significativo de trabalhadores. Em 1962 acontecia a regulamentação da sindicalização para os trabalhadores rurais, conforme Joaci Cunha¹⁵¹. Segundo Edinaldo Souza um colaborador e a apoiador para as causas deste grupo, era o Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹⁵². As reivindicações dos trabalhadores eram conhecidas como questão agrária, culminou discussões políticas no fim da década de 50 para início de 60, tais debates tinham o cunho de uma reforma agrária, com o objetivo e uma grande menção a distribuição de terras. Não podemos deixar de lado o apoio que a militância trabalhista, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) baiano deu ao operário do Recôncavo. Ele ainda estava se consolidando como um grupo político, mais tinha a capacidade suficiente de se unir com os trabalhadores.

¹⁵⁰ BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 9 ago. 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 21 de abril de 2020.

¹⁵¹ CUNHA, op. cit., p. 250.

¹⁵² SOUZA, op. cit., p. 94-98.

Logo, a primeira lei referente à organização no trabalho no meio rural, foi iniciada pelo Decreto de número 979, no dia 6 de janeiro de 1903. Tal instrumento, reconhecido pelo Congresso, instituiu as normas para a fundação de sindicatos agrícolas, que juntos reuniria patrões e empregados. Essa determinação foi aprovada no dia 20 de junho de 1907, pelo decreto de número 6.532. Ao sancionar essa lei, o presidente Afonso Pena, cogitava que os sindicatos agrícolas poderiam estrutura-se sem autorização do governo. Nenhum dos decretos retratados acima recebeu importância e continuidade do governo.

Com a Revolução de 1930 iniciou-se uma campanha para criação de leis trabalhistas e previdenciárias com especificidades e amparo para os trabalhadores. Com o objetivo maior de reduzir as divergências entre empregador e empregado, entretanto, como já foi citado, a partir da década de 40 é quando os trabalhadores da agricultura começaram a ser favorecidos, ainda que timidamente com as primeiras leis de cunho social, como a conquista da carteira de trabalho, férias anuais e salário mínimo. Em 1941, Vargas decretou o Estatuto da Lavoura Canavieira, a criação do Estatuto tinha a finalidade de garantir moradia, assistência médica aos funcionários das usinas, atribuir um certo incentivo aos pequenos produtores de cana, pois, em relação aos usineiros eles produziam uma quantidade reduzida de açúcar e álcool. No que se refere ao apoio e nas criações destas determinações, eles não foram cumpridos, ou seja, as determinações de medidas sociais compreendidas no estatuto não foram levadas adiante no governo de Getúlio Vargas. Atenta-se mais uma vez como o governo de Afonso Pena e Vargas tinha um descaso com as questões relativas ao trabalho rural no Brasil.

Com a queda dos preços e a decadência contínua da atividade açucareira no Brasil, principalmente na Bahia, foi criado o I.A.A. Em 1933 o IAA passou a determinar para cada usina uma cota de produção equilibrando o preço do produto. O órgão interferia na cadeia produtiva da cana-de-açúcar, ela controlava da sua produção até o preço final no mercado. A reorganização do setor agroindustrial canavieiro só foi possível a partir da criação do Instituto Açúcar e Álcool. Referente a IAA, em 1943 foi publicado no periódico Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar (RJ) os resumos das Atas Executiva do Órgão. Logo, a Comissão Executiva da I.A.A realizou os seguintes pronunciamentos:

Quota do Distrito Federal - A prova-se a proposta do Sr. presidente no sentido de ser paga aos produtores baianos a bonificação de Cr\$ 5, 00, por sacco, sôbre a quota de abastecimento do Distrito Federal nos meses de novembro e dezembro.

Diaria corrida - Resolve-se admitir a diaria corrida para os fiscais tributarios com o exercicio nos Estados da Baía, Sergipe Alagoas, Pernambuco, Paraiba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Prova de nacionalidade - em complemento á Resolução tomada em 26-8-42, resolve-se o seguinte:

“Art. 1.º- Os processos, contendo pedidos de inscrição de fábricas de alcool e de aguardente, apresentados de acórdos com as disposições da Resolução tomada pela Comissão Executiva, em sessão de 26-8-42, serão submetidos ao despacho da Comissão Executiva, independentemente da apresentação da prova de nacionalidade.

§ 1.º- Quando o I.A.A. expedir a comunicação do despacho, esclarecerá á Coletoria Federal competente que o interessado deverá apresentar, previamente, a prova de nacionalidade, sob pena de cancelamento ex-officio da inscrição concedida.

§ 2.º- Para obtenção da prova referida no parágrafo anterior, os srs. Exatores Federais deverão notificar os interessados para que apresentem dentro do prazo improrrogável de trinta dias, preenchendo o modele aprovado”¹⁵³.

Neste âmbito, houve a aprovação da bonificação para os usineiros baianos e do Recôncavo, além do benefício da diária corrida para os fiscais tributários. Neste período foi concedido à Usina Cinco Rios a instalação da destilaria de aguardente. “*Usina Cinco Rios- De acordo com o parecer da Gerencia, autoriza-se a Usina Cinco Rios, Baía, a fabricar e vender aguardente, até que tenha feito os necessários reparos na sua destilaria*”¹⁵⁴. Através desse decreto foi possível para empresa investir no ramo da destilaria, ou seja, ela iria depois de adequar os espaços, faria agora a destilação da cachaça. Era necessário efetuar investimentos, pois, este ramo exigia maquinários de última geração, algo que a usina já vinha investindo.

O jornal “*O Momento*” que relatava as condições de vida deplorável e os míseros salários que recebiam os trabalhadores das usinas do Recôncavo¹⁵⁵. Além dessas questões, a reportagem sinalizava na década de 40 que os operários do açúcar a carestia dos gêneros alimentícios, sobretudo em relação aos salários pagos aos trabalhadores. Além do periódico *O Momento* expor tais questões, ele caracterizava e fazia uma sátira pertinente acerca das horas trabalhadas pelos operários, para enfim, adquirir tais alimentos. Edinaldo Souza salienta que para adquirir “uma libra de pão” o trabalhador em 1939 tinha que trabalhar 15 minutos, com o reajuste dos preços do mesmo ano, o funcionário da fábrica de açúcar tinha que trabalhar “o equivalente a 38 min”¹⁵⁶. Esses são um dos exemplos que o periódico identificou para sociedade baiana. Em umas das suas sessões em 1948 o mesmo periódico publicou um abaixo-assinado

¹⁵³ Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defeza da Produção do Assucar (RJ). Ano 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=002534&pasta=ano%20193&pesq=Usina%20Cinco%20Rios&pagfis=10903>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

¹⁵⁴ Ibidem.

¹⁵⁵ As pesquisas de Edinaldo Souza e Liane Amorim se debruçaram sobre essa fonte, o jornal *O Momento* permitiu compreender como era o cotidiano dos trabalhadores nas usinas do Recôncavo. Como eles citaram os altos preços dos produtos impossibilitava os trabalhadores na aquisição de produtos de qualidade. Essa fonte foi localizada na Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

¹⁵⁶ SOUZA, op. cit., p. 93-94.

organizado pelos operários da Usina Itapetingui ao então deputado Giocondo Dias, relatando suas condições de vida naquele atual momento. O abaixo-assinado tinha tais informações:

Os abaixo-assinados, trabalhadores da Usina Itapetingui, vêm a pedir V. Excia. que denuncie perante essa Câmara o regime de fome que estamos submetidos juntamente às nossas mulheres e filhos. Os gerentes da referida Usina, Srs. Antonio Falcão e Walter Falcão, ambos os filhos do proprietário da Usina, há mais de trinta dias que vêm submetendo cerca de cento e muitos trabalhadores ao mais desumano regime de fome não tendo pena nem dos nossos filhos, isto é, procurando justificar com as chuvas que interromperam por uns dez dias o funcionamento do fabrico do açúcar, está até hoje sem dar trabalho ao cento e muitos homens trabalhadores de vários anos de serviços na Usina e proibiu ao armazem (Cacête Armado) de despachar se quer um quilo de farinha para os mesmo¹⁵⁷.

Portanto a situação dos operários do açúcar no Recôncavo era muito complicada, não bastava os salários baixos, eles ainda se deparavam com os mandos e desmandos dos proprietários das usinas. Os trabalhadores e suas famílias só tinham direito de comprar alimentos no armazém da empresa se trabalharem, pelo contrário, eram proibidos a efetuar a compra de um produto básico no armazém que pertencia a Usina, como por exemplo a farinha, exposto pelo periódico. O abaixo-assinado enviado ao Giocondo Dias, tinha como objetivo pressionar os deputados, para que estes tomassem alguma providência.

Ainda no jornal O Momento (BA) do ano de 1948 destacava um episódio de violência destacando como “atentado” a vida de um trabalhador da Usina Cinco Rios, segundo o jornal:

REVOLTANTE TENTATIVA DE ASSASSINATO NA UZINA CINCO RIOS

Mais um atentado à vida de um trabalhador acaba de ter lugar na Usina Cinco Rios, de propriedade do ministro juracisista Clemente Mariane. Este atentado é mais uma demonstração das condições semifeudais reinantes na usina do ministro juracisista, onde os operários são explorados da maneira mais desumana e estão sujeitos a um verdadeiro regime de escravidão¹⁵⁸.

O jornal denunciava por meio do episódio, o regime de exploração no qual os trabalhadores viviam dentro da usina, sob a administração de Clemente Mariani à época. Importante perceber que a perpetuidade do trabalho compulsório e o vocabulário que expressa a indignação do jornal, ainda recorre ao “regime de escravidão”. São analogias recorrentes,

¹⁵⁷ O Momento. Ano 1948. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=118699&pasta=ano%20194&pesq=Itapetingui&pagfis=3>. Acesso em: 07 maio. 2020.

¹⁵⁸ O Momento (BA). Ano 1948. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=118699&pesq=Usina%20Cinco%20Rios&pasta=ano%20194&pagfis=1118>. Acesso em: 28/11/2020.

tendo em vista que a precariedade desse trabalho aliada a condição “deshumana”, além da vigilância dos patrões, evoca essa memória.

Nesse sentido é possível perceber que no universo das usinas, diversos embates e articulações foram vivenciadas entre trabalhadores e patrões, mediadas pelas políticas dos governos e noticiadas em periódicos locais e nacionais. Destaque para os conflitos e tensões ainda presentes nas relações desiguais e de exploração sistemática que os trabalhadores rurais negros enfrentaram ao longo de muitos anos.

4 CAPÍTULO III: QUEM FOI PARA MARACANGALHA? AS TRAJETÓRIAS DOS TRABALHADORES DA USINA CINCO RIOS

4.1 COTIDIANO, CULTURA E TRABALHO

A presença da usina em Maracangalha não orientava apenas os espaços de trabalho internos, a sirene da usina orientava a organização das tarefas do dia-a-dia. Na localidade do Monte Recôncavo, o depoente Carlos Roberto Gonçalves do Rosário (44), funcionário público, nos relatou que na sua infância ouvia a sirene e, esse “chamado” conduzia para o caminho da escola, orientava também o início e o término das aulas. Segundo ele: *era um relógio para nós da comunidade, como a sirene do relógio era acionado aquela época manualmente, na escola fazíamos uma analogia, o sinal que vinha da usina com o relógio*¹⁵⁹. Ainda nos relatou que alguns meninos “imitavam” o som do apito para relacionar a hora da merenda e o final da aula.

O objetivo desse capítulo é pensar a usina a partir do olhar e das narrativas de ex-trabalhadores, por extensão ouvimos as vozes de familiares, amigos e demais pessoas que tiveram suas vidas circunscritas pela presença da usina. Centramos o olhar e o foco nas narrativas que conduziram as memórias pela experiência do trabalho, entrelaçadas pelas formas de produzir, morar, viver em família, regras de comportamento, dentre outros aspectos. Nesse sentido, ao elaborar sua investigação, o pesquisador deve ficar atento a seleção de seus entrevistados, logo é preciso seguir algumas orientações básicas: a quantidade de entrevistados; escolher de acordo com a pesquisa as pessoas que serão entrevistadas; recorte geracional também é importante, nesse caso, recorreremos as pessoas entre 60 e 80 anos da região.

Entretanto, foi preciso realizar entrevistas com os filhos dos ex-trabalhadores, seus descendentes, nesse caso recorreremos aos depoentes Carlos Roberto Gonçalves do Rosário com (44), Adenilson Fernandes de Jesus (49) e Eliene Alcântara do Nascimento (59) e por fim, ter disponibilidade para ir até o depoente¹⁶⁰. Portanto, com base nas entrevistas cedidas pelos ex-trabalhadores e seus descendentes foi possível alcançar narrativas importantes, levando em consideração um olhar a partir da escala local, a fim de entender contextos mais amplos no processo de reestruturação das relações de trabalho desse mundo rural. Sobre esse regresso ao passado, os trabalhadores se emocionaram em narrar seus percursos de vida, as amizades construídas no período que trabalhavam na usina e a luta pela sobrevivência.

¹⁵⁹ Entrevista concedida por Carlos Roberto Gonçalves do Rosário, realizada no mês de agosto de 2020.

¹⁶⁰ ALBERTI, Verena. (2008). Narrativas na história oral. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (22: João Pessoa, PB). **Anais eletrônicos**. João Pessoa, PB: ANPUH-PB. p. 169.

Nesse trajeto, o que se estabelece é um diálogo entre entrevistador e entrevistado, que se comunicam entre si, foram entrevistas realizadas em grupo ou em encontros individuais, além disso, esses relatos foram gravados com a autorização dos depoentes e também poderão ser acessados futuramente, servindo como fontes para outros pesquisadores. Assinalando a relevância dessa metodologia:

A entrevista de História oral deve ser compreendida também como documento de cunho biográfico, do mesmo gênero de memórias, autobiografias, diários e outros documentos pessoais. Trata-se, pois, de uma fonte ajustada a um importante paradigma das sociedades ocidentais contemporâneas: a ideia do indivíduo como valor.¹⁶¹

Além da habilidade de como se direcionar ao entrevistado, outro elemento essencial nesse percurso é interpretar a memória de um grupo, entendendo a ligação deste com a construção de sua identidade. É a consequência de uma tarefa de escolha do que é imprescindível e essencial com o sentimento de unidade, de perpetuidade e de ligação, ou seja, da própria identidade. Mas essa identidade é fluida, apresentando características novas, invariável e, assim, podemos dizer que, em torno dessas discussões, há diferentes memórias, de um grupo, um povoado ou uma nação importante, que, ao final, também são fundamentais para se entender esses mesmos grupos.

Assim, mais do que falar de um conflito entre “memória oficial” e “memória subordinada” ou “dominada”, é necessário pensar que há uma diversidade de memórias em disputa, como assinala o sociólogo¹⁶². De acordo com Souza¹⁶³, as memórias dos depoentes são entendidas e interpretadas no momento da pesquisa como “redes que expressam vivências, ressignificam trajetórias, evidenciam histórias anônimas, anunciam experiências compartilhadas”. Para Valdevino Paiva¹⁶⁴ (1996, p.19), muitos ex-trabalhadores permaneceram em Maracangalha, alguns migraram para cidade de Candeias, São Francisco do Conde, para os bairros de Paramirim, Socorro, Coroado e o distrito do Monte Recôncavo após o fechamento definitivo da usina, que ocorreu em 1987. Porém, antes do encerramento da atividade na indústria açucareira moradores como, Maria Adelaide Santos Florentino (84), hoje aposentada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Renato Ribeiro de Almeida (77), aposentado pelo Instituto de Previdência Municipal (IPM), Maria das Graças de Santana de Ferreira (62),

¹⁶¹ ALBERTI, op. cit., p. 169.

¹⁶² POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10. 1992,p. 200- 212.

¹⁶³ SOUZA, **História oral, memórias e campesinato negros/mestiço na Bahia pós-abolição...**, op., cit., p. 56.

¹⁶⁴ PAIVA, **Maracangalha...**, op., cit., p. 19.

aposentada pelo (INSS), Gildete Miguel (61), funcionária pública da prefeitura Municipal de São Francisco do Conde, José de Carlos Lima (62), aposentado (INSS), foram para um bairro que estava se formando na cidade de São Francisco do Conde: o Coroado. A formação deste bairro se deu no final da década de 60 e início de 70, com a venda de loteamentos para trabalhadores rurais em sua maioria.

Esses trabalhadores passaram por momentos difíceis, uma jornada pela cidadania e sobrevivência, embora não façam menção direta as explorações enfrentadas nesse universo, muitos ao relembrarem desse tempo, desviam os olhares e baixam as cabeças, pois, estamos tocando em um campo sensível: o da continuidade de um sistema de exploração pelo trabalho, fomentado pela indústria açucareira. No percurso das entrevistas realizadas, fui conduzida pelos depoentes aos antigos caminhos que os mesmos faziam para chegar até a usina, no distrito de Maracangalha. Foi interessante compartilhar além das memórias, toda uma cartografia da região, percebendo segundo as suas reminiscências, onde ficava o rio, a praça, o mercado, as casas de antigos chefes e funcionários, além de é claro, os campos e as ruínas da imponente usina. Todos esses caminhos sendo percorridos por identidades comuns, cujo fio condutor era o mundo do trabalho.

Foi um momento que os trabalhadores rurais rememoraram suas trajetórias de vida no período que exerceram atividades na usina, lembraram dos administradores, tanto do campo como do interior da fábrica, acionando e compartilhando memórias. Recordaram do momento difícil que a usina enfrentara nas décadas de 1981/82, o que para muitos implicou na perda do emprego. Sobre esse dado, o memorialista Paiva, já mencionado, ex-trabalhador da usina ressaltou que em dezembro de 1981, próximo do natal, os trabalhadores não sabiam o que fazer, pois havia rumores que a empresa iria fechar¹⁶⁵. Naquele dia triste o povoado estava agitado, os funcionários buscavam por resposta, se a usina fecharia ou não, porém, os gerentes não falavam nada sobre o assunto e, a imprensa de Salvador estava no local para dar a notícia em primeira mão. Ainda nessa recordação, dona Ilda dos Santos descreve que o gerente administrativo da firma, conhecido como Sr. Mundinho, ao não repassar tais informações, estava cumprido ordens dos usineiros, nesse ensejo, a ex-trabalhadora relembrou parte de seu cotidiano na fábrica:

Trabalhei muito tempo na usina, não sei dizer quanto tempo, mais trabalhei bastante. Trabalhava no campo, plantando, adubando, limpando. E, depois que sai daqui fui trabalhar na usina Aliança que pertencia aqui também. Eu só trabalhava no campo. O trabalho era o dia todo, a gente pegava cinco, seis, dependendo da hora que a gente

¹⁶⁵ PAIVA, op. cit., p. 29.

chegava. Aí trabalhava até quatro e cinco. Eu recebia meu dinheiro quinzenal. Morava aqui mesmo na fazenda que pertencia a usina, na época que eu trabalhei, quem comandava era o chefe, dois administradores Juacir e depois passou a ser Dr. Hugo, antes era seu Dudu, Lucio e Milton que trabalhava no campo. A lida era trabalhosa mais eu gostava, porque trabalho nenhum braçal é leve. Agora a gente gostava porque era única ocupação que a gente achava aqui e a gente já podia contar com o nosso dinheiro.¹⁶⁶

Nessa mesma direção, Adelaide Maria Florentino, Renato Ribeiro, Maria Santos e Aurino Alves dos Santos, relataram que limpavam cana, cortavam, adubavam, plantavam e abriam valetas, carregavam as canas até a locomotiva pertencente a fábrica ou até os animais que faziam o deslocamento da cana até a usina. Para esses trabalhadores o pior era “morrer de fome” como mencionaram algumas vezes em seus depoimentos. Alguns também lembraram dos castigos que eram impostos aqueles que arriscassem chupar a cana das propriedades, correndo o risco de terem “os dentes arrancados”. Valdevino Paiva no capítulo *Açúcar doce...Trabalho Amargo*, descreveu também como era o trabalho árduo de alguns homens que transportavam lenhas e bagaço de cana até a fornalha:

A labuta na usina era insana e penosa. Os homens do chamado “pau-da-lenha” (condutores de lenha para a boca da caldeira, em banguês ou carrinhos-de-mão) davam graças a Deus quando tudo estava normal, pois, se a usina parasse; eles eram divididos em dois grupos, um- para o transporte de lenha, outro- para o “couro”, trabalho que além de desagradável lembrava os tempos dos engenhos do Brasil Colônia.¹⁶⁷

Alguns chefes da usina e do campo que supervisionam o trabalho dessas pessoas estão vivos na memória desses trabalhadores, eles relatavam a todo instante quem eram os administradores que inspecionavam o trabalho dentro da usina: “o Sr. Juraci, Sr. Mundinho e Sr. Claude, já a parte do campo era Sr. Dudu, Lúcio, Milton e Hugo”¹⁶⁸. Tais pessoas citadas eram responsáveis pelo andamento e supervisão do trabalho. Muitos ex-trabalhadores remanescentes da usina ainda residem em Maracangalha, embora tivessem vindo de diferentes regiões como: “Salvador, Teodoro Sampaio, Cruz das Almas e entre outros lugares”, como expôs Aurino Alves Santos, 65 anos.¹⁶⁹

A oferta de trabalho temporário era grande e já existia no quadro da usina funcionários de carteira assinada, porém, muitas pessoas de fora se fixaram nos entornos da usina, muitos destes casaram e constituíram família, pois segundo eles, “não faltava emprego”. Sr. Aurino

¹⁶⁶ Entrevista concedida por dona Ilda Santos, realizada no mês de outubro de 2018.

¹⁶⁷ PAIVA, op. cit., p. 96.

¹⁶⁸ Entrevista concedida por dona Ilda Santos, realizada no mês de outubro de 2018.

¹⁶⁹ Entrevista concedida por Sr. Aurino Alves dos Santos, realizada no mês de outubro de 2018.

Alves dos Santos 65 anos, relatou os motivos que o impulsionaram a sair de sua cidade natal em busca de outro espaço para viver e trabalhar. Logo, a construção da vila operaria atraiu muitos trabalhadores, principalmente os trabalhadores rurais. Seguidamente, o corte de cana não exigia uma escolaridade e qualificação dos trabalhadores, eram atividades de natureza braçal, que exigiam fundamentalmente a aplicação e utilização da força física. Os trabalhadores se dividiam em diversas atividades no canavial, para o Sr. Aurino, ex-tratorista da usina, Maracangalha era atrativa, pois a cidade que ele morava, Teodoro Sampaio (BA), não oferecia uma boa qualidade de vida, sobretudo pela pouca oferta de trabalho:

Vim para Maracangalha através de uns colegas que já estava morando e trabalhando aqui, eles diziam que tinha emprego e era melhor do que ficar em Teodoro só na roça. Cheguei aqui anos de 1959, era moleque, tinha uns 10 anos, mas me lembro de tudo. Comecei trabalhando no canavial, fui me desenvolvendo no trabalho e me tornando um homem, fui aprendendo as coisas e virei tratorista. Derrubava terra, cortava cana, desmatava e fazia de tudo um pouco.¹⁷⁰

Ainda de acordo com o relato de Sr. Aurino, ele se orgulha em dizer a função que foi aposentado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): ex-tratorista da Usina Cinco Rios. Era e continua sendo músico nas poucas horas vagas do trabalho. O historiador João Reis explica que no cotidiano desses trabalhadores a música ocupava um papel importante, pois, em meio as tarefas realizadas em grupo, a música também servia como uma distração do serviço pesado e, por sua vez auxiliava para recompor a força de homens e mulheres no campo.¹⁷¹ Com 65 anos de idade, Sr. Aurino relembra que realizava outras funções como o deslocamento dos trabalhadores rurais em um pau de arara, apesar desse meio de transporte ser considerado irregular. Porém a empresa negligenciou esse fato.

Outro personagem (póstumo) interessante na esfera de trabalho da usina foi Sr. Quintino Nascimento, nascido em 25 de Abril no ano de 1927 em São Francisco do Conde. Trabalhou na Usina Cinco Rios entre as décadas de 60 a 80 e exerceu o cargo de feitor na usina. Eliane Alcântara do Nascimento, 59 anos, conhecida como “Leninha” filha de seu Quintino, nos forneceu documentos importantes do seu arquivo pessoal, e a partir desses documentos foi possível recuperar fragmentos da sua trajetória de vida. Quintino Nascimento nasceu no Monte Recôncavo, seus pais eram desse distrito e segundo relato de Eliene, uma parte da família

¹⁷⁰ Entrevista concedida por Sr. Aurino Alves dos Santos, realizada no mês de outubro de 2018.

¹⁷¹ REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição *Afro-Ásia*, núm. 24, 2000, pp. 199-242 Universidade Federal da Bahia. Bahia, Brasil.

residia no Monte e o outro no povoado do Madruga¹⁷², antigo engenho Madruga que pertencia em tempos outrora a freguesia de Nossa Senhora do Monte Recôncavo. Com o passar do tempo, quando Quintino tinha uns 6 a 8 anos, passou a morar no Vencimento, bairro que pertence a cidade de São Francisco do Conde.

Quintino Nascimento era um trabalhador diferenciado de acordo com os relatos de sua filha Eliene, “*meu pai frequentou a escola, mas teve que começar a trabalhar cedo*”¹⁷³, na matemática não perdia para ninguém, não fazia feio perante os engenheiros, não entrou para trabalhar na CEPLAC¹⁷⁴ pois não tinha como concluir os estudos. Depois que a família Clemente Mariani comprou a empresa, ele não se tornou funcionário, mas “*dava uma lição para os engenheiros, explicava o que era tarefa de terra, medida e tal e tal, (risos)*”¹⁷⁵. Quando se casou, seu Quintino foi morar em Almas, pois já era funcionário da usina, e tinha direito a uma casa, segundo Leninha, eram “os mais chegados” que tinham esse direito. Por ser administrador na Usina Cinco Rios trabalhou no escritório em Salvador, fazia esse deslocamento por meio de um carro que o buscava em Maracangalha e o levava até Salvador, na rua dos Droguistas, no Comércio, cidade baixa.

[...] às vezes ele ia de cavalo para Cinco Rios, cada cavalos lindos e bem cuidados cedidos pela usina para papai ir trabalhar. Era muita confiança, ele quem fazia o pagamento dos trabalhadores, ia para o banco Central do Bradesco tirar uma boa quantia para fazer o pagamento dos funcionários. Naquela época ele era muito requisitado e adorado pelos donos da Usina Cinco Rios, é a todos que vão dar essa confiança?¹⁷⁶

Segundo a filha, seu Quintino era um homem que “só andava com ouro”, anéis, relógios, tudo era de ouro. Era uma necessidade ele andar bem arrumado, tinha um cargo importante e só andava no “meio dos políticos”. O cotidiano era agitado, ele trabalhava na Usina Cinco Rios no escritório em Salvador na Cidade Baixa e alguns dias em Maracangalha, além de dedicar o pouco tempo livre que tinha para a política. A família morava na fazenda São Miguel das Almas, propriedade da família de Celso Bulcão que vendia canas para usina Cinco Rios, e

¹⁷² O Engenho Madruga situado na vila de São Francisco, foi um dos pioneiros entre os engenhos de açúcar do recôncavo, localizado nas terras férteis dos campos de Paramirim e Vencimento, às margens do rio Paramirim. In CUNHA, Mario Pinto. **Memorial de São Francisco do Conde**, Bahia, 1976. Pp.45.

¹⁷³ Entrevista concedida por dona Eliene Alcântara do Nascimento, realizada no mês de junho de 2019.

¹⁷⁴ Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com sua direção geral localizada em Brasília-DF, atua em seis estados do Brasil: Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso. Criada em 20 de fevereiro de 1957, época em que a economia cacaueira atravessava uma grave crise, teve sua atuação, nos seus primórdios, centrada basicamente no apoio à cacauicultura. Fonte: <http://www.ceplac.gov.br/paginas/ceplac/ceplac.asp>

¹⁷⁵ Entrevista concedida por Eliane Alcântara do Nascimento, 59 anos em maio de 2019.

¹⁷⁶ Idem.

muitas pessoas que moravam em Almas trabalhavam na usina também. Sua esposa era professora dos filhos dos trabalhadores da usina, nas dependências da propriedade ou nas localidades próximas. Dona Maria Alcântara do Nascimento, conhecida como Dona Bia, atualmente com 100 anos. Ela ensinava os meninos e meninas a ler, as meninas a fazerem “bolo confeitado, bordar e costurar, ela era muito exigente”¹⁷⁷

Depois que a família mudou para o povoado de Paramirim, dona Maria Nascimento começou a lecionar na escola do Madrugá, foi a primeira professora desse local. Às vezes as crianças não iam tomar a lição porque tinham que ir para roça, pegar água com seus pais, quando os filhos faltavam, ela tomava a lição depois. A escola era um local improvisado, tinha umas tábuas para fazer bancos para os meninos e as meninas, o doador dessas tábuas foi seu compadre Jacinto. Os irmãos de Quintino foram embora para Salvador, mas ele não quis ir, gostava muito do lugar onde morava, também tinha vários amigos do meio político, por exemplo, Dr. Vicente Porciúncula, e fez até campanha para Jânio Quadros na década de 60. Sobre a relação com a família Clemente Mariane, havia uma confiança em Quintino, ele trabalhava no escritório e mexia com dinheiro, “para você ver como era”, adverte Leninha. Como diretor administrativo na usina, durante a semana ele ia para Salvador e para Maracangalha aos sábados. Mais uma vez Leninha destaca a elegância do pai em seu trajar:

Ele só andava com os sapatos lustrados, com as roupas bonitas, pois, comprava tudo no comércio, trabalhava lá perto. Imagina um homem que só fez a quarta série, chamava escola leiga, e ficava no meio de gente importante. Ele era muito comunicativo e todos tinham a confiança nele, sabia que poderia confiar nele e no trabalho. Olha naquela época um homem negro exercendo funções importantes, como trabalhar no escritório da usina e ser vereador social, poucos sabem disso.¹⁷⁸

Sobre a trajetória política de Quintino do Nascimento por meio de alguns documentos pessoais identificamos que na data de 30 de abril no ano de 1959 ele foi nomeado pelo governador do estado da Bahia, como Juiz de Paz no distrito de Monte de Recôncavo, no termo de São Francisco do Conde. Quintino foi vereador municipal em diversas legislaturas nas décadas de 60, 70 e 80, conforme consta em seus diplomas. Segundo seu Manoel Amorim, 72 anos, professor no município de Candeias e primo de Quintino, nas décadas de 70, conhecido como “vereador social onde não recebia nada”, ele mesmo conta que foi vereador 03 vezes em Candeias e também vice-prefeito e ressalta esse histórico das pessoas que naquele período

¹⁷⁷ Ibidem.

¹⁷⁸ Ibidem.

participavam da política sem receber salário. Em seu relato chama a atenção para o fato de que a pequena Paramirim possuir dois vereadores nessas condições:

Porque ali em Paramirim teve 02 elementos que dentro daquele período dominava aquela região, ele e Humberto, certo? Interessante que Paramirim daquele tamanho tinham 02 vereadores, quando eram 09 vereadores aqui e tinha 02. Não tinha Coroadó, o Coroadó foi uma criação de Quintino, certo? Através desse processo da prefeitura, porque ali é dividido de Nelson Bulcão e a outra parte era ele, aí ele pegava o livrinho dele aqui, ele tinha aquele espaço com relação a questão cartorial, certo?¹⁷⁹

Seu Manoel é enfático ao afirmar que Quintino do Nascimento fundou o bairro do Coroadó, que o mesmo participou de todo o processo onde se originara a partir da expropriação de moradores das localidades de Candeias, Mataripe, dentre outros espaços, ocupados pela Petrobrás, quando esta começara as suas atividades na região.¹⁸⁰

[...] por trás muita gente não sabe, ele fazia o jogo, correto, ele fazia até o jogo com pessoas comunistas, certo. Ele tinha um amigo em Candeias, chama Cassimiro Correia que era presidente do sindicato ruralista, os agricultores dessa região toda aqui, correto, invasão de terra e a zorra toda, ele por trás fazia parte, tá vendo? Todo de branco, com seu guarda-chuva, perfumado, o negão só andava todo perfumado (risos), entendeu, mais tinha essa...a índole do cara, dele era servir, era servir, ele não tinha aquela de... ele sabia que fazendo esses favores, certo... ele teve outro que o cara era do Socorro que era leigo, foi meu colega inclusive de câmara de Candeias, chama Bento de Souza, certo, que eles ganhavam as eleições neste critério, nesse método, entendeu?¹⁸¹

Quintino também participou de alguns cursos, como o de treinamento gerencial promovido pela Conder – Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo, criado em 1967 afim de delimitar a área metropolitana de Salvador. No ano de 1996 falece no município e no dia 18 de junho do mesmo ano, a câmara registra uma moção de pesar onde destaca os feitos do servidor municipal. Ainda na sala de sessões da câmara, desta vez no ano de 2001, o vereador Manoel Carlito Cerqueira, solicita a câmara por meio de requerimento e indica a mesa diretora que a escola de primeiro grau no povoado do Coroadó estando concluída e prestes a entrar em funcionamento, receba o nome de Quintino do Nascimento, tendo em vista que o munícipe foi

¹⁷⁹ Entrevista concedida pelo Senhor Manoel Amorim, 72 anos, em junho de 2019.

¹⁸⁰ Sobre a emergência da Petrobrás na região de Candeias e do Recôncavo, a descoberta do petróleo nessas terras ganhou importância numa dimensão nacional, entre 1949 e 1950 as terras situadas entre os rios São Paulo e Mataripe, a 6 quilômetros de Candeias ergueu-se a Refinaria Nacional de Petróleo, comumente chamada de Refinaria Mataripe que em 1957, passou a chamar-se RLAM – Refinaria Landulfo Alves. O Jornal Diário de Notícias informava que em 23 de junho de 1952, Vargas visitou os campos petrolíferos da Bahia. No ano seguinte a sua visita a Candeias, através da lei 2004, de 03 de outubro de 1953, Getúlio Vargas criou a Petrobrás, que passou a ter o monopólio estatal da pesquisa, lavra, refino e transporte de petróleo no Brasil. In SANTOS, Jair Cardoso dos. **História da Terra do Petróleo**. Gráfica Salesiano, Salvador, 2008, pp. 125-130.

¹⁸¹ Entrevista concedida pelo Senhor Manoel Amorim, 72 anos, em junho de 2019.

um cidadão de conduta ímpar, dedicado funcionário da prefeitura e vereador por diversas legislaturas.¹⁸²

Para esta pesquisa, o objetivo é perceber como as trajetórias desses trabalhadores, inter cruzam-se com a história da própria região, estabelecendo diálogos e intersecções que nos ajudam a recuperar histórias de vida, tendo como fio condutor a Usina Cinco Rios, mas que vislumbrando dimensões de vida do campesinato e operariado negro da região, entendendo as complexidades de suas trajetórias, articulações e lutas.

4.2 AS FESTAS E AS FEIRAS NA VILA OPERÁRIA: LAZER E RESISTÊNCIA

O perfil racial desses trabalhadores era em sua grande maioria negro/as, por meio de gerações de famílias desses operários que há muito habitavam antigas fazendas da região, nos entornos de São Francisco do Conde, Santo Amaro e São Sebastião do Passé, toma-se conhecimento dessa rotina laboral entre as décadas de 60 e 70. Alguns operários estabeleceram uma relação fixa de trabalho na empresa, estes em grande parte eram empregados internamente nos ofícios de cozinheiro, soldador, evaporador, motorista, carpinteiro, caldeireiro, pedreiro etc. Já uma outra parcela trabalhava de forma sazonal, nas épocas de corte da cana e transporte até a usina para a moagem. Ambas as atividades segundo relatos, eram penosas, pois a condução da lenha e da cana até a boca da caldeira e o olho atento do feitor nos trabalhos, “*lembrava o tempo dos engenhos escravistas*”¹⁸³.

O cotidiano nos entornos da usina também era embalado ao som de sambas de roda cantados por trabalhadores, brigas de galo, rodas de capoeira, que de acordo com o que circula na memória local contava com a presença de Besouro: “*homem temido na região por sua valentia e mandigas*”¹⁸⁴. O largo da capela de Nossa Senhora da Guia, próximo a usina, era o principal ponto onde concentrava pessoas de fazendas vizinhas. Outro aspecto essencial descrito pelos trabalhadores rurais durante os momentos das entrevistas foram as expressões culturais encontradas na comunidade, eles/elas a todo momento produziam formas de sociabilidades diversas nas fazendas pertencentes a usina e no povoado, provavelmente, uma das formas de resistência ao cotidiano de trabalho árduo.

¹⁸² Câmara de Vereadores de São Francisco do Conde, indicação nº 008/2001, assunto: denominação de próprio municipal. Sala das sessões, 18 de janeiro de 2001. Documentos pessoais de Quintino do Nascimento, cedidos e autorizados para pesquisa por sua filha Eliane Alcântara do Nascimento.

¹⁸³ PAIVA, op., cit., p.96.

¹⁸⁴ PAIVA, op. cit., p.67.

Nesse sentido, o periódico *O Imparcial Matutino Independente (BA)* do dia 26 de janeiro de 1935, em uma matéria intitulada “*Em louvor de N. S. da Guia: As grandes festas de domingo no Arraial de Cinco Rios*”, o lugar era tido como o centro de atividades de uma considerável multidão operária. O evento era realizado aos domingos, com o patrocínio de Álvaro Martins Catharino, importante político baiano e diretor da usina na época. Os festejos de N. Senhora da Guia era tido como “*muito aguardados pelos moradores, que ornavam com entusiasmo as ruas da vila*” e, não somente eram os moradores da localidade que acompanhavam a festa, segundo o jornal:

As 6:15 horas partindo da estação da Calçada um trem especial, nelle tomaram lugar, juntamente com a filarmônica “Recreio do Pilar” na estação “Almeida Brandão” algumas centenas de pessoas convidadas para o passeio. Operários, chefes e diretores de serviços de empresa, acompanhados de pessoas de suas famílias enchiam a composição do trem, compreendendo vários carros de passageiros. 10/12 horas chegavam os convidados á estação de Maracangalha, sendo recebidos pela massa popular que os aguardava, tendo a frente a banda local, caprichosamente uniformizada e executando trechos musicais do seu repertório¹⁸⁵.

Além dos festejos, o momento também era para atuação política, segundo o jornal, havia homenagens ao então diretor da usina Álvaro Catharino, o periódico ressaltava a habilidade do empresário sobre a “harmonia” das relações que deveriam existir entre os dois fatores essenciais do progresso: Capital e Trabalho. Ainda sobre o diretor, o jornal ressaltava que este “*sabe conduzir as massas operárias que se sentem bem sob o influxo da sua direção*”.¹⁸⁶ E assim, os festejos iam até o entardecer, sendo encerrada minutos antes do trem especial a 4 horas da tarde “*com uma farta distribuição de brinquedos ás crianças filhos dos empregados da usina*”.¹⁸⁷

Essa ação realizada pelos acionistas da Usina Cinco Rios nos levou a compreender outros fatores embutido nessa ação de “caridade”. Crucial remontar aqui a discussão realizada por Klauss Woortmann¹⁸⁸ (2018, p. 5), sobre o sistema de fábrica e vila operária, vislumbrando a fixação e o controle sob os trabalhadores em diversos âmbitos de suas experiências, desde a produção aos momentos de lazer e sociabilidades. Momentos esses proporcionados pelos próprios empresários e noticiados como culminâncias de relações harmônicas, escamoteando o cotidiano de explorações vivenciadas pelos trabalhadores. Esse tempo dos festejos, da forma

¹⁸⁵ O Imparcial Matutino Independente (BA). Ano 1935. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720933&pasta=ano%20193&pesq=Usina%20Cinco%20Rios&pagfis=179>. Acesso em: 14 de julho de 2020.

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ Ibidem.

¹⁸⁸ WOORTMANN, K. (2018). Casa e família operária. *Anuário Antropológico*, 5(1), 119-150. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6139>.

como aponta a descrição no periódico, seria o mesmo tempo de mais uma tarefa imposta ao trabalhador: a de socializar com o patrão, combinada a uma aparente harmonia. Como bem nos ensina E. P. Thompson¹⁸⁹, é fundamental problematizar o tempo que os sujeitos irão satisfazer os desejos da indústria e ao mesmo tempo administrar o “tempo livre”.

Nas memórias escritas sobre a Usina por Valdevino Paiva, identificamos outras nuances desses momentos de sociabilidades, com o passar dos anos e a permanência da tradição em homenagem a Nossa Senhora da Guia, ainda forte na vila. Segundo ele, blocos carnavalescos foram criados para animar os festejos, como os Foliões do Afoxé, criado por Lasdilau Bispo, residente na fazenda Quibaca, e possivelmente funcionário da usina. Por sua natureza, esses blocos eram iniciativas dos moradores e trabalhadores e tinham uma outra dinâmica associativa.

Outra festa que todos esperavam na vila, era o cortejo do Lindroamor¹⁹⁰, havia mulheres vestidas de baianas, elas se maquiavam com papel de seda umedecido e usavam colares chamativos para compor o figurino. Ao decorrer da procissão pelas ruas do povoado as mulheres dançavam, cantavam e tinha o hábito de pedir esmola para os santos, eles eram representados no papelão ou em moldura de madeira. “*Ô lindroamor! Divino Senhor! São Cosme, São Damião é um cravo, uma fulô! Agradeço sua esmola dada de bom coração. Alumeie seus caminhos São Cosme, São Damião!...*”¹⁹¹. Eram cânticos que entoava a procissão nas ruas de Maracangalha.

Ao passar pelas ruas da vila a roda de samba aumentava, Paiva sublinha que a animação mais vibrante era quando surgia a eximia sambadeira Amália, imortalizada pelos versos de Dorival Caymmi, a mesma também foi funcionária da usina, segundo os relatos de moradores.

O som convidativo que saía das violas dos músicos atraía os funcionários da usina e outros apreciadores a participarem da festa. Além da música e das festas, outro momento de lazer entre os trabalhadores era a feira livre que acontecia no entorno da usina aos sábados e especialmente no domingo, neste dia, a concentração de pessoas era grande, a dinâmica era intensa de comercialização dos mais variados produtos. Constitui-se em um local que disponibilizava para os grupos que frequentavam, um ambiente de trocas importantes de ordem econômica e cultural, a feira simboliza uma experiência de sociabilidade entre as fazendas e povoados da região. Durante quinze dias de trabalho realizado na empresa os funcionários

¹⁸⁹ THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial. In **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp.267-463.

¹⁹⁰ O movimento cultural teve sua origem nas festas religiosas. As mulheres que faziam parte do grupo tinham a tradição de pedir esmolas para os santos, como São Cosme e São Damião. Os Santos eram representados no papel em moldura de madeira ou em caixa de papelão enfeitadas com flores e fitas coloridas. A música e a dança organizados pelos (as) integrantes do Lindoamor tinham objetivo, atrair mais esmola para os santos.

¹⁹¹ PAIVA, op. cit., p.98.

recebiam seus pagamentos dentro de um envelope, como salientou Adelaide Maria Santos Florentino¹⁹². Com a quantia em mãos, eles se deslocavam para feira que acontecia no mercado da cidade para quitar as dívidas e adquirir produtos diversos.

Os trabalhadores da usina, como seu Jerônimo vendia jaca, melancia, banana, coco entre outras coisas. Com o dinheiro da comercialização das frutas seu Jerônimo pode comprar um sítio em Candeias para aumentar a produção das frutas. Além do sítio, esse comerciante tinha uma roça que cultivava mandioca, feijão e milho para serem vendidos aos domingos na feira de Maracangalha. Outro negociante importante na feira livre era o Sr. José Barreto, ele negociava fumo-de-corda. O memorialista Paiva ressalta que além das vendas de primeiras necessidades básicas, nos dias de feira livre, havia brigas por toda parte. “*A cachaça inspirava para que os ânimos fossem mais acirrados. No boteco, as coisas ainda pior*”.¹⁹³ Conferimos que as feiras tinham uma significativa importância dentro dessa comunidade, que atraía gente de muitos lugares como, “Candeias, Monte Recôncavo, Paramirim, a cidade de São Francisco do Conde e das fazendas vizinha da Usina Cinco Rios”, como afirma o depoente Renato Ribeiro de Almeida 77 anos.¹⁹⁴

Como as feiras livres eram e até os dias atuais são importantes para as pessoas, ela foi identificada no periódico semanal, O Regenerador do ano de 1877, destacava o forte e diversificado comércio na cidade de Nasareth, região Sul do Recôncavo. A nota destacava os produtos e os preços que eram produzidos e comercializados nas lavouras do Recôncavo. Na manchete foram identificadas as variações de preços das mercadorias. O jornal apresentava em sua primeira página, a seguinte nota:

Feira – A feira de semana passada foi concorrida. Os preços dos gêneros vindos ao mercado foram estes: Aguardente 1\$500 a 1\$540 a canada, dita de cana 1\$200 a 1\$300, açúcar escorrido 1\$600 a 2\$000 arroba, dito rapadurado \$800 a 1\$200 café 5\$ a 6\$400 a dita, capados 6\$500 8\$ á dita, couros secos 7\$ a 8\$ a dita, ditos salgados de 3\$ a 4\$ um; farinha de 9\$ a 12\$ á carga, dita a retalho á 80 rs. o litro, fumo 2\$, a 5\$ arroba, milho 4\$ a 5\$ o alqueire me de 75\$ a 90\$ a pipa.¹⁹⁵

As feiras semanais de Maracangalha reuniam, portanto, um número significativo de pessoas organizadas a comprar, vender ou simplesmente trocar suas mercadorias das roças de

¹⁹² Entrevista concedida por dona Adelaide Maria Santos Florentino, realizada no mês de outubro de 2018.

¹⁹³ PAIVA, op., cit., p.77.

¹⁹⁴ Entrevista concedida por Sr. Renato Ribeiro de Almeida, realizada no mês de fevereiro de 2020.

¹⁹⁵ O Regenerador (BA). Ano 1877. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=703915&pasta=ano%20187&pesq=feira&pagfis=1>. Acesso em: 14 de julho de 2020.

subsistência, sítios e das “indústrias”. Conforme Aguiar¹⁹⁶ em seu trabalho, Província da Bahia, o autor faz uma descrição importante sobre o comércio do Recôncavo. São identificados nessa obra a existência de pequenos centros urbanos na região designados à realização das feiras semanais. Ele é enfático ao afirmar que o comércio local era minúsculo, entretanto, bem extrovertido pela feira que era realizada principalmente aos domingos, onde se aglomerava um número expressivo de pessoas. Os comerciantes estavam expondo e mercenciando suas mercadorias, atraindo clientelas diversificadas. Importante atentar que as feiras livres serviam também para conter o dinheiro na região, mantendo o capital em circulação local e muitas vezes nas mãos dos próprios empresários, uma vez que os periódicos locais realizavam uma divulgação censitárias das feiras e a circulação de produtos. Embora não tenhamos elementos concretos a partir das memórias dos ex-trabalhadores para esmiunçar essa dinâmica que também se atrelava ao universo operário de Cinco Rios, podemos supor que algumas estratégias de dominação mesmo surdas ou invisíveis residiam ali.

4.3 AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O MUNDO DO TRABALHO NA USINA CINCO RIOS

A historiadora Gláucia Fraccaro¹⁹⁷ (2018, p.30), destacou em seu estudo sobre o direito das mulheres trabalhadoras nas primeiras décadas do século XX, que entre os anos de 1917 e 1937 a classe trabalhadora brasileira ainda era majoritariamente rural, porém o processo de industrialização por sua vez, passou a absorver cada vez mais trabalhadores e trabalhadoras rurais nas cidades, somados a instrução pública e o ensino profissionalizante, acarretando em transformações. No entanto, os postos mais qualificados continuavam sendo ocupados por homens, enquanto as mulheres tanto no âmbito rural como urbano, dividiam as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos, assim como com o restante das atividades. Na experiência das mulheres trabalhadoras rurais que ingressaram nos campos da usina Cinco Rios, as rotinas de trabalho duro e as contingências domésticas andavam sempre lado a lado. Assim, pensar a categoria de gênero presente na experiência dessas mulheres no contexto rural, nos fornece elementos que ajuda a entender as complexidades e a precariedade dessa categoria na história do trabalho.

¹⁹⁶ AGUIAR, Durval Vieira de. **Província da Bahia**. 4a ed. Rio de Janeiro. IN L, Brasília Livraria Editora Cátedra, 1979.p.243.

¹⁹⁷ FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). **Estud. hist. (Rio J.)** [online]. 2018, vol.31, n.63, pp.7-26.

. **O direito das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV, 2018. Pp. 21-34.

A trajetória de vida de dona Adelaide Maria é bem interessante para descrevermos o percurso de mulheres fortes da região. Sendo assim, Adelaide como gosta de ser chamada ficou viúva com 43 anos, mãe de 08 filhos, dentre esses filhos, seis eram de menores de idade. Ela nos contou que quando o marido faleceu ainda deixou um filho na barriga. O Sr. Matias faleceu devido um resfriado, como descreve Adelaide:

Ele trabalhava no sol quente, na chuva, não tinha dia ruim, ele tinha que trabalhar para sustentar a família. Com um certo tempo fui notando que ele estava muito cansado e não era o mesmo, começou a tossir, tossir...até que um dia meu marido nos deixou. Há como eu amava, ele foi o homem da minha vida¹⁹⁸!

A maioria das mulheres que trabalhavam no canavial, não tinham muita opção, a não ser levar os filhos para trabalho. Dessa forma, muitas dessas crianças deveriam somar enquanto trabalhadores, junto aos pais no plantio e adubo de canas. Os mais novos ficavam em casa sobre a responsabilidade de Eulina Santos Florentino, que neste período tinha apenas 08 anos, uma responsabilidade de tomar conta dos 03 irmãos mais novos do que ela. A introdução precoce da força de trabalho infantil nos quadros da usina, revela mais uma nuance da exploração sistemática e geracional desses trabalhadores. Ainda sobre esse momento de sua vida, Adelaide ressaltou:

Sinto muita falta do meu marido, não posso deixar de trabalhar para cuidar dos meus filhos. O trabalho no campo é duro, mas é dali que tiramos o nosso sustento. E ainda tem isso, nós mulheres não podemos entrar na usina, lá só é lugar para homens, nada de mulher. As pessoas que trabalham no campo não entram na usina, só os trabalhadores de lá mesmo.¹⁹⁹

Além das dinâmicas subjetivas presentes no relato de Adelaide, observamos em seu depoimento que havia uma desigualdade de gênero na organização da usina. A mesma percepção foi compartilhada por D. Ilda Santos: “*Não lembro de ver as mulheres trabalhando na usina, via algumas mulheres trabalhando no campo, como eu*”²⁰⁰.

Adelaide estudou até o primário, tinha curso de datilografia, também era costureira e ensinava alguns meninos e meninas a ler. No dia do pagamento, ela assinava para aqueles que não sabiam ler e escrever, pois, se não assinassem, não recebiam o dinheiro, sobre isso ela nos relatou:

¹⁹⁸ Entrevista concedida por dona Adelaide Maria Santos Florentino, realizada no mês de outubro de 2018.

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ Entrevista concedida por dona Ilda Santos, realizada no mês de outubro de 2018.

Alguns amigos cobrava para assinar o nome de quem não sabia ler, eu não, sempre gostei de assinar para eles, porque de um jeito ou de outro aquelas pessoas me ajudavam. Quando não tinha nada em casa, era meus vizinhos que me ajudava, porque iria cobrar por uma assinatura? Na falta da farinha, um café era eles que me valia! Não cobrei mesmo²⁰¹.

Natural de Salvador e, moradora do bairro de API, contou que a mãe dela e as tias eram dessa localidade e tinha uma ligação forte com essa terra, tanto que casou com o Sr. Matias Florentino ex-funcionário da usina e morador de Maracangalha. Em meio às conversas, dona Adelaide tem orgulho de falar que é baiana e não “reconqueira”, ou seja, não havia nascido no Recôncavo e sim na capital. Lembrando com orgulho dessa condição, fica evidente as dimensões e disputas identitárias, possivelmente para essa senhora, nascer na capital aquela época teria seus privilégios.

Ao longo da história as mulheres assumiram um papel “natural” de cuidar da família, enquanto os homens encarregavam-se do sustento financeiro, ou seja, o provedor. Tal concepção já bastante desconstruída pelos estudos de gênero, ainda encontra coro em algumas esferas, fortalece os debates sobre papéis sociais e consequentemente estrutura as relações desiguais de trabalho. Retornando para o caso das mulheres que trabalhavam na usina Cinco Rios, percebe-se que a empresa estruturava as funções também perpassando o recorte de gênero, embora as supostas habilidades “compatíveis” fossem estruturadas pelo sexo, ou seja, funções destinadas à homens e mulheres, orientadas pelo julgamento moral, físico e intelectual. Mesmo que o trabalho nos campos não fosse leve e, isso também já ressalta uma peculiaridade para as mulheres do campo e destaca a pluralidade latente no “ser mulher”, as depoentes descreveram o esforço braçal e o manejo com ferramentas pesadas, como enxadas, facões, dentre outros instrumentos na lida do campo, porém, as mulheres casadas só trabalhavam no campo sob a supervisão e autorização do marido, em alguns relatos, as mulheres disseram que só trabalhava no canavial com a supervisão do marido e, tinha que ter um filho do lado para olhar o que a mulher iria fazer. O pai mandava um filho de sua confiança supervisionar a mãe na lida.

Nesse contexto, ficava evidente as experiências de trabalho e as nuances de gênero, na organização laboral da usina, vivenciadas por essas mulheres. Essas experiências também foram encontradas nas memórias descritas pelo livro Maracangalha: Torrão de Açúcar Talhão de Massapé, quando o autor destaca acerca do papel da mulher nessa comunidade, trazendo o exemplo de Mãe Sinhá, uma moça solteira que trabalhava no canavial da usina amarrando olhos

²⁰¹ Entrevista concedida por Adelaide Maria Santos Florentino, realizada no mês de outubro de 2018.

de cana e, que ao se casar com Domingos, também funcionário da usina teve que deixar o campo para ir cuidar do lar:

Casado no padre, todos os amores com a Mãe Sinhá, Dominginhos sentia-se feliz e totalmente realizado: mulher boa dona-de-casa e filho com promessa de trabalho na usina. Já não carreava e Mãe Sinhá não amarrava olhos de cana, no eito. Tornara-se uma pessoa de confiança da administração e lhe fora dado o cargo de vigia de tabuleiro. Por outro lado, Mãe Sinhá dera um presente de casamento: a alforria dos trabalhos na lavoura canavieira. Seria só dona-de-casa e das boas²⁰².

A história de vida de Adelaide Maria Santos Florentino, é similar à de muitas mulheres em comunidades rurais como Maracangalha. Tradicionalmente os estudos de gênero e estudos do trabalho apontam ainda desigualdades latentes no que se refere nos ganhos salariais e na jornada de trabalho existentes para homens e mulheres. Segundo Camila Daniel²⁰³, o trabalho se configura como um âmbito da vida social, onde há trocas de experiências e sociabilidades compartilhadas nas esferas públicas e privadas pelos indivíduos. A autora evidenciou em seu estudo *O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho*, que as divisões sexuais do trabalho são atreladas as condições físicas e, nessas perspectivas são relacionadas atividades para serem exercidas por homens e atribuições para serem realizadas exclusivamente por mulheres. No cotidiano do espaço profissional, as mulheres estão sujeitas comentários que sutilmente marcam as diferenças entre homens e mulheres, lembrando-as constantemente que elas não são como eles, adverte a autora.

Assim, são construídas dessa maneira em nossa sociedade patriarcal tais relações, que incentivam e estimulam o fortalecimento dessa ideia. O trabalho árduo, apenas só pode ser realizado pelo sexo masculino e, as atividades mais “leves” deverão ser cumpridas por mulheres, assim como a reprodução. Para a administração da Usina Cinco Rios, o trabalho dos homens valia mais do que os serviços prestados pelas mulheres, conforme os relatos das depoentes. Logo, compreende-se que essa “legitimidade” se manifesta não apenas em distinções salariais, mas também em diferenças sociais. Esses estereótipos são postos de lado quando nos deparamos com as histórias das depoentes, ex-trabalhadoras da Usina Cinco Rios. Essas mulheres para terem o salário, deveriam trabalhar por produção, ou seja, tentar cumprir a meta estipulada pelo chefe de campo, um funcionário responsável para supervisionar o trabalho nos canaviais da empresa. A reprodução das famílias também era estimulada, inclusive para aquisição de moradia, não tão diferente de outras ordens produtivas em escala global, a

²⁰² PAIVA, op. cit., p. 61-76.

²⁰³ DANIEL, Camila. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. **O Social em Questão** - Ano XIV - nº 25/26, p. 323 – 344, 2011.

família constituída nesses espaços, era mais uma chave de compreensão da exploração sistemática desses trabalhadores.

4.4 O REGISTRO E A MEMÓRIA: AS CARTEIRAS DE TRABALHO

A esta altura, tentaremos demonstrar os vínculos de trabalho a partir dos dados retirados da carteira de trabalho dos depoentes, o esforço será no sentido de interpretar esses dados, enquanto fontes históricas que nos informam o nível de diálogo com a política nacional referente ao mundo do trabalho rural, que esses sujeitos vivenciaram.

As memórias dos depoentes foram ativadas acerca do período que trabalharam na usina. Uma memória em comum, dentre outras aqui já mencionadas, foi acerca do encerramento das atividades da usina, os trabalhadores lamentaram o alto índice de desemprego presente até hoje na região, com o declínio das usinas, revelando um sentimento complexo entre o reconhecimento da exploração de sua força de trabalho e o desemprego. Tentaremos desvendar os sentidos atribuídos ao trabalho, por parte dessas famílias.

Renato Ribeiro de Almeida relatou que os usineiros preferiam empregar e dar casa para os casais que tinha uma prole grande. Quanto mais famílias numerosas no olhar dos usineiros seria melhor, pois os filhos iam para o trabalho no campo trabalhar com seus pais, além de explorar a força de trabalho dos adultos, os donos das usinas do Recôncavo exploravam a força de trabalho das crianças e adolescentes. Por outro lado, quanto mais gente trabalhando na família, os ganhos semanais, quinzenas e até mensais seriam mais vantajosos.

Nas lavouras canavieiras que pertenciam a Usina Cinco Rios os trabalhadores rurais recebiam por tarefa ou produção. A usina contratava Renato Ribeiro no período do corte da cana, neste momento precisava de mais trabalhadores para executar a função de cortador. Ele também revelou que trabalhou como adubador de cana, limpeza de covas para inserir as sementes, atuou na linha férrea da empresa, fazia de tudo um pouco, não ficava parado²⁰⁴. Esse trabalhador rural morava em umas das fazendas que pertencia a usina, na fazenda São Domingos, alguns anos depois ele e sua família se mudaram para fazenda Guine, que também pertencia a usina.

Existiam dois tipos de trabalhadores na empresa, segundo Amorim, os empregados fixos e os trabalhadores temporários, os operários fixos realizavam suas atividades trabalhistas o ano inteiro, eles exerciam funções qualificadas ou não²⁰⁵. Já os trabalhadores temporários vendiam

²⁰⁴ Entrevista concedida por Renato Ribeiro de Almeida, realizada no mês de abril de 2020.

²⁰⁵ AMORIM, op. cit., 63-85.

sua força de trabalho por um curto período, ou seja, até o encerramento da moagem, quando acabasse a safra, sendo seis a sete meses de trabalho contínuo, segundo os relatos dos ex-trabalhadores. Segundo Lamounier, os contratos eram temporários; sendo eles de longa ou média duração, variando com a necessidade dos trabalhos, com os preços combinados e as orientações da execução de trabalho acertados. Os trabalhadores munidos de seus instrumentos iniciavam a sua rotina do dia, empregados nos campos ou na fábrica. Referente o preço da mão de obra desse trabalhador a dinâmica da economia local que imperava nesse ambiente²⁰⁶. Os trabalhadores eram engajados, supervisionados e pagos pelos administradores locais da usina.

As informações coletadas sobre a existência dos funcionários temporários, se deram pelas memórias dos trabalhadores fixos. No percurso da procura por funcionários da Usina Cinco Rios, nos deparamos com o Sr. Carlos Augusto Rosa (61), morador de Paramirim, ele atualmente vive da agricultura de subsistência. O mesmo relatou que trabalhou temporariamente para usina, que ao iniciar uma nova safra ela procurava os chefes de campo para trabalhar na lavoura, mencionou que: *a lida no canavial era pesada, mas o pagamento era certo, ali trabalhava e recebia pelo seu trabalho, o dinheiro que pegava compra o que estava precisando*²⁰⁷. Entende-se que essa dinâmica de trabalho temporário, era bastante utilizado pela usina, além de ser uma mão de obra barata, a empresa não criava vínculos empregatícios com os mesmos, evitando mais gastos para a companhia.

Renato Almeida ao rememorar esse contexto revelou que: *Moía cana de dia a noite, só parava de moer cana quando a chuva estava demais, os padres benziam a fábrica e os maquinários. Ali estava dando princípio a um novo trabalho*²⁰⁸, o depoente fazia menção ao início de uma nova safra da usina. Sobre esse mesmo momento de início de uma nova safra, Valdevino Paiva complementa: *“Na locomoção, o esmeril soltava fagulhas afiando os facões de cortar cana, ao apito sonoro das locomotivas. Na Usina, as enormes moendas giravam mostrando os grandes dentes afiados, famintos de cana*²⁰⁹”. Esse momento de uma nova safra era marcante, pois representava o início de dias longos e duros de trabalho, neste período da moagem, muito destes trabalhadores abrigavam-se em casas doadas pela usina ou nos barracões, espécie de espaço improvisado para os trabalhadores temporários.

Ainda a partir do depoimento de Renato, ele informa que tirou a carteira de trabalho para ser assinada pela empresa Usina Cinco Rios no dia 2 de abril de 1964, o documento foi

²⁰⁶ LAMOUNIER, Maria. Lúcia. (2007). Agricultura e mercado de trabalho: Trabalhadores livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. **Estudos Econômicos**, 37(2):353–372.

²⁰⁷ Entrevista concedida por, Carlos Augusto Rosa, realizada no mês de junho de 2020.

²⁰⁸ Entrevista concedida por Renato Ribeiro de Almeida, realizada no mês de abril de 2020.

²⁰⁹ PAIVA, op. cit., p. 93.

feito em Salvador. Na década de 60 foi posto em prática o processo de sindicalização rural, esse procedimento ocorreu sob orientação do Ministério do Trabalho. Em 1964, ano em que Renato fez o pedido da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), foram criados a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), representantes legais dos trabalhadores agrícolas e proprietários. No âmbito baiano em 1965 através de uma carta sindical foi criada a Federação da Agricultura e Pecuária-Bahia (FAEB), com o propósito de organizar politicamente a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Esse órgão pretendia estreitar os laços dos camponeses aos novos paradigmas impostos pela economia capitalista vigente na sociedade. Foram desenvolvidas nos municípios diversos sindicatos que amparava o trabalhador, para a inserção na instituição o funcionário rural realizava todos os meses a Contribuição Sindical, que era cobrado diretamente através da CNA.

Ainda de acordo com a Contribuição Sindical, foi identificado na carteira dos trabalhadores, Renato Ribeiro de Almeida, Adelaide Maria Santos Florentino e Quintino Nascimento, que no ano de 1964, a Contribuição Sindical descontada em folha de pagamento era no valor de Cr\$ 85.000 a favor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Açúcar, Álcool e Derivados da Cana do Estado da Bahia (STIAEB). Em 1965, esse montante cobrado foi reduzido e ficou neste período no valor de Cr\$ 1.720 foram descontados em 1966, Cr\$ 2.2000. Cunha salienta que nessa mesma década aconteceram algumas mobilizações grevistas dos trabalhadores rurais, no entanto, essa mobilização não adquiriu uma proporção esperada pelos comunistas²¹⁰. De fato, não houve uma mobilização esperada pelo partido, mas já era um avanço para a classe que lutaram para reduzir o valor das cobranças no ano de 1964. Percebe-se que os trabalhadores rurais da usina indignados com o valor descontando sob seus salários, reivindicaram para reduzir a taxa cobrada pelo sindicato. Em 1967, o Imposto Sindical era de Cr\$ 2,70, em 1968/1970 a taxa passa para Cr\$ 400, já em 1971 esse valor descontado da folha do pagamento dos funcionários é reajustado e neste âmbito é cobrado Cr\$ 4,80. Consequentemente, anualmente essa quantia era reajustada, em 1972 passa a ser arrecadado o valor de Cr\$ 5,76.

Nos setores de menor tradição sindical e experiência grevista, em geral afastados dos grandes centros, a exemplo do Recôncavo açucareiro, ou mesmo em distantes regiões do interior do país, também no Intervalo Radical ocorrera ou terá início importantes lutas, assim como, a mais rica experiência organizativa de base.²¹¹

²¹⁰ CUNHA, **Amargo Açúcar**..., op., cit., p.150.

²¹¹ CUNHA, op. cit., p. 149.

Entretanto todas essas informações registradas na carteira de trabalho dos ex-funcionários da usina, algumas informações divergiam, como por exemplo, em 1968 na carteira de trabalho de Quintino Nascimento o Imposto Sindical é cobrado no valor de Cr\$ 3,36, em 1971 é de Cr\$ 6,66, 1972, 8,34. Foram identificados que todos os funcionários entre a década de 1964/80 contribuíam para o Sindicato Rural. As informações dos demais funcionários, como dona Maria Aurea Fernandes não foram possíveis obter. Porém pudemos percebermos que em algumas folhas da carteira havia o valor da contribuição, mais o ano que foi realizada a Contribuição Sindical não era legível, então resolvemos não incluir o dado averiguado.

Renato, residente da fazenda São Domingos, além dos outros funcionários do campo estavam amparados pelo Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), criado em 1963, com a finalidade de organizar, estruturar os direitos sindicais e trabalhistas concedidos aos operários urbanos através da CLT criada em 1943. A Lei nº.914, de 2 de março de 1963 pode ser compreendida como uma baliza na legislação trabalhista no meio rural, visto que ela pretendia organizar os contratos de trabalho. Nessa instancia, a lei referida visava a permanência dos direitos já existentes e criava novos direitos trabalhistas para essa classe: tornou obrigatória a Carteira Profissional do Trabalhador Rural, remuneração, repouso semanal, indenização pela rescisão do contrato de trabalho e entre outros aparatos ao trabalhador²¹². Neste momento, os usineiros que estavam à frente da Usina Cinco Rios, Dr. Renato Novis, seu sogro Dr. Pedro Ribeiro e o Dr. Clemente Mariani, estavam sendo pressionados para cumprir a lei, caso desrespeitassem o artigo, pagariam multas ao Estado. Logo, eles exigiram que seus funcionários tirassem a carteira de trabalho e que as mesmas fossem assinadas.

Dentre essas leis em benefício ao Trabalhador Rural, também foi criada, o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) em 1971. Era arrecadado 1% do valor os produtos agropecuários comercializados.

Com a determinação de cumprir o que orienta o artigo dos Trabalhadores Rurais, nosso depoente Renato, dentre outros funcionários do campo foram orientados a providenciar o documento. Em 07/09/1964 Renato completaria 21 anos e não tinha carteira de trabalho, ele só veio adquirir os direitos trabalhistas no ano seguinte, após a criação Lei 4.214 de 02 de março, sancionada em 1963 pelo ex-presidente da República João Goulart. Em 21/09/1964, com 21 anos, o trabalhador rural teve sua primeira assinatura, sendo a data de admissão da empresa.

²¹² BRASIL. Lei no 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. **Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil**, Brasília, DF, 18 mar. 1963. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm. Acesso em: 21 de abril de 2020.

Em seu depoimento ele afirmou que: *naquele tempo tinha trabalho, e agora não, a carteira de trabalho foi feita para ser assinada e não ficar na gaveta como fica hoje*²¹³. Sobre esse momento do depoimento, nos amparamos no que Edinelia Souza assegura, que os relatos dos trabalhadores rurais circulam, caminham entre dois momentos, o que vem da rememoração do passado, atribuindo um significado para eventos vividos antes. Com essa interpretação, o passado se faz presente na memória dos entrevistados²¹⁴. Ao expressar seu ponto de vista, sobre determinada situação vivenciada por eles, os entrevistados expressam e expõem transformações sociais, desânimos e insatisfações como foi o caso de Renato.

O contrato trabalhista de Renato durou poucos meses, em 13/02/1965 foi assinado o desligamento da empresa, cinco meses trabalhando para usina. A descrição ou especificidade do trabalho está da seguinte forma: Remuneração, tarefeiro 1.23200 por dia. Caso não fosse trabalhar ele não recebia, pois, esse valor estava estipulado para o mesmo receber por dia, o trabalhador era encarregado de executar uma tarefa e por essa maneira de trabalho ele recebia por tarefa cumprida.

Além desses dados que estão inseridos nas Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), foram identificados que os trabalhadores permaneciam um curto período trabalhando na usina, como já foi mencionado. Anualmente eles prestavam serviços para companhia, porém, eles trabalharam de quatro a seis meses. Nesse caso não existia vínculo assíduo com a empresa, ou seja, contratos trabalhistas duradouros. De acordo com os depoimentos, havia acordos entre o chefe de campo e os trabalhadores rurais para realizarem o trabalho sem a necessidade de ter um contrato formal com a usina, ou seja, sem a obrigatoriedade de carteira assinada. Outros procuravam atividades para exercer, como limpar pasto, fazer cerca de arame farpado para o gado não passar, ajudante de pedreiro, além do trabalho nas roças de subsistência.

Segundo Cunha, os primeiros encontros organizados pelos trabalhadores rurais ocorreram em 1950 na cidade Palmares, Pernambuco. O I Congresso Camponês aconteceu no Nordeste, uma região que contribui significativamente para economia do país e, onde vigorou no período do Brasil Colônia e Império uma quantidade significativa de engenhos de açúcar. A organização tinha o objetivo de criar uma instituição voltada para o camponês. Para articular e expor as vivências sobre organizações sindicais, direitos trabalhistas e os esforços para a criação de um grupo que abraça as causas dos “necessitados” os comunistas nesse ensejo de fortalecimento do grupo, confeccionaram o “*Jornal Terra Livre, que circulou até 1964*”²¹⁵.

²¹³ Entrevista concedida por Renato Ribeiro de Almeida, realizada no mês de abril de 2020.

²¹⁴ SOUZA, op. cit., p.61.

²¹⁵ CUNHA, op. cit., p. 51.

Com as informações que constam nas CTPS dos depoentes, seguidamente observamos através das anotações que estão inseridas no contrato de trabalho, que, os trabalhadores rurais recebiam seus pagamentos por produção ou tarefas compridas. Os tarefeiros como estão identificados na CTPS, no campo onde é especificado para incluir a remuneração mensal ou quinzenal. Portanto, na CTPS são atribuídas essas denominações para identificar a forma e a ocupação do trabalhador, inserindo neste contexto a divisão de trabalho. Neste período também era usado esse termo para identificar e justificar o salário que os ex-funcionários recebiam. Entre 1964/70 os serviços prestados para Usina Cinco Rios eram classificados de tarefeiros, entre 1971/87 usam outro nome para representar o ganho dos trabalhadores rurais, neste âmbito *são a remuneração específica é por produção*.

Outro fator relevante era a designação do trabalho no espaço rural, os responsáveis pela área do campo, os chefes de campo, dividiam e orientavam os trabalhadores a realizarem uma quantidade de trabalho, ou seja, denominadas por tarefas, como foi supramencionado. Renato Ribeiro de Almeida, recebia em 21/09/1964 Cr\$ 123.200 por dia. No contrato de trabalho do depoente está especificando que a sua *remuneração (especificada)* era de *tarefeiro*, já em 02/07/1965 o mesmo recebia Cr\$ 217 por dia. Ainda de acordo com esses dados, foi detectado também na carteira de trabalho de Adelaide que em 24/02/1964, foi recebido o valor Cr\$ 123.200 por dia e em primeiro de setembro do mesmo ano passou a receber o salário Cr\$ 1.336,00 por dia. No dia 01/03/1965 passou a receber Cr\$ 1.720 por dia trabalhado e em 1/05/1966 acumulou o montante de Cr\$ 2.200 por dia. Cunha salienta que nas usinas do Recôncavo baiano era comum os usineiros se beneficiarem da exploração da mão de obra dos trabalhadores rurais. Eles recebiam com essa divisão de trabalho baixos salários e nesta jornada conseguiam realizar diariamente quatro tarefas, recebendo por cada tarefa realizada o valor de CR 2,50. Os funcionários ainda tinham que adquirir os gêneros alimentícios nos armazéns do povoado²¹⁶. Haviam três armazéns no povoado, como Casa Comercial de Paulo Rosa, Armazém de Juvenal Andrade Nery e o estabelecimento de Heliodoro Cláudio Santos. Eram propriedades de terceiros, esses estabelecimentos não pertenciam à usina. Entretanto, os trabalhadores tinham uma linha de crédito para adquirir os gêneros de primeira necessidade²¹⁷.

Maria Lúcia Lamounier reitera que a subdivisão de pequenos lotes pleiteados para os trabalhadores são heranças escravagistas que se estenderam no mundo do trabalho para o pós-abolição²¹⁸. Além dessa separação nas lavouras de exportação, também foi identificado pela

²¹⁶ CUNHA, op. cit., p. 175-176.

²¹⁷ PAIVA, op. cit., p. 57.

²¹⁸ LAMOUNIER, op. cit., p.27.

autora que nas criações das estradas de ferro houve essa cultura de organizar os trabalhadores por *tarefeiros*.

Referente ao ganho salarial de Quintino do Nascimento, este era diferenciado, pois, ele trabalhava diretamente no escritório da usina, como salientou sua filha Eliene de Alcântara. Em 24/02/1964, passou a receber da Usina Cinco Rios, Cr\$ 37.000,00, 1965, Cr\$ 51.600,00, 01/03/66, Cr\$ 66.000,00. Em 26/03/68, passou receber a quantia de Cr\$100,80 por mês, sua remuneração no período de 01/05/69 foi de Cr\$120,00 e em 01/05/70 é de Cr\$144,00. De acordo com o reajuste salarial, a empresa alterava o valor mensal dos ganhos de Quintino do Nascimento. A partir de 16/09/70, ele passa a receber Cr\$ 200,00, 01/05/71 o mesmo recolhe o valor de Cr\$ 250,00, em 01/05/72 passou a recardar Cr\$ 350,00 mensal.

Nas anotações do contrato de trabalho de Quintino do Nascimento, encontramos outras informações relevantes. Em julho de 1972, o mesmo foi transferido do cargo que ocupava antes, ele ocupava a função de feitor²¹⁹, passando a exercer a atividade direcionada ao Departamento Pessoal da Usina Cinco Rios. Após a mudança de cargo, ele passa a ganhar em 16/02/1973, Cr\$ 450,00, três meses depois, Quintino do Nascimento arrecada Cr\$600,00. Em 1/05/74, o salário é de Cr\$ 720,00, 1/03/75, Cr\$ 920,00, 01/05/76, Cr\$ 1.250,00, 16/02/73, Cr\$ 450,00, em 01/01/77, Cr\$ 1.437,50, 01/05/77, Cr\$ 1730,00, 01/05/78, Cr\$ 2000,00, 01/05/79, Cr\$ 3.000,00, 01/11/79, Cr\$ 3.900,00 e em 01/05/80, Cr\$ 5,500,00. Observamos que a cada aumento do salário mínimo nesses períodos supracitados a empresa reajustava o ganho mensal de Quintino. Nota-se que o mesmo recebia de acordo com a lei estabelecida em 1943. Por exercer uma função diferenciada ele passou a ganhar mais e ter algumas regalias ao exercer a atividade ligada ao departamento pessoal.

Cristóvão Brito aborda em seu trabalho *A Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano*²²⁰ que no ano de 1942 os operários baianos, tanto da fábrica como do campo recebiam baixos salários comparado aos outros estados brasileiros. Os salários das regiões Sudeste e Nordeste eram os seguintes:

Tabela 1 - Salário médio diário dos operários das fabricas e do campo no ano 1942.

Estados	Média Industrial	Média Rural
	Cruzeiro (Cr \$)	Cruzeiro (Cr \$)
São Paulo	10, 30	6, 47

²¹⁹ CUNHA, op. cit., p. 68-79.

²²⁰ BRITO, *A Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano...*, op., cit., 56.

Rio de Janeiro	7,80	5,35
Minas Gerais	6,64	4,61
Sergipe	4,89	3,56
Bahia	4,65	3,20

Fonte: Cristóvão Brito (2008).

A partir desta tabela nota-se que os operários do Nordeste eram mal remunerados, ainda pior, os trabalhadores rurais recebiam um salário humilhante.

Em 1965, no contexto de ditadura militar, a política do “arrocho salarial” era decisiva na instabilidade e nas mudanças que passava o salário mínimo, começando um sistema de declínio, alterando seu valor constantemente como está representado na carteira de trabalho de Quintino do Nascimento. Essa instabilidade da moeda brasileira, permanece até a década de 70.

A força popular foi contida pela ditadura civil-militar, os trabalhadores estavam avançando coletivamente com as criações dos sindicatos. As mobilizações pela reforma de base ficaram estagnadas diante dos rumos políticos que o país tomou. Burguesia internacional e nacional frearam as lutas por direitos trabalhistas. Sob novo comando, modificaram as regras de reajustes salariais, o governo militar nessa conjuntura estagnou o desenvolvimento adquirido nos governos passados em relação ao valor real do salário, foi um retrocesso para o país.

O presidente da república, João Goulart, comandou o país entre (1961-1964), pelo PTB. Era uma gestão direcionada para ascensão da igualdade social e da primazia nacional, um governo que estava dando voz ao trabalhador. Neste âmbito ocorreu uma política de reconhecimento dos direitos trabalhistas, da proteção agrária, educacional, tributária, eleitoral e sobretudo, da autonomia do capital estrangeiro. Segundo Ricardo Lara e Mauri Antônio da Silva, com a ditadura civil-militar a inflação estava em alta, nesse contexto houve agravamento dos ganhos salariais e do custo de vida dos trabalhadores, principalmente aqueles na margem da linha da pobreza, como era o caso dos trabalhadores rurais da Usina Cinco Rios. Ainda de acordo com os autores, apesar de alguns instantes a economia alcançou um crescimento razoável²²¹.

Como foi dito, no campo do trabalho, havia exploração da força do trabalhador, seja ele rural ou urbano e os empregadores negligenciavam os direitos trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora. Nota-se que as principais consequências estabelecidas pela ditadura civil-

²²¹ LARA, Ricardo, Silva, Mauri Antônio da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015.

militar, sendo ela o arrocho salarial, ou seja, perdas salariais. Entretanto, no final da década de 70, surgiram articulações organizadas pelos sindicatos dos trabalhadores. Neste momento, o sindicalismo classista vai ganhando força para defender os direitos dos associados, configurando nessa época uma nova conjuntura para o movimento sindical no Brasil.

Os usineiros, figuras como Renato Noves, seu sogro Pedro Ribeiro e Clemente Mariani que ocupavam o comando da usina nesse período, foram pressionados a respeitar a lei que amparava os trabalhadores rurais no ano de 1963. Então a empresa começou em partes a cumprir o que a lei outorgava como, o pagamento de férias anuais para os trabalhadores do campo. Na página 20/22 da carteira de Trabalho de Adelaide Maria Santos Florentino, encontramos a informação que a trabalhadora rural tirou férias *em de 01/01/1965, 66, 20 dias de acordo com a lei, 67, 18 dias de acordo com a lei, 68, 30 dias de acordo com a lei, 69, de 28 de junho a 27 de julho de 1969, 70, 71, 21 de agosto a 19 de setembro e 72, 23 de junho a 22 de julho*. Adelaide é enfática em afirmar que ficou um ano sem trabalhar e recebeu o salário, sobre esse assunto ela reforçou: “*Já fiquei em casa durante um tempo e vinha recebendo meu dinheiro sem trabalhar, eu que gostava, já trabalhei tanto para eles*”²²². A fala de Adelaide nos faz compreender que por ter trabalhado longo período na empresa e não ter tido férias, nesta conjuntura os usineiros, mediante pressão dos sindicatos, concederam férias prolongadas para alguns trabalhadores, como foi o caso de Adelaide.

As únicas informações relativas ao período de férias de Renato Ribeiro de Almeida foram nos anos de 05/05/1969 e 05/05/1970. Não encontramos mais informações relacionadas as férias anuais que ele possa ter tirado quando trabalhou na usina. Da seguinte forma, foram observadas as informações na carteira de Quintino do Nascimento nas páginas 19/28 foi identificado que Quintino desfrutou de férias no período, *01/01/1963, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82 e 83 gozou de férias relativas ao período de 30 dias de acordo com a lei em vigor, foram 20 anos de serviços prestado a usina, dentre esses anos dedicados a empresa ele exerceu três profissões, feitor de campo, administrador de campo e trabalhou no setor pessoal da usina*.

As únicas informações relativas a férias encontradas na carteira de trabalho da depoente Maria Aurea foram as seguintes: gozou de férias relativas ao período de *06/10/1986, 05/10/1988, 23/05/88 a 21/06/88*. Faltam páginas da carteira de trabalho de dona Aurea Fernandes, esse é um dos motivos para não encontrarmos mais informações.

²²² Entrevista concedida por dona Adelaide Maria Santos Florentino, realizada no mês de outubro de 2018.

Entretanto, foi observado nas anotações realizadas pela Usina Cinco Rios que nas carteiras de trabalho de dona Adelaide, Renato e Quintino que os mesmos receberam o 13^a salário. Adelaide recebeu essa gratificação, referente ao ano de 1964, 88 e 67, já Renato recebeu a retribuição relativa ao ano de 1964 e Quintino recebeu a recompensa nos anos de 1963, 64, 65, 66 e 67. Em outras carteiras de trabalho analisadas não constam essas informações.

Então, a partir das análises realizadas nas carteiras dos trabalhadores da Usina Cinco Rios, fica evidente que anualmente os funcionários tiravam suas férias. Direito conquistado pela classe trabalhadora em 1963 pela lei 4.214. Porém nem todos os requisitos ou cláusulas que estavam na referida lei eram cumpridas, como a segurança no trabalho por exemplo, os depoentes relataram que trabalhavam sem nenhum Equipamento de Proteção Individual (EPI) e que os instrumentos para trabalho como facões, enxadas e foices eles mesmos compravam, a empresa não disponibilizava esses instrumentos para o trabalho no canavial, diante disso podemos afirmar que os operários do açúcar também não tiveram nenhuma proteção ao realizar o trabalho na fábrica.

Nas dinâmicas de trabalho da usina dentre outras atividades, os trabalhadores e moradores da região recriam uma cartografia do lugar, no exercício paralelo de outras atividades de sustento e lazer, circulavam entre as fazendas propriedades da usina.

Ao analisar as narrativas e interpretá-las junto a historicidade daquela região, poderemos compreender suas trajetórias de vida, alinhavando-as ao patrimônio industrial: pensando o que era antes um lugar de trabalho, hoje um lugar de memória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desse percurso, ainda restam muitas dúvidas e inquietações, no entanto, buscamos evidenciar importantes aspectos das histórias, memórias e trajetórias dos trabalhadores do açúcar de Maracangalha. Nesse intento, esse trabalho partiu de uma determinada usina do Recôncavo: a Usina Cinco Rios, buscando a metodologia do cruzamento de fontes diversas, afim de recuperar trajetórias entrelaçadas ao mundo do trabalho na usina. Analisamos registros escritos a partir de dados próprios da empresa, livros de memórias e periódicos, onde as coincidências narrativas estavam lá, aguçando a rede de experiências construídas ao longo do tempo no distrito de Maracangalha. E como estes registros e memórias se conectam com o passado açucareiro do engenho e das comunidades negras rurais egressas do cativeiro? A busca de uma compreensão do passado, que se relaciona com o presente, tem conduzido a uma crescente revalorização das biografias e das vivências individuais para pensar questões históricas. Diante disso, as fontes orais abrem novas possibilidades de olhar o passado através da memória individual, enfatizando a representatividade de cada caso particular que ilumina seu contexto específico. Nesse percurso da pesquisa buscamos entender a partir da Usina Cinco Rios, os movimentos, destinos e as sociabilidades feitas e refeitas por meio dos processos de inserção social de famílias e grupos negros nas regiões escravistas do Recôncavo Baiano, especificamente no município de São Francisco do Conde.

Os depoimentos aqui expostos apontam uma hierarquia no trabalho, lutas pelos direitos assegurados por lei e, lembranças do tempo do trabalho na Usina Cinco Rios, lembranças que perpassam por algumas décadas mais se mantem viva na memória ativa dos depoentes aqui entrevistados. Os entrevistados nos deram sinais de um percurso realizado pelos trabalhadores temporários, pois, nem todos se fixaram definitivamente no povoado e nas fazendas que pertenciam a usina. Esses trabalhadores se deslocavam frequentemente a procura de trabalho no Recôncavo baiano. Os protagonistas aqui presentes, embora não tivessem participado diretamente de levantes e sindicatos, alguns nem participaram de greves, revelam os limites do que muito tempo se concebeu como classe trabalhadora, contribuindo com o entendimento de que essa categoria vai muito além de organizações institucionais. Portanto, através dos seus relatos, busca-se uma compreensão do passado, que dialoga com o presente, conduzido a uma crescente revalorização das biografias e das vivências individuais para pensar questões históricas dessa categoria.

Ao término desse trabalho, chego à conclusão de que o tema analisado é fértil e rico, entretanto, complexo. Poucas referências bibliográficas sobre usinas no Recôncavo Baiano,

dificultaram o trabalho, diante dos depoimentos e das histórias de vida dos ex-trabalhadores, emergem muitas questões e nos deparamos com diversas possibilidades de investigação. Nesse sentido, pensar as trajetórias desses trabalhadores e trabalhadoras permite-nos refletir sobre as identidades construídas nos mundos do trabalho como reelaborações para compreender as experiências de homens e mulheres negras na história da região. Reconstruir genealogias nesse universo ainda é um desafio para os historiadores, porém tem se tornado mais fácil, tendo em vista a possibilidade de dialogar com diversos caminhos trilhados por meio da historiografia da escravidão e do trabalho no Brasil.

Percebe-se nesse contexto, que os trabalhadores do solo do Recôncavo foram de suma importância para a manutenção e o desenvolvimento desta empresa, tanto os operários que exerciam seu trabalho dentro da usina, quanto aqueles que trabalhavam nos campos. Os/as trabalhadores/as da Usina eram, em sua grande maioria negros e negras, descendentes de famílias que há muito habitavam antigas fazendas da região, nos entornos de São Francisco do Conde, Santo Amaro e São Sebastião do Passé. As trajetórias e experiências desses trabalhadores vêm à tona e, meio ao cruzamento de fontes diversas coletadas em diferentes bancos de dados.

Tais atividades exercidas pelos trabalhadores visavam ampliar a possibilidade de sua sobrevivência e de suas famílias. Os moradores criavam estratégias para suas mobilidades nos engenhos e regiões circunvizinhas, manutenção e o sustento, umas delas era o cultivo e a comercialização de gêneros plantados nas roças, sendo estas uma alternativa viável economicamente para os escravos e ex-escravos. O comércio nas redondezas dos engenhos se ampliava e se estendia em volta das intensas produções agroindústrias vigentes nas usinas. Com o fim do trabalho escravo, muitos dessas pessoas com seus familiares permaneceram na comunidade de Maracangalha.

O grande elemento unificador desse passado, ainda presente no cotidiano desses trabalhadores são os momentos de trabalhos coletivos, as composições familiares, além da constante luta pela sobrevivência e exercício de uma cidadania incompleta. Pegando esse gancho, as memórias expostas por esses trabalhadores ainda são desconcertantes. Analisando esse contexto sob a ótica de uma longa duração, esses passados presentes das duras jornadas de trabalho em muito ainda se aproximam das experiências reatualizadas do cativo. No entanto, há uma valorização do salário e da permanente oferta de trabalho nesses espaços, mesmo com a extrema precarização. Afinal, quais os sentidos que a identidade laboral ocupa e

forma a longo prazo uma moral compartilhada entre esses trabalhadores? Acreditamos que essas questões são imprescindíveis para entender como essas comunidades se reestruturaram no pós-abolição. Nesse sentido, pensar as trajetórias desses trabalhadores e trabalhadoras permite-nos refletir sobre as identidades construídas nos mundos do trabalho como reelaborações para compreender as experiências rurais negras – homens e mulheres - na história da região. Já existem estudos que buscam aprofundar a trajetória e cotidiano de trabalhadores de outras usinas do Recôncavo, mas ainda é necessário um esforço historiográfico maior para cobrir a sua atuação e representação em outras partes do território do Recôncavo, como São Sebastião do Passé e São Francisco do Conde.

Esperemos que esse estudo possa contribuir pavimentando caminhos a partir das experiências de quem foi e de quem ficou em Maracangalha.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria da Graça. **Memórias e Existências: Identidades e valores na representação social do patrimônio no Recôncavo da Bahia**. 2015, Tese (doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG Escola de Arquitetura – EA/UFMG Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU. Belo Horizonte MG.
- AGUIAR, Durval Vieira de. **Província da Bahia**. 4a ed. Rio de Janeiro. IN L, Brasília Livraria Editora Cátedra, 1979. p. 243.
- AGUIAR, Manoel Pinto de. **Notas sobre o enigma baiano**. Progresso: Salvador, 1958.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.
- ALENCAR, Leidy Anne dos Santos. **Os Caminhos Da Equidade: Um Olhar Sobre Os Determinantes Sociais Da Saúde Da Mulher No Município De São Francisco Do Conde – Ba**. 2013. p 70-73. Graduação UFRB. Cachoeira-BA.
- ALMANAK Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Ano 1918. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&pesq=Maracangalha&pasta=ano%20191&pagfis=70707>. Acesso em: 23 de janeiro 2021.
- ALMANAK Laemmert: administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Ano 1927. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20192&pesq=Usina%20Cinco%20Rios&pagfis=98979>. Acesso em 22 de setembro de 2018.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: **Frechal – terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista**. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996.
- ALVES, Carlos Monteiro. **Ditadura militar brasileira: Memória e Ensino em tempos de redemocratização**. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, Mato Grosso do Sul, p. 10-39, 2018.
- AMORIM, Liane Alves de. **memórias e trajetórias de trabalhadores da cana-de-açúcar na Bahia (1909-1969)**. Salvador, 2008.
- ANAIS da Biblioteca Nacional (RJ). Ano 1909. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=402630&pasta=ano%20187&pesq=Maracangalha&pagfis=24450>. Acesso em: 23/01/2021.
- APEB. **Livro de notas da Usina Cinco Rios**, 1949.
- APEB, **Paço da Câmara Municipal da Villa de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde**, 19 de maio de 1888.

O ATHENIENSE: Homenagem do Club Atheniense ao Dia Sete de Setembro (BA). Ano 1888. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=827142&pesq=Aboli%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%20188&pagfis=2>. Acesso em: 23, janeiro de 2022.

O AUXILIADOR da Industria Nacional: Ou Collecção de memorias e Noticias interessantes (RJ). Ano 1892. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=302295&pesq=usina%20maracangalha&pasta=ano%20189&pagfis=26521>. Acesso em: 06, outubro de 2020.

AZEVEDO, Thales. O advento da Petrobrás no Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia**: sociedade e economia em transição.

BAHIA Illustrada (BA). Ano 1918. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=066940&pesq=usina%20cinco%20Rios&pagfis=355>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

BARRETO, Virginia Queiroz. **Fronteiras entre a escravidão e a liberdade**: histórias de mulheres pobres livres, escravas e forras no recôncavo sul da Bahia (1850-1888). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de História Programa de Pós-graduação em História Social, 2016.

BARICKMAN, Bert. J. Até a Véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo baiano (1850-1881). **Afro-Ásia**, Salvador, n 21-22, pág. 177-238. 1998.

BARICHMAN, Bert. J. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia de Livros, 1967.

BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1435669/icon1435669.jpg. Acesso, em 10 de maio de 2020.

BRASIL Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defeza da Producção do Assucar (RJ). Ano 1933. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=002534&Pesq=Usina%20Cinco%20Rios&pagfis=192>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

BRASIL Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defeza da Producção do Assucar (RJ). Ano 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=002534&pasta=ano%20193&pesq=Usina%20Cinco%20Rios&pagfis=93>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

BRASIL Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defeza da Produção do Assucar (RJ). Ano 1943. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=002534&pasta=ano%20193&pesq=Usina%20Cinco%20Rios&pagfis=10903>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

BRASIL, Diretoria Geral de Estatística. **Recenciamento da população do Brazil**. Em 01 de agosto de 1872. Rio de Janeiro, 1876.

THE BRAZILIAN Review (RJ). Ano 1907. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=161993&pasta=ano%20189&pesq=Maracangalha&pagfis=10811>. Acesso em: 23/01/2021.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

BRITO, Cristóvão. **Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Salvador: EDUFBA, 2008.

CASTORE, Maria Elena. **A fábrica e o bairro: um estudo sobre a paisagem industrial no bairro de plataforma em Salvador**. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2013. 322 p.

CIDADE do Rio (RJ). Ano 1889. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=085669&pesq=maracangalha&pasta=ano%20188&pagfis=1519>. Acesso em: 06, outubro de 2020.

COSTA, Emília Viotti da. Sobre as origens da república. In **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. Editora Brasileira, 1987.

COSTA FILHO, Miguel. **A cana-de-açúcar em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras. 2012, ISBN 978-85-359-2141-0. 351 p.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**, São Paulo: Companhia das letras, 1990.

DIÁRIO de Notícias (RJ). Ano 1890. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=369365&pesq=maracangalha&pasta=ano%20189&pagfis=8121>. Acesso em: 06, outubro de 2020.

DIÁRIO do povo. Ano 1889. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765910&Pesq=Maracangalha&pagfis=398>. Acesso em: 24, setembro de 2020.

Entrevista concedida por dona Adelaide Maria dos Santos Florentino (84), realizada no mês de outubro de 2019.

Entrevista concedida pelo Senhor Adenilson Fernandes de Jesus (49), realizada no mês de abril de 2019.

Entrevista concedida por Sr. Aurino Alves dos Santos (65), realizada no mês de outubro de 2018.

Entrevista concedida por, Carlos Augusto Rosa (61), realizada no mês de junho de 2020.

Entrevista concedida por Carlos Roberto Gonçalves do Rosário (44), realizada no mês de agosto de 2020.

Entrevista concedida por Eliane Alcântara do Nascimento (59), realizada no mês de maio de 2019.

Entrevista concedida por dona Ilda Santos, realizada no mês de outubro de 2018.

Entrevista concedida pelo senhor Lourival Santos (85), realizada no mês de junho de 2019.

Entrevista concedida pelo Senhor Manoel Amorim (72), realizada no mês de junho de 2019.

Entrevista concedida por dona Maria Aurea Fernandes (77), realizada no mês de abril de 2019.

Entrevista concedida por senhor Renato Ribeiro de Almeida (77), realizada no mês de janeiro de 2020.

FIGUEIREDO, Marcelo. Transição do Brasil Império à República Velha. Araucária. **Revista Ibero-americana de Filosofia, Política y Humanidades**, ano 13, nº 26. Segundo semestre de 2011. P. 119–145.

FILHO, Luiz. **Petroquímica e industrialização da Bahia, 1967 - 1971**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1984. P. 04-67.

FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da liberdade**. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (org). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FONTES, José Raimundo. **Manifestações operárias na Bahia: O Movimento Grevista 1888-1930**. Dissertação de Mestrado. Salvador, 1982.

GAZETA de Notícias: Sociedade Anonyma (BA). Ano 1912. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721026&pesq=Usina%20Cinco%20Rios&pasta=ano%20191&pagfis=429>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

GAZETA de Notícias (RJ). Ano 1890. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pesq=maracangalha&pasta=ano%20189&pagfis=269. Acesso em: 06, outubro de 2020.

IHGB. Coleção Barão de Cotegipe, **Correspondências**, Lata 873 A, pasta 142, de Muniz Aragão para Cotegipe, em 26 de novembro 1878.

O IMPARCIAL Matutino Independente (BA). Ano 1935. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720933&pasta=ano%20193&pesq=Usina%20Cinco%20Rios&pagfis=179>. Acesso em: 14 de julho de 2020.

JORNAL do Commercio (RJ). Ano 1877. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_06&Pesq=tr%c3%a1fico%20interprovincial&pagfis=16252. Acesso em: 06, outubro de 2020.

JORNAL do Commercio (RJ). Ano 1890. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pesq=maracangalha&pasta=ano%20189&pagfis=423. Acesso em: 06, outubro de 2020.

LARA, Ricardo, Silva, Mauri Antônio da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015.

LAMOUNIER, Maria. Lúcia. (2007). Agricultura e mercado de trabalho: Trabalhadores livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. **Estudos Econômicos**, 37(2):353–372.

LAMOUNIER, Maria. Lúcia. (2008). **Ferrovias, agricultura de exportação e mão-de-obra no Brasil no século XIX**. Tese de Livre Docência, USP, Ribeirão Preto.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.

LOPES, José Sérgio. **O Vapor do Diabo: O trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MATA, Iacy Maia. **Os treze de maio: ex-senhores, Polícia e libertos na Bahia Pós abolição (1888-1889)**. Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002, p. 89.

MATOS, Agrimaria Nascimento. **Trabalho, identidade e processos de mudança: etnografia de uma comunidade do recôncavo baiano**. Tese de pós-graduação em antropologia – Faculdade de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

MATTOS, Ilmar Rohloff. Do Império à República. In **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n.4, Rio de Janeiro: FGV, 1989.

MATTOS, Hebe. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 104-111, dezembro/fevereiro 2006.

MELO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p.

MENEZES, Catarina Agudo. **A cultura do açúcar**: uma herança dos os antigos engenhos de alagoas. Salvador. 2009, pág. 1-14.

O MOMENTO. Ano 1948. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=118699&pasta=ano%20194&pesq=Itapetingui&pagfis=3>. Acesso em: 07 maio. 2020.

O MOMENTO (BA). Ano 1948. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=118699&pesq=Usina%20Cinco%20Rios&pasta=ano%20194&pagfis=1118>. Acesso em: 28/11/2020.

MOREAU, Daniela Maria. **Clemente Mariani**: político e empresário. Dissertação (Mestrado em História) Campinas: Universidade Estadual de Campinas Instituto e Ciências Humanas de Filosofia, 1992.

MILLER, Joseph C. **O atlântico escravista açúcar, escravos e engenhos**. Afro- Ásia, 19/20 (1997), p.9-36.

NEGRO, Antônio Luigi. **Linhas de montagem**: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978. São Paulo: Boitempo, 2004.

NETO, José Pereira. **Sociedade, indenização e liberdade precária**: os meandros burocráticos do fundo de emancipação de escravos (São Francisco do Conde-BA). 2018. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

NOVAIS, F. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial** – séculos XVI-XVIII. 4. ed. São Paulo.

NOVAES, J. R.; ALVES, F. J. C. (Org.). **Migrantes**: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

PAIVA, Neves Valdivino. **Maracangalha**: Torrão de Açúcar Talhão de Massapé. São Sebastião do Passé. 1996.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e Historiografia no Brasil. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 3 5 1º sem este 1993, pp. 41-57.

PALMA, R. **O perfil étnico-racial dos trabalhadores nos latifúndios cafeeiros de São Carlos em 1907** (trabalho de conclusão de curso). São Carlos: UFSCar e Fapesp, 2007.

PEDREIRA, Pedro Tomás. **Notícia histórica de São Francisco do Conde**. Salvador: Estudos Baianos/UFBA, 1976.

PINHO, Wanderley. **História de um engenho do Recôncavo**. São Paulo: Nacional, 1982. (Original de 1946).

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1945.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10. 1992, p. 200-212.

PORANGABA, Márcio Jorge. **Os engenhos centrais e a modernização da agroindústria açucareira em Pernambuco**. Alagoas 1997, pág.2-17.

O REGENERADOR (BA). Ano 1877. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=703915&pasta=ano%20187&pesq=feira&pagfis=1>. Acesso em: 14 de julho de 2020.

REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição **Afro-Ásia**, núm. 24, 2000, pp. 199-242 Universidade Federal da Bahia. Bahia, Brasil.

REIS, João. José. **Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RELATÓRIOS do Ministério da Agricultura (RJ). Ano 1900. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873730&pesq=Maracangalha&pasta=ano%20189&pagfis=6563>. Acesso em: 23, janeiro de 2021.

RELATÓRIOS dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA). Ano 1905. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720887x&pesq=maracangalha&pagfis=1401> Acesso em: 06, outubro de 2020.

RELATÓRIOS dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA). Ano 1918. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066940&pesq=usina%20cinco%20rios&pasta=ano%20191&pagfis=355>. Acesso em: 06, outubro de 2020.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro - A formação e o sentido do Brasil**. 2 ed., São Paulo: Companhia das Artes, 1996.

RIOS, Maria Ana e MATOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

SANTOS, R.S. da. **Cultura política e participação no Recôncavo baiano hoje**: uma análise sobre Cachoeira e São Felix. 2009, 165f. Dissertação (Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SCHWARCZ, Lilia M; Gomes, Flávio. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Giliad de Souza. 50 anos da industrialização baiana – do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica: uma revisão econométrica. **IX Encontro de Economia Baiana** – set. 2013.

SOARES. Cecília Moreira. **As ganhadeiras**: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. 1996. 57-71p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

SOUZA. Edinaldo. Disputas trabalhistas em comarcas do interior: Recôncavo da Bahia, 1940-1960. Edinaldo Antônio Oliveira. **Revista Mundos do Trabalho**, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009.

SOUZA, Edinaldo Antônio Oliveira. **Tensões nas usinas de açúcar do Recôncavo**: greve de 1946 e as disputas trabalhistas no :intervalo democrático: (1945-1964). 11. ed. Uberlândia: Agricultura, 2009. 107 p. (19).

SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. História oral, memórias e campesinato negros/mestiço na Bahia pós-abolição **História Oral**, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul. /dez. 2013.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n. 4, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Org. e trad. Antônio Luigi Nero e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial. In **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp.267-463.

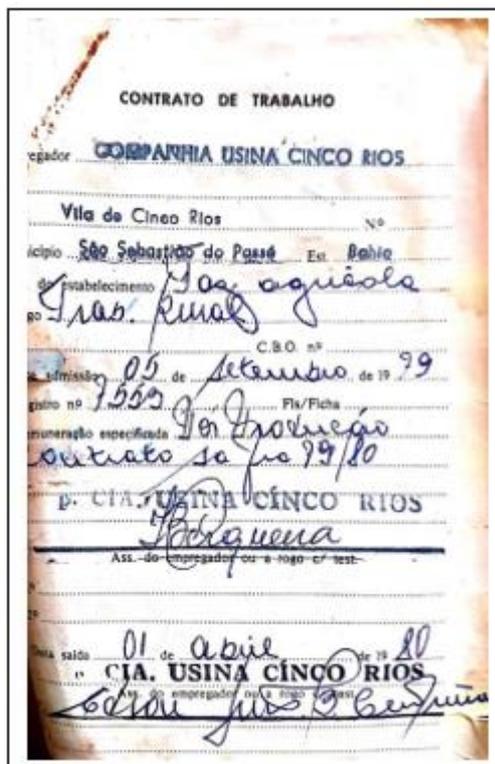
TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. **A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX**.1982. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 106- 107.

A TRIBUNA (RJ). Ano 1890. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=411957&pesq=maracangalha&pasta=a no%20189&pagfis=415>. Acesso em: 06, outubro de 2020.

VETTORASSI, A. (2007). Partindo para a cidade garantida e proibida. In J. R. Novaes & F. J. C. Alves (Orgs.). **Migrantes**: Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro) (pp. 49-156). São Carlos, SP: Ed UFSCar.

ANEXOS

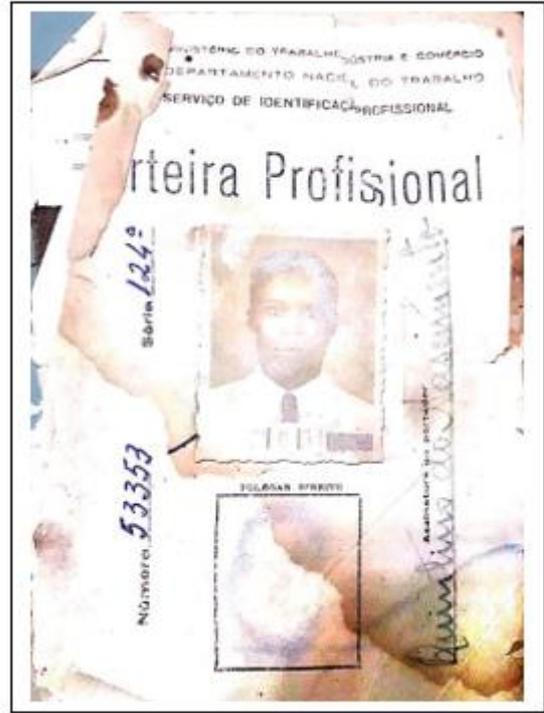
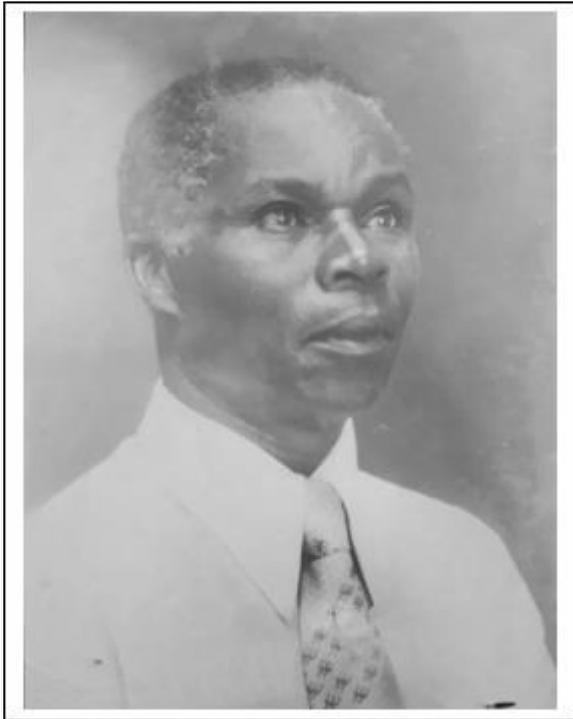
Fonte: Acervo Pessoal



Aurea Fernandes



Adenilson Fernandes de Jesus.



19

FÉRIAS E IMPÓSTO SINDICAL

Gravou férias relativas ao período de 1.1.1963 a 1.1.1964

PELA CIA. USINA CINCO RIOS S/A.
Assinatura do empregador

Imposto sindical Cr\$ 1.900,00

A favor de QUINTINO DO NASCIMENTO

Relativo ao ano de 1963

11 de março de 1964

PELA CIA. USINA CINCO RIOS S/A.
Assinatura do empregador

Gravou férias relativas ao período de 1.º de março de 1965

30 dias de férias com o terço em regime

PELA CIA. USINA CINCO RIOS
Assinatura do empregador

Imposto sindical Cr\$ 1.7,80

A favor de QUINTINO DO NASCIMENTO

Relativo ao ano de 1965

30 de março

PELA CIA. USINA CINCO RIOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DA BAHIA
DPT INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO NELO

C-87

REGISTRO GERAL **709.338**

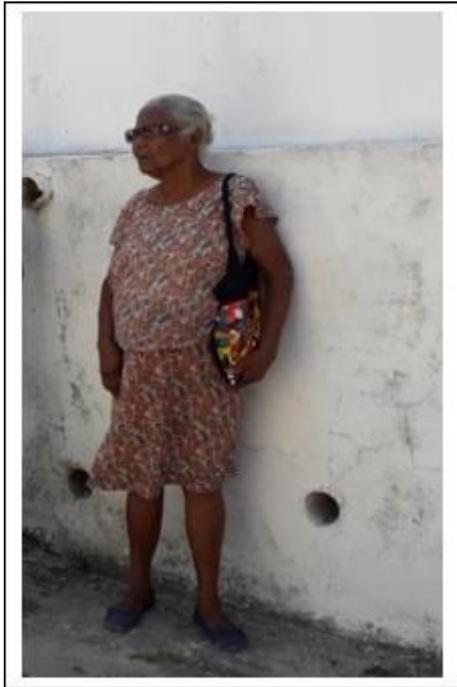
QUINTINO DO NASCIMENTO
Rua Palmiro do Nascimento
rua Paula

São Francisco do **25 ABR/1927**
Conde-Ba. DATA DO NASCIMENTO

SALVADOR **20 JAN/1982**
DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Quintino do Nascimento.



19

FÉRIAS E IMPÓSTO SINDICAL

Goza férias relativas ao período de 1-1-65 a 1-1-66
7 dias úteis
PELA CIA. USINA CINCO RIOS S/A.
 Administração de empregados
 Imposto sindical Cr\$ 8500
 A favor do S.T.A.E.B.
 Relativo ao ano de 1965
 de 1965 de 1965
PELA CIA. USINA CINCO RIOS S/A.
 Administração de empregados

Goza férias relativas ao período de 1-1-66 a 1-1-67
30 dias úteis de acordo com a lei
PELA CIA. USINA CINCO RIOS
 Administração de empregados
 Imposto sindical Cr\$ 1700
 A favor do S.T.A.E.B.
 Relativo ao ano de 1966
 de 1966 de 1966
PELA CIA. USINA CINCO RIOS
 Administração de empregados

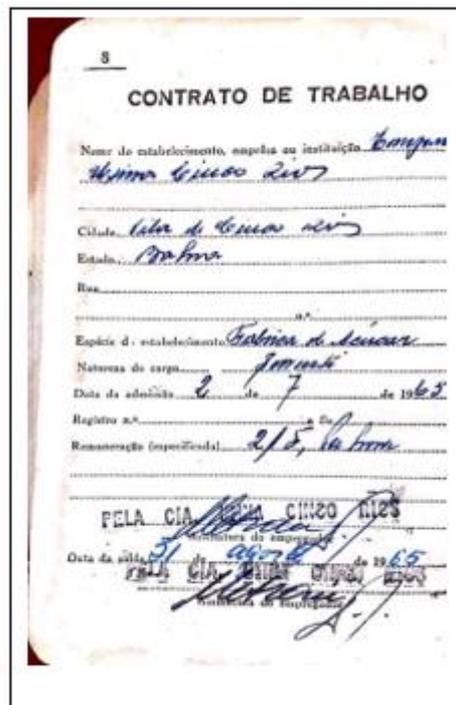
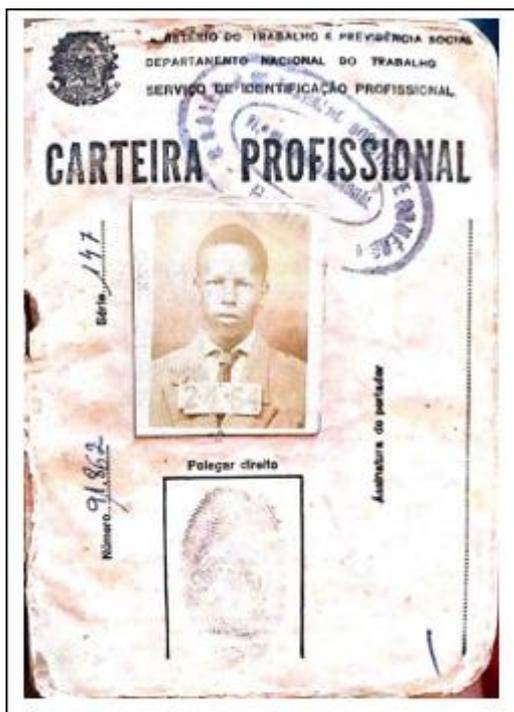
20

FÉRIAS E IMPÓSTO SINDICAL

Goza férias relativas ao período de 1-1-65 a 1-1-66
20 dias de acordo com a lei
PELA CIA. USINA CINCO RIOS
 Administração de empregados
 Imposto sindical Cr\$ 3.200
 A favor do S.T.A.E.B.
 Relativo ao ano de 1966
 de 1966 de 1966
PELA CIA. USINA CINCO RIOS
 Administração de empregados

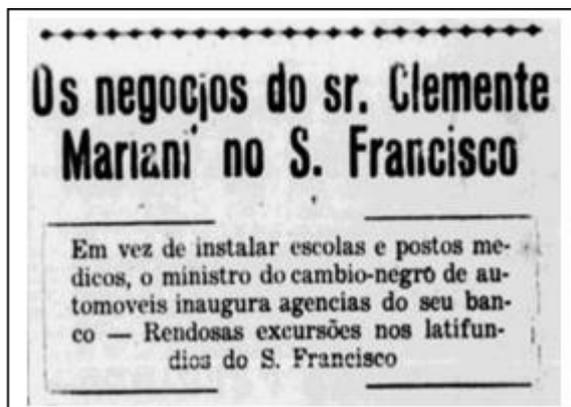
Goza férias relativas ao período de 1-1-66 a 1-1-67
18 dias de acordo com a lei
PELA CIA. USINA CINCO RIOS
 Administração de empregados
 Imposto sindical Cr\$ 375
 A favor do F.T.I.R.E.B.
 Relativo ao ano de 1967
 de 1967 de 1967
PELA CIA. USINA CINCO RIOS
 Administração de empregados

Adelaide Maria Santos Florentino

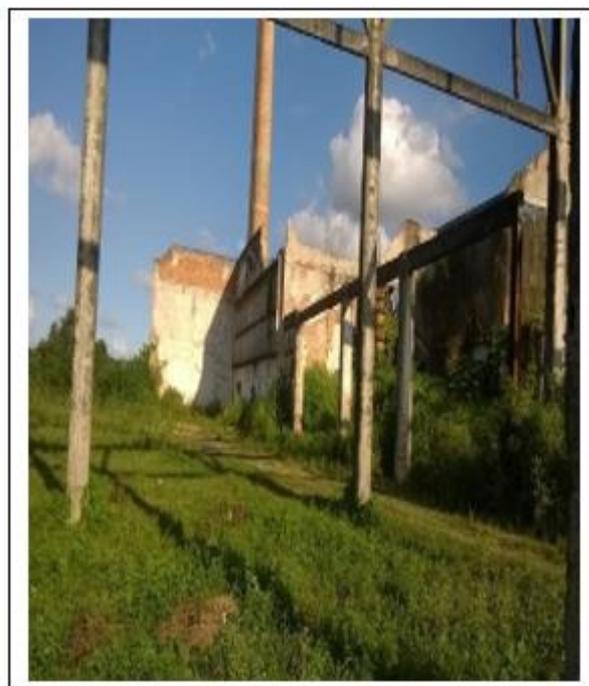


Renato Ribeiro de Almeida.

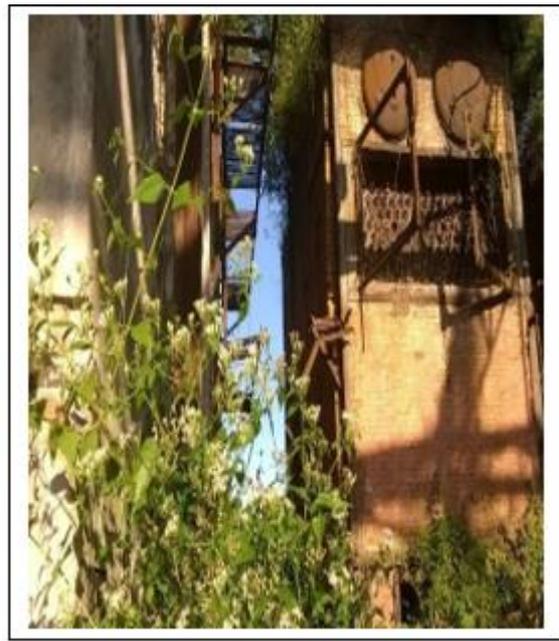
Fonte: Hemeroteca Digital FBN.



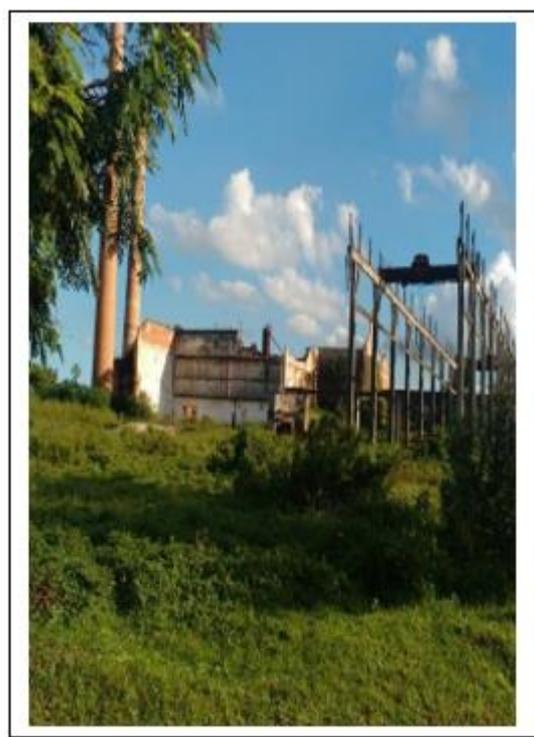
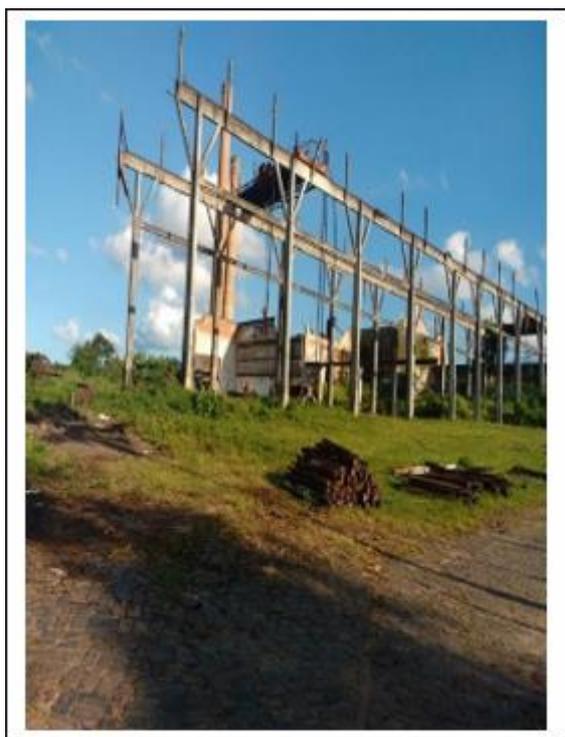
Adelaide, Renato e Aurino Alves Santos



Ruínas da Usina Cinco Rios



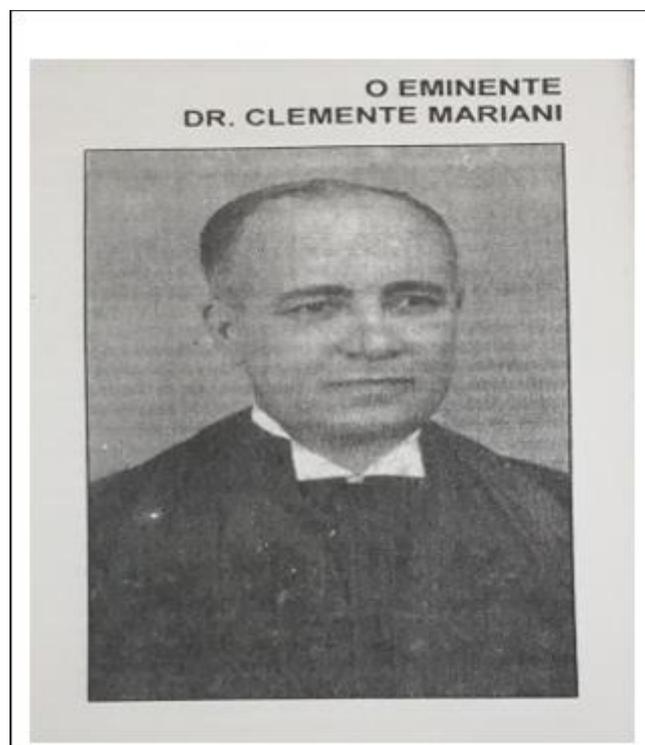
Maquinário da Usina Cinco Rios



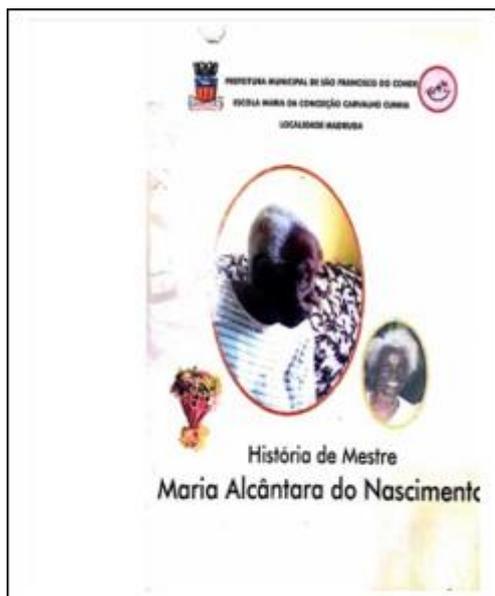
Ruínas da Usina Cinco Rios



Em destaque dona Anália, personagem conhecida não somente através da música de Dorival Caymmi, mas relembrada pelos moradores da vila de Maracangalha e ex-trabalhadora da Usina Cinco Rios.



Político e empresário Dr. Clemente Mariani



Dona Maria Alcântara do Nascimento, mais conhecida como dona Bia, esposa de Quintino do Nascimento. Material confeccionado e organizado pela Secretaria de Educação de São Francisco do Conde em homenagem a dona Bia, professora dos filhos de ex-trabalhadores da usina e lavradores da região.